ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 46 — Série VII — N.º 129
5 de Agosto de 1976

Preço: 5$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 76 97 05 - Telex - 13411 – Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição –CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef. 43537-40605-41787

DETERMINAÇÃO, CONFIANÇA, INICIATIVA

Ocupando os lugares na Assembleia da República, onde se encontram para defender os interesses do povo que os elegeu, os nossos camaradas assistiram à exposição do programa do Governo.

Pág. 3

O PARTIDO DOS TRABALHADORES NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

VIII CONGRESSO DO PCP DE 12 A 15 DE NOVEMBRO

No dia 3 de Agosto, teve lugar uma reunião do Comité Central do Partido Comunista Português que procedeu ao exame do momento político, nomeadamente o Programa apresentado pelo Governo à Assembleia da República.

O Comité Central considerou também o andamento do trabalho preparatório do VIII Congresso do Partido e decidiu marcar a data da sua realização para os dias 12 a 15 de Novembro de 1976.

3 de Agosto de 1976

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Editorial

RESPOSTAS CLARAS A PERGUNTAS PRECISAS

O governo do PS sozinho — os alguns independentes não lhe alteram o carácter unipartidário — apresentou-se à Assembleia da República, e o Primeiro-Ministro, de forma clara e segura, fez uma larga exposição sobre o programa do governo e os seus objectivos.

Nas palavras do Presidente da Assembleia e depois nas do próprio dr. Mário Soares foi exaltado o facto de se tratar do primeiro Governo Constitucional depois do 25 de Abril.

«Acabaram-se os governos provisórios! Acabou-se o provisório!» — exclamaria a certa altura o dr. Mário Soares.

É correcto assinalar-se que se trata do primeiro governo constitucional, isto é, o primeiro governo depois da promulgação da Constituição e depois das eleições para a Assembleia da República.

Mas as loas ao «primeiro governo constitucional» e as exclamações necrológicas do Primeiro-Ministro relativamente aos governos provisórios — na maioria dos quais participou o Partido Socialista — pode inverter algumas verdades e confundir portugueses incautos ou esquecidos, além de fornecerem pasto aos inimigos da revolução, empenhados no afã de denegrir e combater o 25 de Abril e as suas conquistas.

(Continua na pág. 2)

Milhares de pessoas assistiram e participaram entusiasticamente na festa que se desenrolou na FIL e ao 1.º sorteio dos brindes da EP.

Pág. 7

ENTUSIASMO E ALEGRIA PARA A FESTA DO «AVANTE!»

Representantes de muitas organizações de trabalhadores estiveram presentes na reunião que o Secretariado da Cintura Industrial de Lisboa promoveu na Magueu.

OS TRABALHADORES REFORÇAM A ORGANIZAÇÃO E A UNIDADE

- **Desporto e política a propósito das Olimpíadas** – pág. 2
- **A preparação do Congresso Sindical deve reforçar a unidade** – pág. 4
- **244 sindicatos no plenário da Inter exigem nova lei da contratação e novo salário mínimo nacional** – pág.4
- **A vigilância dos trabalhadores não permitirá que a legislação antioperária e antipopular passe** – pág. 5
- **A organização popular consolida-se e avança** – pág. 9
- **Itália: um governo sem futuro** – pág. 10
- **O imperialismo fomenta a violência na Argentina** –pág. 11
- **Liquidar a resistência palestiniana — objectivo de Washington** – pág. 11
- **O MARN avança** – pág. 12

Pág. 10

VAMOS VENDER 100000 EPs!

Editorial

A PERGUNTAS PRECISAS RESPOSTAS CLARAS

(Continuação da pág. 1)

Antes de tudo o «primeiro governo constitucional» não é representativo da vontade maioritária do povo português expressa nas eleições para a Assembleia da República. É um governo minoritário, o qual à partida compromete os grandes planos anunciados no programa.

O povo votou maioritariamente na esquerda, não na esquerda PS sozinho mas na esquerda PS/PCP. A enigmática alusão do dr. Mário Soares à «maioria presidencial» — fórmula lançada, como se sabe, pelo CDS — pode confundir os que no seu próprio partido optaram por uma fórmula diferente.

Se dentro do PS os seus próprios dirigentes plebiscitassem a «maioria de esquerda» e a «maioria presidencial» não há dúvida que colheriam surpresas decepcionantes.

Portanto: «governo constitucional», sim, mas não governo representativo da vontade maioritária do povo português.

★

Há depois «provisórios» e provisórios na consideração dos seis governos que antecederam o «contitucional» presidido pelo dr. Mário Soares. O VI Governo Provisório, por exemplo, merece talvez um «epitáfio» à parte... Foi um governo de política antioperária, um governo de recuperação capitalista, em que concedeu muito à pressão imperialista.

Vários dos ministros do VI Governo Provisório, responsáveis por essa má política, sentam-se hoje neste «primeiro governo constitucional». Não é certamente uma circunstância abonatória para o PS aos olhos de milhões de portugueses.

Por outro lado, poderia ser-se levado a opor a legitimidade constitucional do actual governo minoritário socialista à legitimidade revolucionária dos governos provisórios.

Seria uma ilusão tentar escamotear todo um activo revolucionário dos órgãos do Poder saídos do 25 de Abril — o Conselho da Revolução e naturalmente os governos provisórios — que se expressa no exercício das mais amplas liberdades democráticas e em conquistas tão importantes como as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário, que o Primeiro-Ministro, duma forma que só podemos classificar de positiva, considerou «irreversíveis».

Sob a égide do Conselho da Revolução e dos governos provisórios, legitimados pela revolução de Abril, particularmente depois do 11 de Março, e sob a iniciativa criadora das massas populares, profundas transformações sociais se operaram em Portugal.

Que a desejável institucionalização da democracia portuguesa não leve a esquecer aquilo que a tornou possível — a própria revolução.

★

Não somos nem queremos ser negativistas em relação ao programa apresentado pelo Governo à Assembleia da República. Mas é um programa insatisfatório, ambíguo e omisso em relação a problemas fundamentais para uma vivência democrática do nosso povo na perspectiva do socialismo, que foi, mais de uma vez, aliás, reafirmada pelo Primeiro-Ministro.

Várias perguntas do grupo de deputados do PCP ficaram sem resposta e não pode atribuir-se à velocidade a que o espartilho regimental da Assembleia obrigou o deputado comunista que as formulou, o camarada Carlos Brito, nem ao compreensível cansaço do dr. Mário Soares, a resposta do silêncio.

Este silêncio não contribui para dissipar as legítimas apreensões que uma parte muito considerável dos portugueses tem quanto à fórmula do governo minoritário do PS sozinho.

Questões muito importantes da vida do Povo e do País, que deveriam estar obrigatoriamente consideradas no programa do governo, mas que lá não estão, motivaram perguntas do grupo de deputados do PCP que ou não obtiveram resposta clara e convincente ou pura e simplesmente ficaram sem resposta.

★

Às perguntas que o Primeiro-Ministro não respondeu na hora de respostas que o regimento lhe atribuiu, é precido responder no debate que vai seguir-se a partir de hoje à tarde.

Quais as intenções do governo sobre questões tão importantes como as que formulou Carlos Brito? É sua intenção, entre outras coisas:

— Nomear e impor comissões directivas contra a vontade dos trabalhadores e intervir contra o controlo de gestão pelos trabalhadores que salvaram em muitos casos as empresas da falência e do encerramento?

— Fazer aplicar a Lei da Reforma Agrária em toda a zona de intervenção?

— Apoiar as unidades colectivas de produção e as cooperativas, nomeadamente aumentando o volume de créditos, ou criar dificuldades à sua acção?

— Promover a desanexação de herdades das cooperativas e unidades de produção?

— Facilitar o exercício do direito de reserva quando façam perigar a unidade e a viabilidade das explorações constituídas?

— Respeitar a independência e autonomia das unidades colectivas de produção e atender e respeitar a sua vontade no que toca a gestão, contabilidade, etc.?

— Proceder à regular actualização dos salários acompanhando o aumento do custo de vida?

— Depois de alterar o Decreto-lei n.º 164/A-76 sobre a contratação colectiva, que se verificou conduzir a um congelamento de facto da contratação colectiva e dos salários, propor a sua substituição por uma lei que dê reais garantias aos trabalhadores, inclusive, dispondo dos mecanismos que forcem o patronato a sentar-se à mesa das negociações ou, perante a recusa deste, habilitem o Governo a intervir por portaria?

— Aceitar as manipulações ou fazer respeitar a lei às empresas multinacionais que procuram forçar os trabalhadores a dar o seu pseudo-acordo ao não cumprimento do CCT?

— Fazer respeitar a lei quanto a despedimentos e consequentemente promover a rápida reintegração dos trabalhadores da Têxtil Manuel Gonçalves e de outras empresas?

— Rever e anular os saneamentos feitos nos últimos meses pelo VI Governo Provisório, com o objectivo de afastar dos cargos que desempenhavam pessoas apontadas como comunistas e garantir que não haverá saneamentos de comunistas do aparelho de Estado?

— Na questão de despejos e desalojamentos tenciona adoptar medidas para impedir a concretização de decisões que ameaçam colocar em situação dramática milhares de famílias e levar ao encerramento de instituições de ensino, cultura e outros?

— Pagar indemnizações aos grandes capitalistas e aos agrários no momento em que anuncia uma política de austeridade?

— Assegurar condições de acesso a todos os graus de ensino, incluindo à universidade, dos filhos dos trabalhadores?

— Quais as medidas e directrizes que tenciona promover?

— Adoptar quaisquer medidas restritivas de acesso à universidade?

— Actuar rapidamente para normalizar as relações com Angola e Moçambique e tomar medidas enérgicas para pôr termo aos actos hostis, de carácter terrorista e outros, dirigidos em Portugal contra Angola e Moçambique e os seus povos respectivos?

Da resposta sem sofismas a estas e outras questões se poderá aquilatar das verdadeiras intenções do Governo PS sozinho.

DESPORTO E POLÍTICA A PROPÓSITO DAS OLIMPÍADAS

Grandes êxitos atléticos e uma importante jornada de confraternização da juventude de dezenas de países foram notas dominantes das XXI Olimpíadas. Mas há outros factos a assinalar. A supremacia dos países socialistas sobre os capitalistas assume especial significado, se tivermos em conta o muito que o nível desportivo de um país reflecte da respectiva organização económica, social e cultural. Recorde-se que a URSS alcançou, de longe, o maior número de vitórias; que a RDA conseguiu maior número de primeiros lugares que os EUA; que o único país socialista da América Latina, Cuba, ganhou mais medalhas que os restantes países do continente juntos. Outro facto justamente de assinalar foi a excelente actuação dos atletas portugueses.

A realização dos Jogos Olímpicos é sempre motivo para o ressurgimento de um certo número de questões relacionadas com a natureza e os objectivos do desporto, e suas relações com a política. Como o desporto de há muito deixou de ser uma actividade recreativa destinada apenas a meia dúzia de privilegiados e se tornou um fenómeno social de grande importância, as opiniões sobre aquelas questões reflectem posições de classe, isto é, posições políticas.

É em vão que alguns tentam ignorar as relações íntimas que realmente existem entre o desporto e a política. Essas relações são de todos os dias e a todos os níveis, mas saltam mais claramente à vista durante os Jogos. E os que se lamentam da "interferência da política no desporto" mais não pretendem do que levantar uma cortina de fumo que esconda os interesses da **sua política.**

A política interfere **negativamente** no desporto, por exemplo, quando um determinado governo procura tirar efeitos propagandísticos de êxitos desportivos internacionais, independentemente até da vontade dos atletas ou das equipas. Foi o que aconteceu entre nós no tempo do fascismo com as equipas de hóquei em patins, com Eusébio e a equipa de futebol do Benfica. Outro exemplo claro: ao procurar desesperadamente um convívio internacional dos seus atletas, o governo da África do Sul procura esconder perante o mundo a sua escandalosa política de segregação racial. Outro exemplo ainda, este mais geral: ao promover e proteger o desporto profissional e os espectáculos desportivos, os regimes antipopulares visam afastar as massas da discussão e participação na resolução dos problemas políticos nacionais, canalizando os interesses populares exclusivamente para um tipo de actividade que, só por si, não tem grande valor, quando desintegrado de uma verdadeira e progressista política cultural.

São factos como estes que os "puristas" do desporto procuram esconder. E fingem-se muito ofendidos quando as suas manobras são desmascaradas. A verdade é que as relações desportivas internacionais são um factor positivo para o desanuviamento e uma maior cooperação entre os povos do mundo, mas de modo algum podem fazer ignorar os antagonismos de classe e as relações entre povos oprimidos e povos opressores.

SOCIALISMO E CAPITALISMO

Mas a política também interfere com o desporto a um outro nível. O grande êxito dos atletas dos países socialistas em Montreal, onde, no balanço final, demonstraram uma nítida supremacia sobre os países capitalistas, não se deve ao acaso, mas sim a razões que têm as suas raízes numa correcta compreensão do desporto, enquanto factor de educação e formação ao nível das grandes massas.

O que está aqui em causa é um problema político, e a manifestação da correcção e da superioridade de uma política (que está longe de ser só desportiva) em relação a outra. Concretizemos através de dois casos flagrantes.

No caso da União Soviética temos atletas de alta craveira enquanto produto de uma organização social que fomenta a educação física e a prática desportiva entre as grandes massas, ao mesmo tempo que promove a participação na vida colectiva e o desenvolvimento de todas as potencialidades individuais. Eles são trabalhadores que trabalham ou estudantes que estudam, aos quais uma educação integral e multifacetada deu, desde tenra idade, a possibilidade de através de uma preparação adequada se tornarem exímios praticantes e homens completos.

No caso dos EUA temos uma elite desportiva formada de jovens das classes dominantes, seleccionados em universidades que apenas os ricos frequentam. Ou então negros de excepcionais dotes físicos, cuidadosamente treinados, masd cujo estatuto privilegiado termina no dia em que eles acabarem para o desporto, e de modo algum corresponde à maioria dos americanos da sua raça, discriminados e oprimidos da nascença até à morte.

Quando, antes dos Jogos começarem, o jovem nadador americano (branco) Naber confessou aos jornalistas que ia tentar ganhar medalhas de ouro (o que realmente veio a conseguir) para depois poder arranjar um bom emprego, de preferência nas relações públicas de uma grande empresa, que lhe permitisse ganhar muito dinheiro e ter um resto de vida sem preocupações — ele, na sua ingenuidade, estava a mostrar bem o que é o desporto de alta competição nos países capitalistas.

Para o cubano Juantorena, detentor de duas medalhas de ouro, as coisas não se passam bem da mesma maneira. Uma das suas vitórias ofereceu-a a Fidel Castro, e disse aos jornalistas: "Como qualquer revolucionário, tenho colaborado na colheita da cana do açúcar. É para mim uma honra, neste momento oferecer-lhe este triunfo". Um outro cubano, o pugilista Stevenson, dedicou uma das suas vitórias aos soldados cubanos que lutam em Angola ao lado do MPLA pela libertação total do povo angolano.

Que distância entre as afirmações de uns e de outros...

Há ainda um outro aspecto a reter. As grandes lamentações dos "puristas" do desporto e da imprensa burguesa acerca das "interferências políticas" ganharam a sua grande expressão apenas quando da realização das Olimpíadas mais recentes. O que acontece é que só a partir dos anos cinquenta a União Soviética e restantes países socialistas começaram a participar e a traduzir, também no desporto, a superioridade do socialismo sobre o capitalismo. E tiveram então início as grandes manobras de propaganda e de tentativa de diminuição dos seus êxitos: as atletas dos países socialistas não são mulheres, mas sim homens "disfarçados"; os treinos e a preparação fazem-se a um ritmo desumano; são utilizadas drogas especiais que aumentam o rendimento dos atletas, etc., etc.

Às calúnias e às mentiras juntam-se as provocações, como é o caso das tentativas desesperadas para, através dos mais ignóbeis processos, fazer com que os atletas dos países socialistas não voltem à pátria e peçam asilo político. E já há muito "purista" do desporto que desenvolva esforços para que seja posta em causa a realização das próximas Olimpíadas, marcadas para 1980... em Moscovo.

A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA

Nos Jogos deste ano os atletas portugueses alcançaram excelentes resultados, que têm levantado alguma controvérsia a que não é alheia a presença de um comunista como secretário de Estado da Juventude e Desportos do VI Governo Provisório.

Ora bem: seria tão absurdo dizer que quem ganhou a medalha de prata nos dez mil metros não foi o Carlos Lopes mas sim o camarada Silva Graça, como igualmente o seria afirmar que a orientação progressista a que esteve sujeito o sector desportivo e juvenil dos diversos Governos Provisórios não teve qualquer influência no bom comportamento da generalidade dos nossos atletas presentes em Montreal.

É evidente que as potencialidades atléticas de um Carlos Lopes pertencem-lhe a ele e só a ele, e foi por as possuir, e por saber utilizá-las, que hoje é considerado um atleta de grande craveira internacional. Mas não é menos evidente que as facilidades dadas ao atleta e ao técnico (cuja participação também não pode ser esquecida), as condições criadas a uma boa preparação, tiveram grande influência na sua actuação.

Não houve ainda tempo para que o trabalho de fomento desportivo entre as grandes massas da juventude tivesse resultados espectaculares ao nível da competição internacional, com o aparecimento de um número significativo de atletas de grande craveira. Nem sequer é este o objectivo que mais importa. Mas podemos estar certos de que a prosseguir a orientação que tem vido a ser dada à política de fomento desportivo e de educação física, esses resultados surgiriam, mais tarde ou mais cedo.

Para as forças reaccionárias, um comunista em lugar de destaque é sempre um alvo a atingir, a orientação com resultados positivos e que correspondam aos interesses populares imprimida por comunistas em qualquer sector da vida nacional é sempre um facto a denegrir. Desde o 25 de Abril, a actuação prática dos comunistas em cargos de responsabilidade e o julgamento decisivo que é a opinião das massas trabalhadoras têm desmentido as falsidades e as calúnias da reacção.

No Governo, o camarada Silva Graça e a sua equipa lutaram pelo alargamento da prática desportiva, enquanto factor de educação integral da juventude e contra os perigos de um profissionalismo mal interpretado, do mesmo modo — e já que falamos em ex-secretários de Estado comunistas — que Vítor Louro e a sua equipa lutaram pela consolidação e prosseguimento da Reforma Agrária, grande conquista da Revolução.

Silva Graça não bateu qualquer *record* nacional, mas contribuiu decisivamente para que o desporto fosse encarado entre nós de uma outra forma, contra preconceitos e vícios herdados do fascismo. Vítor Louro não participou nas ceifas alentejanas, mas ajudou em grande medida os assalariados e pequenos e médios proprietários do campo na luta sem tréguas contra os latifundiários e capitalistas nostálgicos do passado.

Ambos mostraram quem são e o que pretendem os comunistas, tal como o fizeram outros camaradas em diferentes lugares de responsabilidade. No Governo e fora dele, os comunistas lutam pelos mesmos objectivos: a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores, seja em que sector for da vida nacional; a defesa intransigente do prosseguimento da revolução democrática, na construção de um Portugal mais próspero e mais feliz a caminho do socialismo.

MELHORAR A COMERCIALIZAÇÃO PARA BAIXAR OS PREÇOS

A comercialização dos produtos da Reforma Agrária constitui uma das grandes dificuldades com que se debatem as Unidades Colectivas de Produção e os Pequenos e Médios Agricultores, que continuam a estar na quase total dependência dos intermediários parasitas e especuladores.

Na tentativa de resolução desta situação (em que o Estado se mostrou manifestamente incompetente e mesmo desinteressado), tem vindo a Cooperativa Reforma Agrária (CRA) a desenvolver intensa actividade encontrando-se actualmente em condições de avançar para a **montagem de estruturas de comercialização que permitam garantir o escoamento regular dos produtos e preços não especulativos, que possibilitem lançar as bases para um processo de planificação das produções agrícolas que supere as crises periódicas de sobreprodução, mediante contratos prévios de produção e compra.**

Com efeito, a inexistência de um circuito de comercialização e de planificação da Agricultura ao serviço da economia nacional dá origem a que, enquanto os consumidores sentem falta de determinados produtos e assistem à elevação astronómica dos preços de bens essenciais, as unidades colectivas de produção se debatam com inúmeros problemas para escoar esses mesmos produtos e se vejam muitas vezes obrigadas a vendê-los ao desbarato, como acontece com os produtos verdes, a batata, o azeite, os borregos, a fruta, o queijo, etc.

Organização de Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas de Pequenos e Médios Agricultores, destinada a promover e apoiar a comercialização dos seus produtos agrícolas, pecuários e florestais, bem como as suas aquisições de maquinaria, sementes, adubos e outros factores de produção, a Cooperativa Reforma Agrária (CRA) está hoje em condições de caminhar decididamente para um estádio mais avançado de comercialização, criando um entreposto para armazenamento, conservação e embalagem de produtos, bem como uma rede de transportes de apoio ao respectivo abastecimento e redistribuição.

A CRA possui actualmente um capital de cerca de 1500 contos, dos quais 1032 são provenientes de donativos de solidariedade para com a Reforma Agrária.

Só entre Março e Junho deste ano as transacções efectuadas pela CRA atingiram um total de 21438 contos, distribuídos do seguinte modo — 1916 contos, em Março; 2953, em Abril; 7016, em Maio; e 9463, em Junho. Estes resultados traduzem não só um notável aumento das vendas de produtos das Unidades Colectivas de Produção e Pequenos e Médios Agricultores, como atestam bem a crescente influência da CRA entre os trabalhadores do campo.

A organização de comercialização das Unidades Colectivas e a organização dos consumidores, nomeadamente através de cooperativas de consumo, são certamente muito importantes na resolução do problema de abastecimento e redistribuição. Contudo, ele não se poderá resolver sem que o Estado intervenha fortemente nos circuitos de comercialização, por forma a simplificá-los e moralizá-los, acabando com os intermediários parasitas, racionalizando as redes de distribuição, punindo severamente os especuladores.

TRABALHADORES AGRÍCOLAS SEM SALÁRIOS HÁ 18 SEMANAS

Sendo o direito ao trabalho e à remuneração uma salvaguarda do trabalhador expressa na Constituição, como podem os antigos verdugos continuar impunemente a violar as leis, ainda tão escassas para os trabalhadores do campo? — Esta uma pergunta posta pelo Sindicato dos Operários Agrícolas do distrito de Santarém a diversas entidades governamentais numa exposição sobre o conflito de trabalho existente entre a entidade patronal "Joaquim Cantante Mota", de Benfica do Ribatejo, e 19 trabalhadores (três mulheres e dezasseis homens) que não recebem salários há 18 semanas.

Este caso é apenas um exemplo entre os muitos que poderiam ser dados a atestar a continuidade de situações de exploração e opressão por parte das entidades patronais, nomeadamente no que se refere aos trabalhadores do campo.

Situações que se têm vindo a agravar progressivamente, detiorando relações de trabalho e prejudicando a própria produção, alimentadas sobretudo com a cobertura que lhes é dada pelas autoridades responsáeis que com a sua passividade não só permitem como incentivam as prepotências do patronato.

O pagamento imediato de todos os salários em dívida aos trabalhadores, definindo a criação de leis de defesa dos operários agrícolas não permitindo que quem trabalha não receba, combatendo severamente os abusos, são medidas que o Sindicato dos Operários Agrícolas de Santarém considera inadiáveis.

Lançar a confusão e a divisão entre os trabalhadores, provocar a desconfiança e o descontentamento são métodos desde sempre utilizados pelo patronato para mais facilmente atingir o objectivo supremo de qualquer capitalista — o máximo lucro, em proveito próprio, como é evidente.

Numa altura em que se pretende aumentar a produtividade nacional, restabelecer a economia e instaurar a justiça social, é indispensável não só a **obrigatoriedade de aproveitamento da terra através da intervenção dos Sindicatos Agrícolas, técnicos, Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, cujas reclamações ou denúncias sejam prontamente atentidas pelos órgãos superiores,** como ainda **incentivar o gosto, dedicação e amor ao trabalho nos operários agrícolas, através de garantias que dêem aos trabalhadores do campo a certeza dum futuro assegurado pela riqueza que eles produzem, sem a constante ameaça do desemprego e da opressão patronal.**

Fazer cumprir a legislação já existente relativa à agricultura e fazer novas leis que venham melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais é um dever do Estado que se proclama democrático.

Exigir ao Estado o cumprimento dos seus deveres é um direito inalienável de todos os trabalhadores e das suas organizações de classe.

MOVIMENTO «ALFA» JÁ COMEÇOU

Cerca de mil e quinhentos estudantes, integrados nas "brigadas estudantis de trabalho e alfabetização" organizadas pelo Movimento "Alfa", partiram anteontem para a província onde, durante dois meses, se dedicarão à árdua tarefa de iniciar o que no futuro há-de ser uma grande campanha nacional contra o analfabetismo.

Sensibilizar a opinião pública e as autoridades governamentais para a gravidade do problema do analfabetismo foi o objectivo que o "Alfa" se propôs. A pretensão dos jovens estudantes é à medida das suas possibilidades. Sabem que não serão eles, sozinhos, que poderão acabar com o analfabetismo. Sabem, também, que o seu trabalho dedicado e pleno de entusiasmo poderá não ser compreendido nem aceite por algumas camadas da população. Sabem, sobretudo, que ao Estado compete a liquidação do analfabetismo, pois não há sociedade democrática onde o direito ao ensino e à cultura não existam de facto.

Os estudantes partiram para as zonas onde irão desenvolver a sua actividade sem possuirem um mínimo de meios necessários à concretização das tarefas que irão desempenhar. Até ao último momento esperam por um apoio que não chegou. Dos 300 contos necessários para o mês de Agosto apenas conseguiram 50. E, todavia, chegada a hora, ponderada a situação, puseram-se a caminho.

Talvez os que ignoraram o pedido de apoio esperassem que os estudantes desistissem. Talvez os que logo começaram a atacar o Movimento "Alfa" sonhassem matar à nascença a iniciativa criadora de estudantes que desejam derrubar o isolamento em que se encontra o ensino em Portugal, tão desligado da realidade que até a esquece.

As dificuldades não assustaram as brigadas estudantis. O trabalho que se propuseram é, antes do mais, um desafio. Mostrando que é possível alfabetizar, criarão condições para pressionar o Estado no sentido de lhe exigir que assuma as suas responsabilidades.

Seja qual for o resultado das campanhas que agora se iniciaram elas constituem desde já um passo em frente para a liquidação do analfabetismo em Portugal. Que as autoridades competentes saibam compreender o desafio que lhes é feito e tenham a coragem de o aceitar.

O PCP NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

● **Domingos Abrantes:** "Não se passa um só dia em que não haja notícias de graves problemas provocados pela recusa do patronato reaccionário a negociar com os sindicatos"

● **Jerónimo de Sousa:** "Hoje, apesar da indiferença dos departamentos governamentais, os trabalhadores começam já a apontar e a tomar algumas medidas práticas que suavizem os efeitos antieconómicos dos cortes de energia"

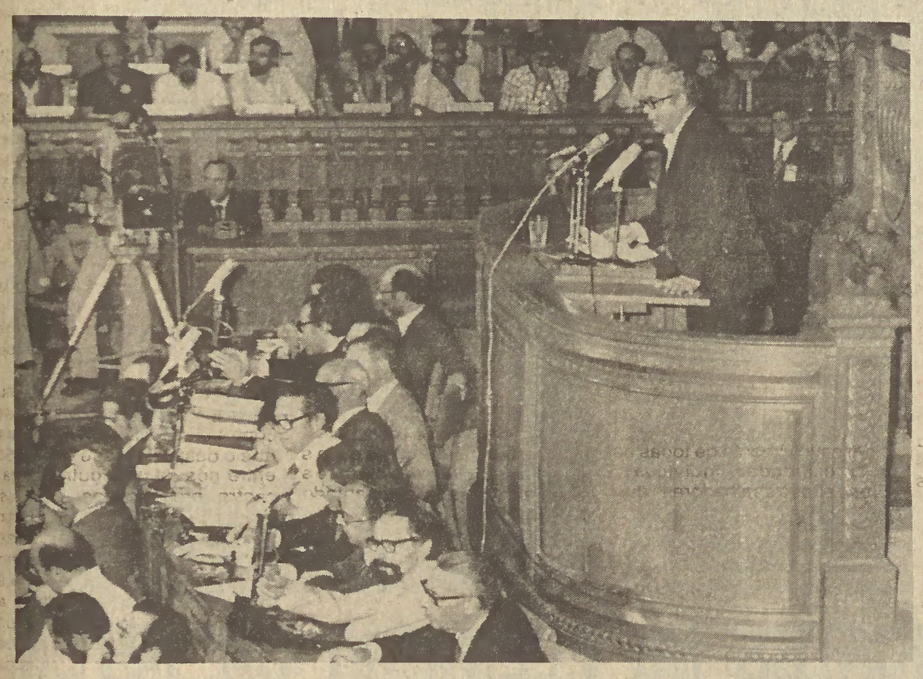
● **Carlos Carvalhas:** "A luta pelo desanuviamento, pelo reforço da segurança na Europa, pelo cumprimento das decisões de Helsínquia, pelo desarmamento, pelo termo da divisão do continente em "blocos militares", pela interdição das armas bacteriológicas e químicas, pela supressão das bases militares corresponde inteiramente aos interesses dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo, aos interesses do povo e da nação portuguesa"

● **Dias Lourenço:** "A dignidade de um deputado no Estado democrático português não se mede pelos seus altos vencimentos mas sim pela sua própria condição de deputado, pela altura do seu devotamento ao Povo, pela forma como vela e trabalha pela dignidade e o bem-estar do povo que o elegeu. Os altos vencimentos, quando se fala com tanto enfase da política de austeridade, não são moralmente defensáveis, antes comportam indignidade"

Na semana que passou, no período de antes da Ordem do Dia, o grupo parlamentar do PCP, continuou a mostrar como utiliza a sua possibilidade de intervenção na Assembleia da República.

«Contra a exploração e a recuperação capitalista»
«Em defesa do poder de compra e dos direitos dos trabalhadores»

Referindo-se ao problema da contratação colectiva e à tentativa de liquidar o controlo operário através do decreto-lei sobre o controlo de gestão, o camarada Domingos Abrantes, na reunião do dia 28 passado, manifestou a posição do nosso Partido sobre uma



situação em que, como disse, **«não se passa um só dia em que não haja notícias de graves problemas provocados pela recusa do patronato reaccionário a negociar com os sindicatos»**. Referiu «os incidentes, os impasses, as provocações que eternizam, causando sérios prejuízos aos trabalhadores, as negociações da construção civil, da cerâmica, do químicos, da hotelaria, das conserveiras, dos ajudantes de farmácia, da panificação entre outras», autênticos boicotes do patronato, acompanhados pela «passividade e ineficácia do Ministério do Trabalho». Mostrando o que a contratação colectiva representa como forma de luta importante e mobilizadora, que foi um dos meios de que os trabalhadores se serviram para lutarem contra a exploração capitalista e por melhores salários e regalias sociais, o camarada afirmou:

«A luta de milhares e milhares de trabalhadores contra o congelamento da contratação colectiva e dos salários, contra o desenfreado aumento de preços obrigou o patronato e o VI Governo a reverem a sua táctica para prosseguirem na via da recuperação capitalista e da intensificação da exploração.

«À política violenta do congelamento, seguiu-se a demagogia «liberalizante» exemplificada na actual Lei da Contratação Colectiva — o Decreto-Lei n.º 164/A-76, da responsabilidade do VI Governo Provisório e de governantes que ainda se mantêm na Praça de Londres.

«Esse Decreto-Lei apresentado como «liberal» é manifestamente contrário aos princípios do nosso «Estado democrático de transição para o socialismo» definido na Constituição.

«Colocando **ficticiamente** em igualdade jurídica os trabalhadores e o patronato, esse decreto-lei visa afinal perpetuar a real desigualdade entre as partes da relação (individual ou colectiva) de trabalho que é característica do capitalismo e das relações de produção capitalista que ainda predominam no nosso país.

«Elaborado sem a participação, e nas costas dos trabalhadores; fomentando a reorganização política e a recuperação de força «negocial» pelo patronato (reduzidas devido às nacionalizações, Reforma Agrária, controlo operário e à política consequente do Ministério do Trabalho anterior ao VI Governo) — o decreto-lei em causa impede sem disfarce a "criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras", violando por isso a Constituição!

«Este diploma deixa inteira liberdade ao patronato, até para se recusar a sentar-se à mesa das negociações! O Decreto-Lei n.º 164/A-76, permitindo ao patronato arrastar ou recusar as negociações, foi o instrumento que o Governo encontrou para prolongar, de forma disfarçada, o congelamento de salários.»

(...) «O Partido Comunista Português declara aqui solenemente o seu apoio à justa luta que os trabalhadores e o movimento sindical desenvolvem actualmente, pela imediata revogação do Decreto-Lei n.º 164/A-76 e pela elaboração de uma nova lei, que respeite as normas constitucionais, a cargo desta Assembleia. O Partido Comunista Português não deixará igualmente de apoiar as justas lutas dos trabalhadores para obrigar o patronato a satisfazer as suas sentidas reivindicações.»

A consciência revolucionária e a iniciativa criadora dos trabalhadores são a alternativa

No dia seguinte, o camarada Jerónimo de Sousa apresentou as apreensões dos trabalhadores com as consequências dos cortes de energia e as críticas que têm a fazer aos departamentos governamentais responsáveis. Mas, sobretudo, o nosso camarada referiu a atitude responsável que tem sido a dos trabalhadores:

«Hoje, apesar da indiferença dos departamentais, os trabalhadores começam já a apontar e a tomar algumas medidas práticas que suavizem os efeitos antieconómicos do corte de energia. Algumas empresas com geradores próprios fornecem corrente às empresas vizinhas após o diálogo entre as suas comissões de trabalhadores. Desligam-se sistemas de ar condicionado e máquinas de laboração secundária. Aproveitam-se os turnos que não são abrangidos pelo corte aumentando o quantitativo de mão-de-obra nessas horas. Nas fundições metalúrgicas os trabalhadores adaptaram a hora de fornagem e vazamento antes ou depois do corte de energia aproveitando este período para limpeza e lubrificação dos fornos como acontece na Cometna. Paralelamente, o movimento sindical e as comissões de trabalhadores desenvolvem esforços para se encontrar junto dos órgãos do Poder, uma saída construtiva vincando bem no entanto que não dão qualquer cobertura a esta medida antinacional precipitada e arbitrária.»

O camarada denunciou a estratégia da «direita reaccionária e do capitalismo que procuram deliberadamente provocar o enfraquecimento das empresas para aparecerem mais tarde como "salvadores nacionais" da nossa economia, criando uma falsa imagem do que tem sido a iniciativa criadora dos trabalhadores e da sua participação na resolução efectiva dos problemas económicos». Lembrou «os protestos de certos senhores bem instalados quando os trabalhadores paralisaram meia hora contra o terrorismo e o ataque à bomba à Intersindical que contrastam surpreendentemente com o silêncio face às paralisações de todos os dias e para os quais parece já não haver quebra de produção». A intervenção do camarada Jerónimo foi uma significativa lição do sentido da responsabilidade e da capacidade de controlo e de direcção dos trabalhadores; uma lição em que um deputado operário, um deputado comunista, revela a capacidade de encontrar soluções dos seus camaradas de trabalho, a capacidade de participar determinantemente, e mesmo de dirigir, que é imprescindível para o necessário desenvolvimento da economia. Numa altura em que se pretende esquecer ou ignorar a sabotagem levada a cabo, ao longo de dois anos de revolução, por monopolistas agrários e seus aliados imperialistas, esta intervenção mostra a alternativa às tentativas daqueles que querem fazer pagar a crise aos trabalhadores, caluniando-os e deturpando os factos — a alternativa é o desenvolvimento com os trabalhadores e ao serviço dos trabalhadores; a alternativa é a capacidade de controlo, direcção e participação na gestão dos trabalhadores.

PELA PAZ, E PELA DEMOCRACIA

Na sexta-feira o camarada Carlos Carvalhas saudou a data histórica da assinatura da acta final dos acordos de Helsínquia sobre a segurança e a cooperação europeias, data que marca mais um passo em frente na luta das forças progressistas e da opinião pública democrática pela paz, pela segurança, pela igualdade e pela cooperação no continente europeu. Salientando a contribuição do novo Portugal democrático para a «causa da paz, da cooperação, da democracia e da independência nacional, na Europa, na África e no Mundo», o camarada diria:

«No entanto, não podemos deixar de manifestar o nosso protesto e preocupação pelo facto de o imperialismo, já depois dos acordos de Helsínquia, ter continuado a intervir directa e indirectamente nos assuntos internos dos povos como resulta da sua conduta, nomeadamente em relação a Portugal e Itália. Manifestamos também o nosso pesar pelo facto de alguns países não terem ainda traduzido e divulgado a Acta Final, tal como se comprometeram em Helsínquia.»

(...)

«A luta pelo desanuviamento, pelo reforço da segurança na Europa, pelo cumprimento das decisões de Helsínquia, pelo desarmamento, pelo termo da divisão do continente em «blocos militares», pela interdição das armas bacteriológicas e químicas, pela supressão das bases militares corresponde inteiramente aos interesses dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo, aos interesses do povo e da nação portuguesa.

Enquanto a guerra fria e a tensão internacional são favoráveis às forças revanchistas e militaristas, às forças reaccionárias em geral, o desanuviamento e a cooperação entre países com sistemas económicos e sociais diferentes criam condições favoráveis para a luta dos povos pela democracia, o progresso e a verdadeira independência nacional.

O desanuviamento internacional, a coexistência pacífica não se podem compreender (tal como o querem os círculos mais agressivos do imperialismo e tal como acusam os radicalistas pseudo-revolucionários), como uma partilha do mundo em sistemas sociais diferentes, com o reconhecimento do *statu quo*, por motivos estratégicos, entre os dois mundos – capitalismo e o socialismo.

Onde houver exploradores e explorados, oprimidos e opressores, colonialistas e colonizados, a paz está ameaçada, a luta continua e a libertação dos Povos será certa.»

No período da Ordem do Dia, e antes da apresentação do Programa do Governo, a grande discussão desta semana travou-se em torno dos vencimentos, subsídios e outras gratificações dos deputados. Tal como já tinha ficado claro, o grupo parlamentar do PCP defendeu a redução dos vencimentos (do montante da letra A do funcionalismo público, que é actualmente 18 900$00, proposta apoiada pelo PS, PPD e CDS, para 15 000$00) e a eliminação do 14.º mês para os deputados. O camarada Dias Lourenço apresentou e defendeu a nossa posição – a nossa proposta não era sequer a que considerávamos mais justa ou mais ajustada, mas fazíamo-la porque queríamos que fosse aceitável para os outros grupos parlamentares e pudesse substituir a que eles faziam. A nossa posição era assim, não demagógica, mas buscando uma solução de compromisso que evitasse a situação de os deputados terem um ordenado que, com mais uns bons subsídios, o nosso povo não pode compreender. E afirmou nomeadamente:

«No projecto de lei em referência é proposto para os deputados o vencimento equivalente à letra A do funcionalismo público e subsídios extraordinários que representam de facto o pagamento do 13.º e do 14.º mês. Juntamente com outras ajudas de custo, aos deputados seriam atribuídos de facto em vencimentos, subsídios e ajudas de custo, remunerações que, rondariam os 35 contos mensais. Se a isto acrescentarmos o pagamento de transportes, incluindo 3 viagens ao estrangeiro aos deputados eleitos pelos círculos da emigração poderia computar-se em mais de 100 000 contos anuais a verba a pagar aos 263 deputados da Assembleia da República.»

«A nosso ver o critério da atribuição de altos vencimentos aos deputados enquadra-se num estranho critério de austeridade praticado por certos ministérios do extinto VI Governo Provisório que ameaça eternizar-se.

«De facto, a situação actual do País, impõe uma rigorosa política de austeridade, mas uma austeridade que deva fundamentalmente atingir os altos rendimentos, os gastos imoderados das classes privilegiadas.

«Tem sido esse o critério da chamada política de austeridade, é esse o critério que preside às propostas de vencimentos, subsídios e ajudas de custo aos deputados no projecto de lei em discussão?

«É evidente que não. Na chamada política de austeridade é aos trabalhadores e às classes mais desfavorecidas que se tem ido buscar as custas de uma crise, cujas responsabilidades não podem ser assacadas a quem produz e trabalha.»

E, mais adiante:

«Mas não deixa de ser chocante comparar a verba de mais de 100 000 contos, que sairia do erário público se a proposta fosse aprovada, aos 10 000 contos que anualmente seriam pagos a um número idêntico de trabalhadores que auferissem o salário mínimo nacional. Dez vezes mais é muito senhores deputados!»

Dois tipos de argumento foram primeiro utilizados pelos defensores da proposta da letra A – a de que era preciso dar dignidade aos deputados, ou pagar-lhes segundo a sua dignidade de representantes eleitos, e outro, o de que era necessário que os deputados ganhassem bem para estarem ao abrigo de pressões (ou tentações).

A isto respondeu o camarada Dias Lourenço, muito claramente, que a dignidade dos deputados e da sua função virá da maneira como desempenharem o seu papel, e defenderem os interesses dos trabalhadores e do povo. Quanto à independência dos deputados, para além de estar fora de causa a hipótese sequer de os deputados comunistas cederem a tais pressões ou tentações, o nosso camarada lembrou que aqueles que se envolveram no escândalo de Watergate ou nos outros escândalos (em que de vez em quando os políticos burgueses se deixam enredar pela "tentação"), não são evidentemente trabalhadores, mas sim gente que já aufere chorudos rendimentos; pelo que não é o ganhar muito que põe o burguês corruptível ao abrigo das "tentações".

Não tendo os defensores da letra A mais argumentos de que se servissem, foi ainda demonstrado por alguns senhores deputados um muito "espiritual" desprezo por estas "questões materiais" (o que revela no fundo uma inegável perspectiva de classe), dizendo que, no fundo, a redução que propúnhamos era só de uns "míseros" 3900$00. Esqueciam, ou faziam por esquecer, que essa diferença multiplicada por 14 meses por ano (incluindo os dois subsídios mais) e por 263 deputados, perfaz mais de 14 mil contos anuais! E mais, esqueceram, por deslize significativo, que 3900$00 é quase o salário mínimo nacional, que, aliás, nem todos os trabalhadores portugueses recebem ainda; esqueceram que esses "insignificantes" 3900$00, para mais ou para menos, pesam muito no salário de inúmeras famílias trabalhadoras. Assim, o último recurso que tiveram foi, primeiro, acusarem os deputados comunistas de demagogos, só porque apresentámos e justificámos uma proposta diferente da sua, e foi, finalmente, a insinuação e mesmo a mentira, mais ou menos consciente. O nosso camarada Veiga de Oliveira foi acusado de ter sido em Conselho de Ministros o mais entusiástico defensor da proposta da letra A para o vencimento dos deputados. Isso foi desmentido e o nosso camarada aconselhou a leitura das actas das reuniões do Conselho de Ministros. Depois, dois deputados do PPD vieram afirmar que aprováramos essa proposta nas reuniões de uma comissão que preparara a abertura dos trabalhos da Assembleia da República. O primeiro deputado disse que o camarada Carlos Brito defendera essa proposta numa reunião em que ele estava presente. Veio-se a demonstrar claramente que o sr. deputado do PPD não estivera presente na reunião em que o assunto fora discutido! O segundo deputado, que estivera, de facto, presente, apresentou também o «seu ponto de vista». O ponto de vista foi desmentido, e a verdade claramente resposta. Por fim, como o decurso do debate não agradava, os defensores da proposta que venceria, fizeram aprovar um requerimento para encerrar a discussão. Eis os vários "argumentos" dos que "não fazem demagogia».

A QUARTEIRA JÁ TEM O SEU CENTRO DE TRABALHO

No Algarve, numa zona tida como de difícil implantação do nosso Partido, foi inaugurado no passado domingo mais um Centro de Trabalho — o da Quarteira.

A inauguração contou com a presença do camarada José Vitoriano, da Comissão Política do Comité Central, que proferiu algumas palavras de incentivo a todos os presentes, acentuando a importância fundamental que a instalação daquele local de trabalho irá ter para a população trabalhadora da zona e para o alargamento do trabalho do Partido.

O camarada José Vitoriano apontou ainda a necessidade urgente de todos os militantes e progressistas em geral se reunirem e encararem desde já as tarefas que se põem com vista às próximas eleições para as autarquias locais.

A colaboração para a reconstrução do edifício onde se encontra o Centro foi ampla e desinteressada da parte de operários pedreiros e carpinteiros, entre estes se encontrando muitos que não são filiados no nosso Partido.

economia EC 3

VITAL MOREIRA

A CONSTITUIÇÃO E A POLÍTICA ECONÓMICA

A voz da RDA em língua portuguesa
Rádio Berlim Internacional

A Rádio Berlim Internacional vai informar sobre a política e a vida do primeiro estado socialista em terra alemã.

Horários e frequências:

6.15 – 7.00	7260 kHz	41,32 m
18.00 – 18.45	7260 khz	41,32 m
21.30 – 22.15	7260 kHz	41,32 m
23.15 – 24.00	9770 kHz	30,71 m
	1511 kHz	198,5 m

RBI

Karl Marx
a doutrina de marx é omnipotente porque é justa
lénine
à venda
EM TODAS AS LIVRARIAS
Pedidos a CDL
Central Distribuidora Livreira

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO
edições Avante!
10
KARL MARX
PEQUENA BIOGRAFIA
Evguénia Stepánova

VIDA SINDICAL

- A Lista A, candidata aos corpos gerentes do Sindicato dos Técnicos de Desenho, que se apresentou ao eleitorado sobre a sigla "Unir os Técnicos de Desenho na resolução dos seus problemas", ganhou as eleições realizadas na passada semana, obtendo 895 votos contra 693 da Lista B. Lista unitária, a lista A propõe-se fortalecer a unidade dos trabalhadores e a melhoria das condições de vida dos técnicos de desenho. Entretanto, um pedido de impugnação das eleições apresentado pela lista B foi considerado improcedente pela Comissão Eleitoral.
- No dia 27 de Julho reuniram-se no Porto, em convocação do Secretariado da Intersindical e da comissão de redacção da "Carta Aberta", representantes de 15 sindicatos e uma Federação, que aprovaram uma moção acerca da realização do Congresso dos Sindicatos. Nessa moção, as associações sindicais presentes apelam para a participação activa em todos os trabalhos preparatórios do Congresso, recomendam que cessem os trabalhos paralelos que só prejudicam a unidade dos trabalhadores e pedem a aceleração dos trabalhos de modo a que o Congresso possa ser realizado até Novembro.
- No decorrer de um plenário de trabalhadores convocado pelo Sindicato da Indústria Metalúrgica do distrito do Porto, foi enviada aos órgãos de Poder uma moção em que se repudia os decretos dos despedimentos, das relações colectivas de trabalho, dos saneamentos, da redução da laboração e o que limita a intervenção do Estado, por serem prejudiciais aos interesses dos trabalhadores e inconstitucionais. Os trabalhadores incumbiram ainda a direcção de organizar uma manifestação de repúdio contra estes decretos antioperários.
- Um grupo de trabalhadores bancários de Santarém aprovou uma moção em que contesta a atitude da direcção do respectivo sindicato por esta ter encetado contactos paralelos com o Primeiro-Ministro, contrariamente ao aprovado no plenário da Intersindical.
- Vão realizar-se, até ao próximo dia 14, assembleias-gerais dos trabalhadores da panificação, a fim de que a Federação dos Sindicatos esclareça a classe acerca das negociações com o Governo sobre o CCT. Entretanto, prosseguem as negociações entre a Federação e representantes do Ministério do Trabalho, a que têm estado ausentes os representantes das entidades patronais.
- No decorrer de uma assembleia geral realizada na passada sexta-feira, os trabalhadores da indústria hoteleira aprovaram uma moção em que repudiam e exigem a revogação do decreto-lei em vigor sobre a contratação colectiva.
- A lista B venceu as eleições para o Sindicato do Norte dos Trabalhadores de Carnes. A lista vencedora defende o controlo operário, enquanto a lista derrotada, entre outras coisas, pretendia a extinção da Intersindical.

A PREPARAÇÃO DO CONGRESSO SINDICAL DEVE REFORÇAR A UNIDADE

A Reunião Geral de Sindicatos realizada na passada semana e o consenso obtido sobre 21 dos artigos do projecto de regulamento do Congresso são uma prova de que a unidade do Movimento Sindical é possível

No mesmo dia e local em que, na passada semana, se reuniu o plenário da Intersindical Nacional, realizou-se, da parte da tarde, uma Reunião Geral de Sindicatos, sem carácter deliberativo, para apreciação do "projecto de regulamento do Congresso dos Sindicatos". Estiveram representados 244 sindicatos — dos quais 35 não se encontravam filiados na Intersindical — cinco Federações e treze Uniões, representando 1466000 trabalhadores. O número de trabalhadores representados por organizações sindicais não aderentes à central única dos trabalhadores portugueses era de 259000.

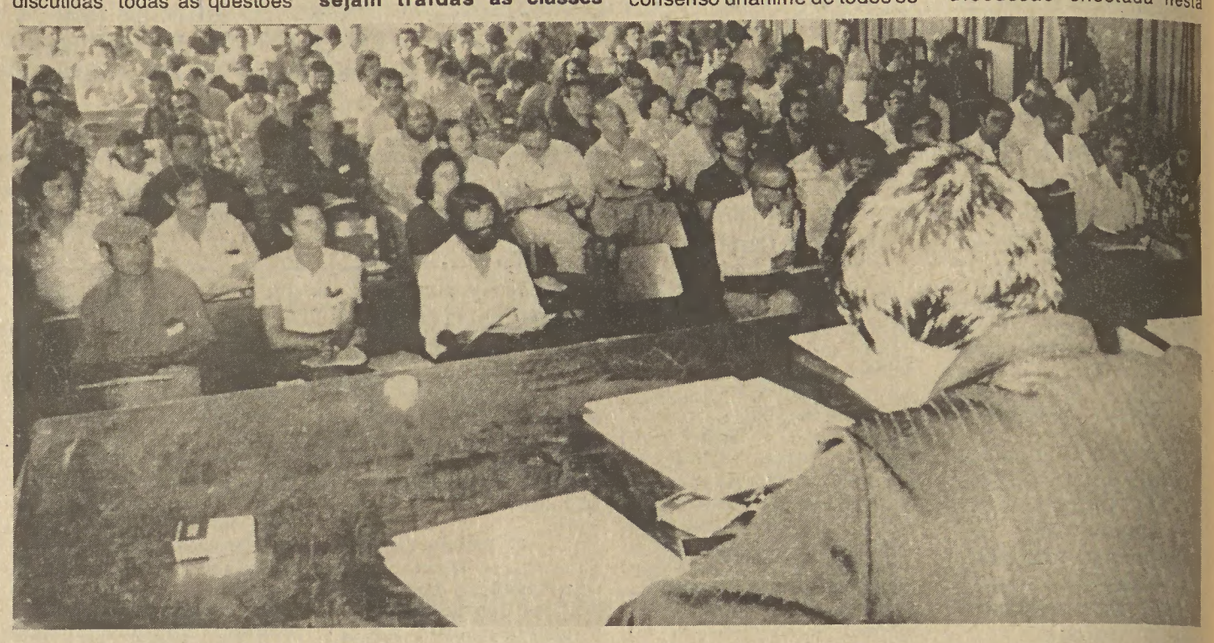
Coube ao Secretariado da Intersindical Nacional iniciar os trabalhos, historiando as diversas fases de preparação do Congresso dos Sindicatos, cuja convocação foi publicamente anunciada pelo Secretariado da Inter no decorrer do plenário realizado em 26 de Março em Coimbra.

O Secretariado da Inter salientou que **tendo em conta a necessidade urgente de adaptar os objectivos e as estruturas do movimento sindical à situação política actual com vista a reforçar a unidade dos trabalhadores para a defesa das conquistas alcançadas,** estabeleceu contactos, logo no início do mês de Abril, com várias direcções sindicais que contestam a orientação do Secretariado da Inter. Nesse sentido, e por iniciativa do referido Secretariado, realizaram-se reuniões com os sindicatos dos Bancários do Sul, dos Escritórios de Lisboa, Seguros do Sul, Contínuos e Porteiros e outros. Nessas reuniões foi reafirmada a intenção de convocar o Congresso e de serem, então, aprovados novos estatutos da central sindical e novo programa de acção. A eleição de novo Secretariado foi também acordada pelos participantes nestas reuniões.

A "CARTA ABERTA"

Um mês depois do Secretariado da Intersindical ter tornada pública a convocação do Congresso, 16 sindicatos — alguns dos quais participantes nas reuniões com o Secretariado da Inter — tornaram pública uma "Carta Aberta" dirigida aos trabalhadores portugueses, às direcções sindicais e Secretariado da Inter. Nesse documento, os signatários expressavam concordância com a decisão de convocar o Congresso tomada pelo Secretariado da Inter. Mas, pela primeira vez, a questão era abordada fora das estruturas do movimento sindical unitário, processo que provocou alguns escolhos à unidade do movimento sindical.

Entretanto, depois das comemorações unitárias do 1.º de Maio — durante as quais o Secretariado da Intersindical reafirmou o seu propósito de realizar o Congresso — novos contactos foram procurados pelo Secretariado da Inter com os autores da "Carta Aberta". A partir dessa altura, as reuniões passaram a assumir um carácter contínuo e nelas foram sistemàticamente discutidas todas as questões relativas à realização do Congresso e sua preparação.



Nessas reuniões, o Secretariado da Inter apresentou um conjunto de propostas, integradas num projecto de regulamento, algumas das quais constituem reivindicações dos subscritores da "Carta Aberta". Fazendo suas reivindicações que constituem disposições de acção do actual Secretariado da Intersindical surge agora com o objectivo de marginalizar a própria Intersindical deste processo. No entanto, é preciso ter em atenção que, sem ampla participação da Intersindical neste processo, o êxito deste ficará seriamente comprometido.

No mesmo sentido se devem analisar as tentativas, nalguns casos concretizadas, por parte de sindicatos subscritores da "Carta Aberta", de realizarem reuniões à margem da estrutura sindical, o que, aliás, não veio a prosseguir, devido à atitude firme do Secretariado da Inter, denunciando-as como divisionistas.

O Secretariado da Intersindical referiu ainda as razões da convocação desta reunião Geral de Sindicatos: **O Secretariado da Inter está na firme disposição de continuar a envidar todos os esforços para que não sejam traídas as classes trabalhadoras e para que a cisão do movimento sindical seja evitada".**

CONSENSO SOBRE 21 ARTIGOS

Após esta breve resenha histórica feita pelo Secretariado da Intersindical Nacional, procedeu-se à leitura dos 31 artigos do "Projecto de Regulamento do Congresso". Embora não se tenha procedido a qualquer tipo de votação, verificou-se consenso sobre 21 desses artigos. Acerca dos 11 restantes, registaram-se algumas dúvidas de pormenor e certas divergências de fundo. Uma das questões de fundo refere-se à participação no Congresso da estrutura sindical criada e desenvolvida pelos trabalhadores portugueses.

A ordem de trabalhos do Congresso constante desse projecto de regulamento — e na qual constam, entre outras, a alteração aos estatutos, a análise, discussão e aprovação do programa de acção, a lei sindical e a eleição do Secretariado — e a proposta apresentada quanto à data da realização do Congresso foram objecto de consenso unânime de todos os participantes.

No decorrer das numerosas intervenções, foi salientado que é possível ultrapassar as divergências. Esta Reunião Geral de Sindicatos criou, aliás, as condições necessárias para que a preparação do Congresso decorra de forma unitária, cessando definitivamente as iniciativas paralelas.

No final da reunião foi aprovada uma proposta — subscrita pelos sindicatos dos Metalúrgicos de Lisboa, Construção Civil de Lisboa, Gráficos do Porto, Vidreiros, Têxteis, Lanifícios e vestuário do Sul, Corticeiros de Portalegre e Electricistas do Sul — do seguinte teor:

"Considerando a necessidade dos sindicatos portugueses prosseguirem a discussão encetada nesta reunião; considerando a necessidade de fazer avançar mais rapidamente os trabalhos preparatórios do Congresso; propõe-se que a mesa da Reunião Geral dos Sindicatos promova todos os contactos necessários para se efectivar rapidamente uma nova Reunião Geral de Sindicatos onde seja eleita a Comissão Organizadora do Congresso; que a Mesa da Reunião Geral de Sindicatos recolha as sugestões feitas nesta reunião, e as outras que venham a ser apresentadas pelos sindicatos e, tendo em conta os pontos sobre os quais se chegou a consenso, proponha um projecto de regulamento do Congresso e o distribua por todos os sindicatos".

DESTRUIR A ESTRUTURA FASCISTA DA PREVIDÊNCIA E ADAPTÁ-LA AO ESPÍRITO DA CONSTITUIÇÃO

Os trabalhadores pretendem a criação urgente de um Serviço Nacional de Saúde

A gestão democrática da Previdência e a criação de um Serviço Nacional de Saúde, além das medidas a tomar para que sejam concretizados os fins que os trabalhadores se propõem atingir em matéria de seguro social, foram os principais temas em debate no decorrer do I Encontro das Comissões Administrativas das Caixas de Previdência e do Movimento Sindical, organizado na passada semana pela Intersindical Nacional.

Nas instalações da Voz do Operário — onde decorreu o Encontro — encontravam-se representadas 40 comissões administrativas das Caixas de Previdência, 80 Sindicatos, 12 Uniões Distritais, 2 Uniões Locais e 2 Federações. Dos objectivos deste Encontro ressaltava a intenção de trabalhar para a destruição da estrutura fascista que ainda persiste na Previdência, adoptando esta ao espírito da Constituição.

No período de tempo dedicado à discussão da gestão democrática, foi reafirmada a necessidade da participação dos trabalhadores na gestão e controlo da Previdência. Neste ponto, procedeu-se à distinção da gestão da Previdência, na qual devem participar todos os trabalhadores através do Movimento Sindical, e a gestão de cada instituição de Previdência, em cujo controlo participarão os trabalhadores de cada instituição, através dos seus organismos representativos, nomeadamente das suas comissões de trabalhadores.

Foi ainda decidido lutar pela participação dos trabalhadores noutros níveis de gestão, decisão e consulta, como nos Conselhos Distritais e Nacional da Previdência. Foi exigido do Governo que normalize a Federação das Caixas de Previdência, repondo nelas os representantes dos trabalhadores, de acordo com o estipulado no despacho de 26/9/74 e reafirmado no artigo 63.º, parágrafo 2 da Constituição.

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Os participantes no Encontro consideraram urgente a criação de um Serviço Nacional de Saúde, pela integração de todos os serviços existentes em cada distrito. Nesse Serviço Nacional, o Movimento Sindical deve estar representado na sua administração.

Outra das decisões refere-se à definição do Estatuto do Pessoal Técnico da Saúde, com vista à progressiva extinção das clínicas privadas. Por outro lado, devem ser criadas as estruturas materiais e humanas necessárias à rápida organização de centros comunitários de saúde em todo o País.

Estes Centros Comunitários de Saúde deverão abranger uma população de 15 a 30 mil habitantes, sempre que possível, referentes a uma área administrativa — conselhos nos meios rurais e freguesias ou conjunto de freguesias nos meios urbanos. Uma rede de Centros Comunitários de Saúde alargada a todo o País constituirá esqueleto do sistema nacional de Saúde. Para tal, os centros deverão apoiar-se numa eficiente rede de hospitais centrais e distritais Comissões Administrativas da Previdência, "a criação progressiva dos Centros Comunitários de Saúde deverá estar de acordo com a formulação e organização dum Serviço Nacional de Saúde em que as acções preventiva, curativa e de reabilitação se coordenem e integrem num plano coerente e racional".

SUSPENSÃO ARBITRÁRIA

O Secretariado da Intersindical Nacional enviou ao Presidente da República, Conselho da Revolução, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro e Ministro do Trabalho um telegrama em que a central única dos trabalhadores portugueses toma posição face à suspensão do dirigente sindical dos metalúrgicos de Viseu por parte do patrão da empresa "Fapa". É o seguinte o texto do telegrama:

O Secretariado da Intersindical Nacional protesta veementemente contra a suspensão arbitrária do dirigente sindical dos metalúrgicos de Viseu, José Figueiredo, trabalhador da Fapa, com evidente violação da lei das associações sindicais e desrespeito pela decisão dos trabalhadores da empresa, do sindicato e do delegado do Ministério do Trabalho de Viseu. Exigimos levantamento imediato da suspensão e intervenção das instâncias competentes na resolução do conflito.

SECRETARIADO DA INTERSINDICAL AVISTOU-SE COM O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Secretariado da Intersindical Nacional avistou-se no passado sábado com o Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, a quem entregou os documentos aprovados no plenário do dia 12 de Julho, cumprindo assim uma deliberação desse mesmo plenário.

No decorrer do encontro, o Secretariado da Intersindical felicitou o dr. Vasco da Gama Fernandes pela sua eleição para o cargo de Presidente da Assembleia. Os representantes da Inter manifestaram o seu agrado por essa escolha ter recaído sobre um homem com um passado de luta claramente antifascista, o que oferece garantias de que, sob a sua condução, a Assembleia da República zelará pela defesa das conquistas democráticas, pelo respeito e aplicação da Constituição e pelo avanço da revolução democrática rumo ao socialismo.

O Presidente da Assembleia da República manifestou a sua determinação de estar em permanente contacto com os trabalhadores antifascistas, comprometendo-se a dar conhecimento à Assembleia da República das preocupações e anseios das classes trabalhadoras.

244 SINDICATOS NO PLENÁRIO DA INTER EXIGEM NOVA LEI DA CONTRATAÇÃO E NOVO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

Os trabalhadores e as suas organizações sindicais vão elaborar um projecto de lei da contratação colectiva, ao mesmo tempo que exigem a revogação do decreto em vigor

A defesa do poder de compra dos trabalhadores, o problema da contratação colectiva e o salário mínimo nacional constituíram os temas em debate no último plenário da Intersindical Nacional, cujos trabalhos decorreram na passada quinta-feira em Lisboa, orientados por cinco membros do Secretariado da Inter. Nas instalações do Instituto Superior Técnico encontravam-se representados mais de um milhão e setecentos mil trabalhadores.

Os temas em debate estavam integrados no ponto respeitante à "Contratação Colectiva e Política Salarial" e a sua discussão retomava os trabalhos já iniciados no plenário do passado dia 12 de Julho. Foram submetidos à discussão do plenário três documentos apresentados pelo Secretariado da Inter: "Sobre a Defesa do Poder de Compra dos Trabalhadores", "Sobre o Grupo de Trabalho da Contratação Colectiva", e "Sobre o Salário Mínimo Nacional".

Estes três documentos foram aprovados por unanimidade, após discussão do plenário. O maior número de intervenções registou-se no documento referente ao salário mínimo. Aliás, este último continha uma proposta — que veio a ser aprovada — segundo a qual o Secretariado da Inter é mandatado para negociar com o governo a rápida actualização do salário mínimo nacional, *de forma que seja recuperado o poder de compra perdido desde a data em que entrou em vigor o actual salário de quatro mil escudos (1 de Junho de 1975) até à data da entrada em vigor do novo salário".* A mesma proposta considerava, ainda, necessário *o estabelecimento de medidas a fim de que o salário mínimo que venha a ser estabelecido seja efectivamente cumprido pelas empresas, e não suceda o que ainda acontece em muitas empresas ou distritos do país, onde os trabalhadores não recebem o salário mínimo nacional.*

NOVA LEI DA CONTRATAÇÃO, NOVO SALÁRIO MÍNIMO

Para o conjunto dos três documentos apresentados pelo Secretariado da Inter ao plenário, foi aprovada uma moção por maioria — uma abstenção e dois votos contra — proposta pelos sindicatos da Construção Civil de Lisboa, Químicos de Lisboa, Metalúrgicos de Lisboa e Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul.

Nos termos dessa moção foi aprovada a mais ampla divulgação para os citados documentos nas estruturas sindicais, a constituição do Grupo da Contratação Colectiva *e a dinamização da sua actividade, indispensável para a coordenação da política da contratação e de salários seguidas pelos Sindicatos, sem prejuízo da plena autonomia destes, e para a definição de uma linha comum de orientação do movimento sindical nestas matérias, o que também exige uma sólida estrutura técnica de apoio.*

A referida moção encarregou ainda o Secretariado da Inter de elaborar, com base no documento sobre Contratação Colectiva apresentado e tendo em conta as apreciações, sugestões e propostas que, por escrito e no prazo de vinte dias, os Sindicatos (filiados ou não), Federações e Uniões apresentem um projecto de Lei da Contratação Colectiva.

Esse projecto deverá ser apresentado e defendido junto dos órgãos do poder, após aprovação no Conselho Geral da Intersindical Nacional e no Grupo de Trabalho de Contratação Colectiva, e amplamente divulgado aos trabalhadores.

Aliás, a moção aprovada mandata a comissão eleita no anterior plenário da Inter para efectuar os contactos oficiais necessários à revogação do decreto da contratação colectiva, o qual é classificado no documento apresentado ao plenário pelo Secretariado da Inter *como a adaptação do patronato e dos sectores do aparelho de Estado, interessados na recuperação capitalista, à nova situação resultante de a luta dos trabalhadores e do Movimento Sindical terem tornado inviável a manutenção do congelamento da contratação que vigorou durante três meses.*

Finalmente, a referida moção indica ainda que, *na negociação com o Governo acerca do salário mínimo nacional, a realizar pelo Secretariado da Intersindical Nacional, seja devidamente acautelado e considerado o controlo do cumprimento do salário mínimo, a participação dos sindicatos nesse controlo e a situação real das pequenas e médias empresas.*

GRUPO DE TRABALHO DE CONTRATAÇÃO COLECTIVA

O Grupo de Trabalho da Contratação Colectiva foi criado no plenário da Intersindical Nacional de 12 de Julho pela esmagadora maioria dos sindicatos presentes. De facto, dos mais de cem, apenas três votaram contra e dois abstiveram-se.

A sua criação deveu-se ao facto de ter sido considerado urgente coordenar a actividade dos diferentes sindicatos neste campo fundamental para a defesa dos interesses dos trabalhadores, uma vez que a descoordenação até agora verificada era susceptível de criar injustiças e o aparecimento de tensões e divisões entre os trabalhadores.

Assim, o Grupo de Trabalho da Contratação Colectiva tem por objectivo apoiar os diferentes sindicatos que se encontrem envolvidos em processos de contratação colectiva, ajudar aqueles que, devido aos reduzidos meios financeiros, têm dificuldade em ter os seus próprios meios técnicos de contratação. Finalmente, o Grupo deverá igualmente apresentar ao Secretariado da Intersindical propostas quer relativas a posições a tomar pelo movimento sindical sobre contratação colectiva quer relativas a legislação deste domínio.

No entanto, o Grupo não visa substituir os sindicatos. A estes continua a caber a responsabilidade última e a direcção dos processos que visem a obtenção de novos CCT.

Os problemas que constituem o objectivo de trabalho do Grupo — afirma-se no documento do Secretariado da Inter apresentado ao plenário — *interessam a todos os trabalhadores portugueses. Por isso, o seu campo de trabalho não se pode circunscrever apenas aos sindicatos que estão neste momento inscritos na Inter.*

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A distribuição de «O Militante» assenta nos Centros de Trabalho (e nas assinaturas).

É indispensável que os organismos do Partido, desde os mais responsáveis aos menos responsáveis, organizem a venda de «O Militante» pelas respectivas organizações.

A divulgação de «O Militante» entre os membros do Partido passa a ser uma tarefa orgânica importante.

NA FESTA DO «Avante!»

DEBATES E COLÓQUIOS COM O PÚBLICO

dias 24, 25 e 26 de Setembro

Feira Internacional de Lisboa

A VIGILÂNCIA DOS TRABALHADORES NÃO PERMITIRÁ QUE A LEGISLAÇÃO ANTIOPERÁRIA E ANTIPOPULAR PASSE

Esta uma das conclusões que se podem tirar do Encontro das Comissões de Trabalhadores realizado no passado sábado na Mague (Alverca), por iniciativa dos secretariados da CIL e da USL

84 Comissões de Trabalhadores e Comissões Sindicais, 8 Secretariados de Comissões de Trabalhadores, 8 Sindicatos e 3 Uniões Sindicais estiveram reunidos em plenário no passado sábado, nas instalações da Mague em Alverca, numa convocação conjunta da União dos Sindicatos de Lisboa e do Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, para discutirem e analisarem a legislação antioperária, antipopular e inconstitucional aprovada pelo VI Governo Provisório.

Encontravam-se representados o Conselho de Trabalhadores de Odivelas, o Secretariado das CT do distrito de Setúbal, a Coordenadora de Almada, a Cintura Industrial do Norte, a Comissão de Trabalhadores da 7.ª Zona, o Secretariado das CT do Seixal, o Secretariado da zona de Vila Franca de Xira, os sindicatos dos Electricistas do Sul, dos Transportes Rodoviários de Évora, dos Rodoviários de Lisboa, dos Vidreiros, dos Cerâmicos e da Função Pública e as Uniões Sindicais de Lisboa, Setúbal e Porto.

Encontravam-se ainda presentes as Comissões de Trabalhadores e Comissões Sindicais das seguintes empresas: AC, Aminter, Arsenal do Alfeite, Argibais, Avelino Tavares Augusto, Asea Eléctrica, Balanças Portos, Bucelense, Cavan, Construtora Tâmega, Cimento Tejo, Cima, Construtora Moderna, Covina, Cometna (Amadora), Escola Avelar Brotero, Estaleiros Navais de Viana do Castelo, Eléctrica Industrial Portuguesa, Erofil, FOC (Mafra), Facar, FAP (Cabo Ruivo), Fábrica de Loiças de Sacavém, Fima, Gazena, Guerin, Intento, Icesa, Icosal, Iberol/Copaz, Interaço, Synres, JB Fernandes, JF Santos, Lanifícios Alenquer, Lupal, L'Oreal, Lisnave (Margueira), Mague (Setúbal), Metalúrgica Duarte Ferreira, Moinhos Santa Iria, Mervil, Metalúrgica Portuguesa de Sacavém, Otis, Processa, Petroquímica, Petrogal, Robbialac, Ravage, Rodoviária Nacional (Transul), Setenave, Sayer, Sociedade Reparadora Naval, Freixial, Sorefame, Sociedade Central de Cervejas, Trefilaria, Teixeira e Santos, Teixeira Duarte, Utic (Cabo Ruivo), Volkswagen, Van Leer, Fábrica de Braço de Prata, Fábrica de Bolachas Piral, Sousa Braga (Amadora), Socarmar, CUF (Barreiro), Copam, Mec, Móveis Olaio, EPAL, Avimetal, Luso-Alemã, Rodoviária Nacional (Grupo Eduardo Justo), Fábrica de Plásticos J. Santos, Soc. Nível, Entreposto Comercial de Automóveis, Sociedade Agro-Pecuária Aviário do Freixial, Sociedade Portuguesa de Explosivos e SIF (Agro-Pecuária).

OS TRABALHADORES E A BENEVOLÊNCIA PARA OS MARGINAIS

Os participantes no Encontro enviaram uma moção ao Supremo Tribunal de Justiça na qual protestam veementemente pela "benevolência que os tribunais têm quer em relação a marginais quer contra assassinos a soldo do capitalismo".

Este protesto, que foi igualmente enviado ao Presidente da República e Assembleia da República, é também dirigido contra as autoridades que "pactuem com tal gente e muito em especial contra os juízes que se limitaram a dar a pena de quatro anos e três meses de prisão para o assassino do sindicalista operário vidreiro".

Na referida moção, o protesto é reforçado por os juízes terem permitido "que o assassino aguarde em liberdade a decisão do Supremo Tribunal por a defesa ter recorrido da sentença".

"OS CAPITALISTAS QUE ESPEREM"

No início do plenário, um representante da União dos Sindicatos de Lisboa e do Secretariado da CIL pronunciou um discurso de abertura durante o qual salientou:

Em dois anos e seis governos, os trabalhadores portugueses conheceram situações difíceis, conquistas irreversíveis, recuos e avanços, lutaram pela consolidação do processo democrático, contribuíram decisivamente para a aprovação da lei máxima deste País: a Constituição Portuguesa. Logicamente, as forças reaccionárias, o capitalismo ou seus representantes, não aceitam, antes combatem, essa Constituição.

Prosseguindo, acentuou: **A razão fundamental deste Encontro, promovido pelo Secretariado das Comissões de Trabalhadores da CIL e União dos Sindicatos de Lisboa é, à luz do texto constitucional, combater a legislação antioperária e antipopular aprovada e publicada nos últimos dias de mandato do VI Governo Provisório e que, a ser posto em prática, pode transformar-se num precedente que choca frontalmente, não só com a Constituição mas também com os mais elementares direitos dos trabalhadores e do nosso povo.**

Apelando para a discussão de todos os presentes, o orador prosseguiu: **Um Estado que se diz democrático em transição para o Socialismo, não pode nunca ser construído com aumento de desemprego, com o regresso de fascistas e incompetentes saneados às empresas, cortando ou espartilhando a iniciativa criadora dos trabalhadores através do controlo operário, negando a nossa participação e parecer sobre matéria que nos diz directamente respeito.**

Num processo que se diz democrático e revolucionário — prosseguiu — **nenhum Governo tem o direito de indemnizar em 30 milhões de contos banqueiros, latifundiários e capitalistas, tirando em contrapartida aos trabalhadores (à sombra de leis) o direito ao pão e ao trabalho. Se há empresas em dificuldades económicas, com excedente de mão-de-obra, com necessidade de reconversão, então que se agarre nesses 30 milhões de contos para ajudar à reconversão e à criação de novos postos de trabalho. Os capitalistas e latifundiários que esperem.**

OS TRABALHADORES DEFENDEM A CONSTITUIÇÃO

Noutro passo da sua intervenção, o representante da CIL e da USL afirmou: **O Presidente da República afirmou solenemente respeitar e fazer cumprir a Constituição. Os poderes constituídos a nível civil e militar também o afirmam constantemente. Até mesmo aqueles que votaram contra ela, dizem respeitá-la, o que não acreditamos.**

Se assim é — acentuou de seguida — **também os trabalhadores estão dispostos a ser os campeões da legalidade democrática e constitucional. Quem não a cumprir, seja quem for, terá a nossa clara oposição e a nossa luta, nomeadamente quando as conquistas fundamentais nela contidas não forem consideradas ou estejam ameaçadas.**

Finalmente, e abordando o problema dos decretos-leis antioperários e inconstitucionais, o orador salientou que, face a eles, mais uma vez se prova que os interesses dos trabalhadores, independentemente da sua opção ideológica, são comuns a todos. **A resposta pronta e firme** — acentuou — **é já uma prova real dessa unidade necessária. Este encontro é já uma forma de luta que pode ter, terá de certeza, consequências que ultrapassam a importância dum simples Encontro. Os órgãos do Poder verificarão que a vigilância dos trabalhadores e das suas organizações não permitirá que a legislação antioperária e antipopular passe.**

E a finalizar, o orador lançou um apelo: **Saibamos respeitar a memória daquele trabalhador do Aviário do Freixial que, no último Encontro aqui realizado, tombou vítima de doença e de emoção quando apelava para a unidade dos trabalhadores.**

CONTRA A LEGISLAÇÃO ANTIOPERÁRIA

No decorrer das discussões seguidamente realizadas foi aprovado um conjunto de conclusões e decisões, de entre as quais se salientam:

- **A entrada em vigor da Constituição cria condições para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores para que as leis reflictam a sua vontade.**
- **A legislação recentemente aprovada faz parte integrante do processo de recuperação capitalista e visa fazer pagar aos trabalhadores os problemas económicos criados e agravados pelo grande patronato, a reacção e o imperialismo.**
- **O Decreto-Lei 471/76 permite a reintegração nas empresas de lacaios e cúmplices do regime fascista que os trabalhadores expulsaram por esse motivo e por actividades contra-revolucionárias já após o 25 de Abril, ou que lhes sejam pagas chorudas indemnizações caso não sejam reintegrados, enquanto não é cumprida a proibição constitucional dos despedimentos sem justa causa, como sucede na TMG e na Coronado, e continuam a correr processos disciplinares que visam o saneamento de democratas e antifascistas do aparelho de Estado.**
- **O Decreto-Lei 530/76 vem facilitar a recuperação capitalista e a ingerência imperialista na política interna e na economia portuguesa, negando o direito ao trabalho e ao salário constitucionalmente reconhecido a todos os trabalhadores.**
- **A aplicação do Dec.-Lei 530/76 às empresas nacionalizadas e com intervenção estatal está já a ser justificada pelas dificuldades de falta de trabalho e de financiamento, dificuldades que só os trabalhadores têm combatido e apresentado propostas concretas para reconverter e planificar as empresas nacionalizadas; e ainda a própria aplicação do decreto a estas empresas visa fomentar o divisionismo no nosso seio, visa virar os trabalhadores contra as nacionalizações, a abrir caminho à recuperação capitalista das nacionalizações.**
- **O Dec.-Lei 294/76 constitui o equivalente para os trabalhadores da Função Pública do Dec.-Lei 530/76 e vem adicionar-se ao despacho antigreve para aqueles trabalhadores, correspondendo ambos ao propósito das forças interessadas na recuperação capitalista de dominar o aparelho de Estado e de combater a solidariedade entre os trabalhadores do Estado e todos os outros.**
- **O projecto de Decreto sobre Comissões de Trabalhadores e Controlo Operário limita o direito constitucionalmente reconhecido aos trabalhadores de formarem Comissões de Trabalhadores, de regulamentarem o seu funcionamento e de exercerem o Controlo Operário, protege escandalosamente as multinacionais e apesar de não ter sido promulgado pelo Presidente da República, o patronato pretende convencer os trabalhadores de que aquele decreto já está em vigor, o que é completamente falso.**
- **O Controlo Operário é uma arma fundamental para garantir a plena participação dos trabalhadores na orientação da economia para o socialismo, onde não haja lugar para a exploração do homem pelo homem, e por esse motivo é que o patronato tenta evitar que o Controlo Operário seja efectivamente aplicado.**

Ainda sobre toda esta matéria legislativa, os trabalhadores presentes no Encontro de Alverca consideraram ter sido publicada e elaborada sem que as organizações de trabalhadores tivessem sido ouvidas, como é seu direito nos termos dos artigos 56.º e 58.º da Constituição.

OS TRABALHADORES O CONGRESSO E A UNIDADE

O plenário realizado na Mague alerta "todos os trabalhadores para a necessidade de dar combate às tentativas de divisão directamente feitas ou fomentadas pelas forças mais reaccionárias e interessadas na recuperação capitalista".

Nesta moção, o encontro de Alverca alerta os trabalhadores "para a necessidade de alargarem e aprofundarem a sua unidade, combatendo o sectarismo que, objectivamente só beneficia aqueles que pretendem continuar a explorá-los".

A moção termina apelando para a mais ampla participação de todos os trabalhadores na preparação do próximo Congresso Sindical e apela às direcções sindicais para que ultrapassem as divergências ainda existentes de modo a que o Congresso se realize este ano.

NA UNIDADE OS TRABALHADORES AVANÇAM

Em face do carácter antioperário, antipopular e inconstitucional daquelas medidas, os trabalhadores deliberaram:

1.º — Recomendar a todas as Comissões de Trabalhadores e Sindicatos que divulguem e distribuam amplamente os Dec.-Lei aqui discutidos e as suas análises e críticas feitas no Encontro e promovam a sua discussão para que todos os trabalhadores sejam ganhos para uma mobilização consciente e organizada contra a aplicação dos Decretos-Lei 164-A/76, 471/76, 530/76, 294 e despacho antigreve para a Função Pública e pela sua imediata revogação;

2.º — Que os Secretariados da Cintura Industrial de Lisboa e da União de Sindicatos de Lisboa exijam junto dos órgãos do Poder a imediata revogação de toda aquela legislação inconstitucional e antipopular;

3.º — Que, aproveitando a ocasião da apresentação do Programa do próximo Governo, os Secretariados da CIL e da USL ponham publicamente as questões que neste momento mais preocupam os trabalhadores e exijam uma resposta clara do Governo, nomeadamente em relação à proibição dos despedimentos, e do direito ao trabalho, que estão na Constituição;

4.º — Que os Secretariados da CIL e da USL elaborem um novo projecto de lei sobre Controlo Operário e, após ampla consulta às organizações dos trabalhadores, desenvolvam toda a actividade necessária para que a Assembleia da República venha a aprovar a lei elaborada e discutida pelos próprios trabalhadores como consigna a Constituição;

5.º — Que no caso da actuação desenvolvida pelos Secretariados da CIL e da USL não ser considerada pelos órgãos do Poder, desrespeitando de novo a Constituição, deverão os organismos dos trabalhadores, principalmente os Secretariados da CIL e da USL, mobilizar os trabalhadores.

No final, os Secretariados da CIL e da USL fizeram um apelo a todos os trabalhadores para que se unam no combate a todas as tentativas divisionistas e para reforçarem as suas organizações de classe — **únicas e poderosas garantias de vencermos a recuperação capitalista e construirmos em Portugal um regime democrático a caminho do Socialismo.**

OS TRABALHADORES E OS VENCIMENTOS DOS DEPUTADOS

Os trabalhadores reunidos em Alverca lamentaram que "os mandatários do Povo na Assembleia da República entendam que se dignificam quanto maior for o seu salário, esquecendo que muitos homens e mulheres dignos vencem salários de fome, como é o caso do salário mínimo nacional e as pensões de reforma."

E a moção aprovada pelos trabalhadores a este respeito afirma ainda: "Independentemente de um salário justo que os deputados deviam vencer, não se aceita nem se compreende que, para além dos 18 900$00, subsídios e regalias sociais superiores aos outros trabalhadores, seja aprovado ainda que administradores, hoje deputados, possam vir a receber vencimentos iguais ao que recebiam nas empresas".

OS TRABALHADORES E A LIBERTAÇÃO DOS TORCIONÁRIOS

Os trabalhadores reunidos em Alverca "vêm claramente mostrar a sua surpresa e o seu repúdio pela solta de Pides altamente responsáveis nesta organização fascista. Conhecidos torcionários soltos sob caução de 30 contos passeiam hoje em plena liberdade, cruzando-se com aqueles que torturaram, chegando já à provocação e à ameaça a antifascistas e democratas conhecidos, em plena via pública".

Esta moção, aprovada pelos trabalhadores e enviada ao serviço de Extinção da PIDE/DGS, Conselho da Revolução, Presidente da República e Assembleia da República, denuncia o facto de que, ao abrigo do Decreto-Lei 471/76 "os bufos e fascistas tentam regressar às empresas".

NOTÍCIAS DO TRABALHO

- Uma delegação dos 17 suspensos da Têxtil Manuel Gonçalves avistou-se na passada semana com o dr. Marcelo Curto, ao qual exigiram o cumprimento das decisões governamentais e respeito pela Constituição. Segundo um comunicado dos 17 trabalhadores arbitrariamente suspensos, o ministro do Trabalho comprometeu-se a resolver a sua situação.
- A partir de hoje, a direcção do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia tem poderes, que lhe foram conferidos pelos seus associados, para decretar a greve. Esta poderá ser desencadeada caso a entidade patronal insista na sua recusa em assinar um novo Contrato Colectivo de Trabalho.
- Prossegue a greve total dos trabalhadores da Finançor, de Ponta Delgada, em luta por uma nova tabela salarial.
- Os trabalhadores das empresas PAPAE, SIPE, Indelma, FACEL e ENAE aprovaram moções em que exigem a revogação dos decretos antioperários.
- Os 250 trabalhadores da "Prometalis" empresa metalúrgica de Leça do Balio — encontram-se em greve como forma de protesto contra um despacho do ministro das Finanças que limita os financiamentos àquela empresa. Os trabalhadores não recebem os seus salários desde Junho.
- O patrão da fábrica de cerâmica das Devesas (Vila Nova de Gaia) despediu o delegado sindical José Andrade Ricardo por este ter discutido com outro trabalhador fora das instalações da fábrica (?). Saliente-se que nem o facto dos dois trabalhadores terem posteriormente conciliado o seu diferendo foi motivo suficiente para que o patrão consumasse o seu acto. Motivo: aproveitar a oportunidade para despedir um activista sindical que vinha lutando pelo pagamento dos retroactivos em dívida desde Julho de 1974.
- Os trabalhadores das firmas Simões, Somec, Luís Romão e Edifer, reunidos em plenário, repudiaram os decretos antioperários feitos nas costas dos trabalhadores e contrários à Constituição.
- Os mil e trinta e quatro trabalhadores da empresa metalúrgica Oliveira e Ferreirinha mantêm-se paralisados há 16 dias, em virtude da entidade patronal não proceder ao pagamento do subsídio de férias e não garantir emprego aos trabalhadores. Recorde-se que a comissão de gestão do Banco Português do Atlântico detém 31 por cento do capital da empresa, a qual exporta 70 por cento da sua produção. A comissão de gestão do BPA recusou-se a receber uma delegação dos trabalhadores.
- A Comissão de Trabalhadores do Banco Totta protestou contra a nomeação de um indivíduo para o cargo de gerente de crédito de uma agência daquela instituição bancária, uma vez que a anterior Comissão Administrativa do Banco havia punido o agora gerente quando este desempenhava funções numa dependência de Alvalade, retirando-lhe confiança para exercer responsabilidade de gestão.
- Os trabalhadores papeleiros decidiram suspender a greve iniciada no passado dia 12 de Julho. A decisão deve-se ao facto de o Ministério do Trabalho se ter comprometido a definir, por via administrativa, as empresas que ficarão classificadas em diferentes grupos, para efeitos do cumprimento do CCT, em negociações.
- As 23 operárias da fábrica de confecções Clarbel, na Marinha Grande, que vêm lutando desde há semanas, pelo pagamento dos salários em atraso e procurando impedir que o patrão continuasse a retirar mercadorias e equipamento da fábrica, foram agora surpreendidas por uma notificação do patrão em que lhes é comunicado o seu despedimento. Quando uma delegação de dirigentes sindicais e funcionários da delegação de Leiria do Ministério do Trabalho pretendiam proceder na empresa a um inventário da existência de mercadorias, foi impedida pelo patrão de o realizar.
- Um comunicado conjunto de 7 sindicatos alerta os trabalhadores para o facto de, até ao final deste ano, se poder consumar o maior despedimento colectivo em Portugal. Os sindicatos denunciam assim o acordo celebrado entre o Ministério do Trabalho e a administração da multinacional Timex. Por considerarem grande parte do citado acordo contrário à legislação em vigor e à própria Constituição, os sindicatos signatários do comunicado advertem que não tomam em consideração a sua existência na resolução de problemas com reflexos laborais, criados pela administração da Timex.
- A tentativa de despedimento colectivo na "Dardo" foi impedida pela luta dos trabalhadores desta empresa, pelo apoio e solidariedade a essa luta dados por cinco sindicatos e por um despacho ministerial. A entidade patronal pretendia despedir arbitrariamente 27 trabalhadores.

REESTRUTURAÇÃO DO INATEL VAI SER DISCUTIDA PELOS TRABALHADORES

O I Encontro Nacional de Sindicatos e Comissões de Trabalhadores, que se reuniu no passado sábado nas instalações do Instituto Superior Técnico, teve como tema principal dos seus trabalhos o INATEL e o aproveitamento dos tempos livres dos trabalhadores. Organizado pelo Secretariado da Intersindical Nacional e pelo próprio INATEL, o Encontro contou com a participação de representantes de 45 sindicatos, 9 delegações distritais do INATEL, 10 Uniões sindicais, 1 Federação e 8 Comissões de Trabalhadores, num total de mais de 200 participantes.

Uma das mais importantes deliberações tomadas no decorrer do plenário, e após discussão generalizada sobre os problemas que se colocam à gestão do INATEL, foi a de promover a discussão desses problemas entre os trabalhadores e os seus sindicatos.

O representante do Secretariado da Intersindical, na sua intervenção, sublinharia a importância do INATEL para os trabalhadores:

O caminho é o da mobilização e organização dos trabalhadores para o controlo de toda a vida do INATEL, fazendo dele um verdadeiro organismo ao serviço da luta e da emancipação dos trabalhadores, um instrumento capaz de actuar em várias frentes, do Desporto à Cultura, das férias à educação física, contribuindo com a sua quota para a formação da consciência socialista dos trabalhadores contra a ameaça fascista e a recuperação capitalista.

No final dos trabalhos foram aprovadas duas moções. Uma delas manifestava o repúdio de todos os trabalhadores presentes pelo afastamento do delegado do Ministério do Trabalho, dr. Guedes Lebre, da Comissão Administrativa do INATEL. Este afastamento foi decidido nos últimos dias do respectivo mandato pelo ex-ministro do Trabalho, capitão Tomás Rosa. Nessa mesma moção, os participantes do Encontro exprimiram todo o seu reconhecimento pela actividade desenvolvida pelo dr. Guedes Lebre. Esta moção foi aprovada por maioria, com três votos contra e uma abstenção.

A outra moção aprovada e apresentada ao Encontro pelo INATEL e pelo Secretariado da Intersindical é do seguinte teor:

Os trabalhadores reunidos no passado dia 31 de Julho, no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, no I Encontro Nacional de Sindicatos e Comissões de Trabalhadores — organização conjunta do INATEL e da Intersindical para discussão e aprovação do Projecto de Reestruturação do INATEL — congratulam-se com os resultados obtidos pelos atletas portugueses nos Jogos Olímpicos de Montreal.

Lembrando que algumas das brilhantes actuações desses camaradas só foram possíveis pelo trabalho de preparação planificado, os participantes deste Encontro Nacional consideram a urgência de uma real massificação desportiva com vista à edificação de um desporto ao serviço das classes trabalhadoras.

REUNIÃO DE TRABALHO EM SETÚBAL: O DISTRITO PREPARA A FESTA DO «AVANTE!»

A procura colectiva de soluções adequadas à realidade de cada concelho pôde dar à reunião resultados muito proveitosos

Os preparativos da Festa do "Avante!" continuam por todo o lado. Desta vez, fomos assistir a uma reunião promovida pela Comissão Distrital da Festa, da Organização Regional de Setúbal. Na mesa encontravam-se camaradas das Comissões Concelhias do Barreiro, Seixal, Almada e Setúbal, colaboradores da Informação e Propaganda da DORS e ainda a camarada Luísa Araújo, membro da Direcção Regional, que presidia à reunião. Participavam representantes das comissões da Festa em cada um dos concelhos que fazem parte do distrito. Três dezenas de camaradas encontravam-se presentes, trazendo consigo as experiências das diferentes organizações e que puderam dar uma panorâmica do que tem sido o esforço criador orientado para a realização do maior acontecimento político-cultural que vai preencher os dias 24, 25 e 26 de Setembro, na FIL.

CIDADE DO LIVRO E DO DISCO
NA FESTA DO
«Avante!»
dias 24, 25 e 26 de Setembro
Feira Internacional de Lisboa

A diversidade das experiências, os êxitos e as dificuldades surgidos, a procura colectiva de soluções adequadas à realidade de cada um dos concelhos pôde dar à reunião resultados muito proveitosos. A extensa ordem de trabalhos proposta abrangia a totalidade dos aspectos do trabalho desenvolvido e a desenvolver, e as informações prestadas por cada um dos participantes permitiram a coordenação necessária para que as mais variadas actividades propostas e já levadas a cabo não venham a quebrar mas, pelo contrário, venham a contribuir para que seja dada uma ideia de unidade e de equilíbrio que é apanágio do trabalho dos comunistas e das suas preocupações em matéria de organização e de esforço colectivo.

A camarada Luísa Araújo abriu a reunião referindo-se ao primeiro ponto da ordem de trabalho aprovada anteriormente, salientando os aspectos fundamentais e objectivos a alcançar com a Festa do "Avante!". Com efeito, não é demais lembrar, sobretudo quando repensamos o trabalho e procuramos consolidá-lo e desenvolvê-lo, o que pretendem os comunistas com esse grande acontecimento com importante impacto político, como foi definido pela camarada. Batalha política, que exige e está conseguindo o empenhamento de muitos militantes organizados, a Festa pretende chegar muito longe, muito além dos militantes ou simpatizantes do Partido, dar a conhecer a amplas massas de trabalhadores o que foi a vida clandestina do Partido que sempre esteve na primeira linha na defesa dos interesses da classe operária e do povo, o que tem sido a vida desse mesmo Partido depois do derrubamento da ditadura fascista, para o qual contribuiu decisivamente, dar a conhecer o fortalecimento e alargamento da organização partidária no decorrer das intensas lutas políticas desenvolvidas até hoje.

Quem são os comunistas, que propostas o PCP adianta para a resolução dos graves problemas nacionais, tudo isto deve constituir o tema fundamental em torno do qual as organizações do Partido trabalham para que possa ser perfeitamente claro para os milhares e milhares de visitantes da Festa a importância do Partido dos Trabalhadores, o seu papel determinante na construção da democracia rumo ao socialismo, a sua vastíssima implantação. É desse modo que todas as organizações estarão representadas nas zonas da FIL para isso escolhidas.

NA FESTA DO
«Avante!»
FESTIVAL DE TEATRO E FESTIVAL DE CINEMA

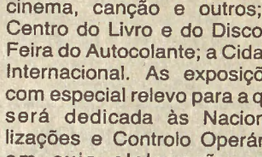
dias 24, 25 e 26 de Setembro
Feira Internacional de Lisboa

ESTRUTURAR E COORDENAR

Foram ainda abordadas as várias realizações planeadas para os três dias de Setembro. A zona dedicada à Reforma Agrária, com a participação de Unidades Colectivas de produção, venda de produtos da mais avançada conquista da revolução democrática; os diversos festivais — teatro, cinema, canção e outros; o Centro do Livro e do Disco; a Feira do Autocolante; a Cidade Internacional. As exposições com especial relevo para a que será dedicada às Nacionalizações e Controlo Operário, em cuja elaboração será determinante a participação da DORS.

Os problemas que levanta a participação de um distrito tão importante como o de Setúbal, a vasta gama de aspectos que pode abarcar, levaram ao reconhecimento da necessidade de uma organização montada com o fim próprio de orientar os trabalhos para a Festa. É assim que surge a Comissão Distrital de que já falámos, que integra elementos dos quatro concelhos cuja participação será mais relevante. Basta referir que os mesmos ocuparão 71 % do espaço dedicado ao Distrito, na zona coberta da FIL e cerca de 75 % da zona descoberta.

Coordenar e incentivar as diversas organizações voltadas para as tarefas da Festa é a atribuição desta Comissão, para além da ajuda que procura prestar na coordenação técnica e material a nível nacional. Assim, como exemplo, referimos que o concelho de Almada irá deslocar para a FIL técnicos para a montagem de instalações. Aparecem também as comissões coordenadoras concelhias, das quais alguns elementos se encontravam presentes. Como ligação permanente a nível informativo de toda a estrutura, a Comissão Distrital publica e distribui internamente uma folha informativa, chamando a atenção para determinados problemas técnicos e políticos ligados com a organização do trabalho, apontando a necessidade de planificá-lo, de marcar datas e, sobretudo, de as cumprir.



FESTIVAL INTERNACIONAL DA CANÇÃO POLÍTICA
dias 24, 25 e 26 de Setembro
Feira Internacional de Lisboa
NA FESTA DO
«Avante!»

CIDADE INTERNACIONAL
Exposições e bancas de vendas de produtos e recordações de todo o mundo
dias 24, 25 e 26 de Setembro
Feira Internacional de Lisboa
NA FESTA DO
«Avante!»

O ponto de Organização a que nos temos estado a referir suscitou uma animada troca de impressões. Focou-se o problema de ser necessário, por exemplo, prestar atenção às iniciativas de cada concelho, de modo a que não haja repetição, pois tem acontecido, como se verificou no decorrer da reunião, organizações mesmo distantes umas das outras terem a mesma ideia e pretenderem apresentar o mesmo tipo de trabalho já que o sector de actividade desenvolvido na região tem similitudes flagrantes com os de outra. Revelou-se muito frutuosa a comparação de experiências, que puderam ajudar outras organizações a encontrarem a solução para as suas dificuldades. Abordado, por exemplo, o problema de fundos para fazer face às despesas da Festa: os camaradas do Barreiro referiram o grande êxito que tem estado a ter uma iniciativa levada a efeito através de listas distribuídas por militantes. A maior parte dos contribuintes tem sido simpatizantes socialistas, reconhecem a importância da Festa do "Avante!" e dispõem-se a dar a sua ajuda financeira. Na freguesia do Lavradio, disse um camarada, essas listas foram distribuídas em estabelecimentos comerciais, padarias, farmácias, mercearias e, em pouco tempo, eram totalmente preenchidas, revertendo a recolha apenas para despesas com a Festa.

Tanto do ponto de vista de recolha de fundos, como do ponto de vista propagandístico, abundantes ideias foram expostas: aproveitar sobretudo as Feiras, que é "o tempo delas", promover a venda de Entradas Permanentes. Uma Festa aberta a todos os trabalhadores, terá de ser propagandeada em todos os locais onde se encontram os trabalhadores, onde se encontra o povo, na sua vida quotidiana. Esta preocupação de conseguir interessar as mais amplas massas para a grandiosa realização de Setembro, fez também referir que os camaradas que vão ficar de serviço a cada "stand" devem conhecer muito bem, estar intimamente relacionados com os aspectos aos quais o mesmo "stand" é dedicado, no sentido de poderem prestar esclarecimentos, promover um grande diálogo com todos os visitantes.

INICIATIVAS DO BARREIRO A SINES

Em muitos concelhos, em muitos organismos, um ponto de discissão em todas as reuniões: a Festa do "Avante!". Sessões de explicação do que irá acontecer em Setembro, recolhas de fundos que revestem formas originais. Em Palmela, espera-se a Feira das vindimas; Grândola venderá artesanato, também na feira; no Barreiro, os camaradas da CP estabelecerão bancas na hora do almoço; uma camioneta percorrerá as localidades promovendo a venda da EP. Nos centros de trabalho das freguesias serão feitos concursos e sorteios.

A reunião estendeu-se por todo o dia no Centro de Trabalho de Setúbal. Já num dos números anteriores tínhamos referido os projectos e o trabalho desenvolvido pelo concelho. Hoje daremos uma panorâmica do que ouvimos — como sempre guardando algumas surpresas. Os camaradas do Barreiro trouxeram mesmo com eles um gráfico em que eram anotadas as iniciativas programadas, as já desenvolvidas. Ficámos a saber que irão organizar uma exposição política abundantemente documentada, a história do PCP no concelho desde a primeira reunião; a célula da CUF, além de organizar brigadas de mão-de-obra para a montagem na FIL, apresentará miniaturas de um contentor, de um forno de fundição. Junto da comissão concelhia da festa funcionam duas outras, uma técnica e outra de apoio, para poderem levar por diante o trabalho que no Barreiro se prepara.

Em Sines, ligada ao executivo da Comissão funciona a comissão da Festa, com apoio técnico para a exposição. os camaradas previram também a organização de excursões para trazer a Lisboa os muitos trabalhadores que certamente quererão visitar a Festa. Objectos de artesanato, trabalhos em concharia, especialidades regionais, caldeiradas dos camaradas pescadores esperarão por nós em Setembro.

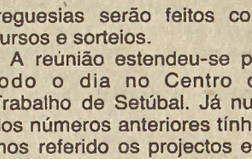
Almada coordena a actividade através de um organismo composto pelos camaradas de 9 freguesias, de 5 empresas de construção e reparação naval e ainda 7 camaradas ligados à Informação e Propaganda. No Arsenal do Alfeite e na Lisnave, formaram-se comissões especiais. A própria Comissão Concelhia encarregou-se de organizar uma exposição sobre as lutas no concelho antes e depois do 25 de Abril, dados socio-económicos, biografias de camaradas oriundos de Almada, e para a zona descoberta estão previstas exposições sobre a vida das estruturas populares. Almada pensa também levar a efeito uma série de actividades, corais, canto livre, para a recolha de fundos antes da Festa.

O Seixal apresentará através do trabalho dos camaradas da Automática a montagem de um telefone e projecta passar filmes e vender uma brochura sobre as lutas dos corticeiros com o objectivo de custear as despesas da sua participação.

Na Moita pensa-se apresentar colecções de desenhos originais, enquanto a organização de Grândola trabalha na feitura de um mapa em cortiça com a implantação do Partido e vai organizar uma caravana para propaganda e venda de EP's.

De Palmela, esperamos novidades sobre uma das grandes actividades da região — o fabrico de vinhos. De Santiago, além dos trabalhos das tricotadeiras e da venda de produtos da Reforma Agrária, irão aparecer brinquedos de cortiça.

De Norte a Sul do distrito, trabalha-se, imagina-se, organiza-se. Foi a ideia que retirámos da reunião que acabou com a marcação de uma visita colectiva à FIL pelos camaradas presentes, para que melhor possam avaliar no local as possibilidades que vão ter de melhor nos mostrarem o produto desta intensa actividade.



HISTÓRIA DO PCP E DO «Avante!»
Grande exposição!
Debates e troca de impressões entre os leitores e os redactores do «Avante!»
dias 24, 25 e 26 de Setembro
Feira Internacional de Lisboa
NA FESTA DO
«Avante!»

«COMES E BEBES»
«Barraquinhas» com especialidades regionais e os petiscos mais variados!
dias 24, 25 e 26 de Setembro
Feira Internacional de Lisboa
NA FESTA DO
«Avante!»

CIRCO CINEMA «ROBERTOS»
(Tudo para Crianças)
dias 24, 25 e 26 de Setembro
Feira Internacional de Lisboa
NA FESTA DO
«Avante!»

NA FESTA DO «Avante!» A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO participará na festa!
«Stands» de células de empresas, de núcleos profissionais, de organizações regionais.
Feira das Indústrias
dias 24, 25 e 26 de Setembro

VAMOS VENDER 100 000 EPs!

As Organizações Regionais do Partido decidiram, no seu conjunto, conseguir vender, até às vésperas da grandiosa Festa do "Avante!", uma centena de milhares de EP's!

Cada uma planificou, segundo as previsões atribuídas a cada sector, metas a atingir. O que diz bem do interesse manifestado pelo conjunto do Partido em transformar a venda da EP numa tarefa nacional, cujo significado não escapa a ninguém: levar à Festa do nosso jornal milhares e milhares de trabalhadores, conseguir uma contribuição financeira que possibilite efectivamente um grande apoio ao órgão central do PCP. Dar possibilidades à Festa de ser o que pretende: a grande realização política e cultural que temos anunciado nestas páginas e para a qual trabalham em militância dedicada milhares de camaradas de norte a sul do país.

Vamos ultrapassar as metas que nos propusemos!

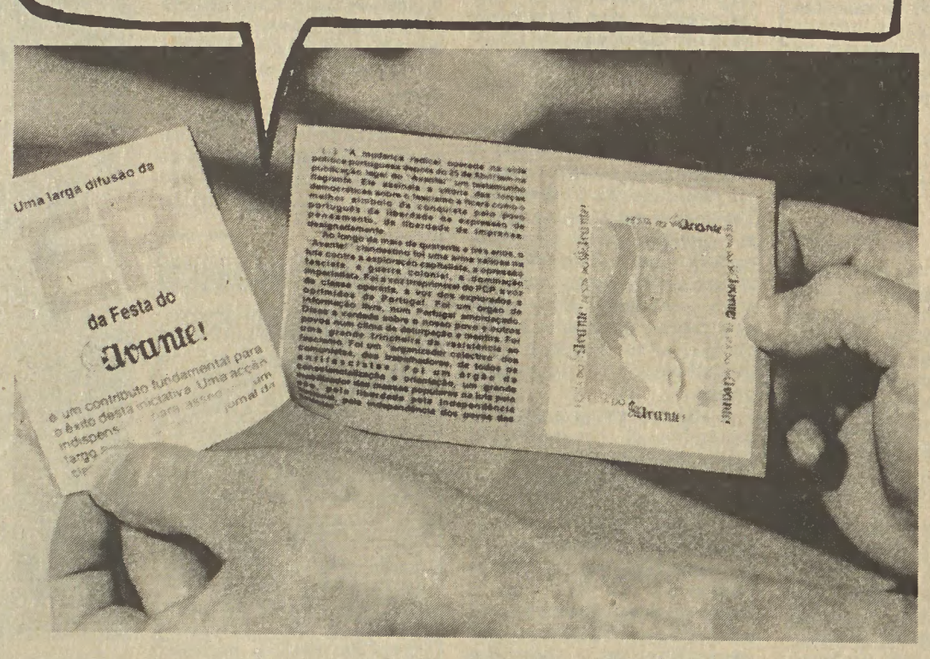
A grande aceitação da EP — que proporciona a Entrada Permanente na FIL durante os três dias da Festa — permite concluir que muitas organizações conseguirão fazê-lo.

O "Avante", selando assim a fraternidade que une todo o Partido ao seu jornal, decidiu retribuir o esforço que as organizações têm posto com entusiasmo na propaganda e venda das EP's. **Deste modo, às organizações regionais que proporcionalmente mais excederem as metas que se propuseram atingir, o colectivo de organização central da Festa e o dos trabalhadores do "Avante!" oferece:**

à primeira — 1 duplicador eléctrico ou 1 aparelhagem sonora (comporta 1 amplificador e 2 altifalantes);
à segunda — 1 máquina de escrever;
à terceira — 1 máquina de escrever;
à quarta — 1 megafone;
e quinta — 1 megafone;
à sexta — materiais da Editorial "Avante!" no valor de 5000$00
à sétima — materiais da Editorial "Avante!" no valor de 5000$00

FESTA DO Avante! FESTA DO Avante! FESTA DO Avante! FESTA DO Avante! FESTA DO Avante! FESTA DO Avante!

Quando da venda, a parte destacável marcada **"EP"** deve ser cortada pelo picotado e devolvida à Organização.



É evidente que não se trata de prémios, mas tão-só de corresponder ao entusiasmo que vai redobrar e tem sido desde o início posto em movimento por todas as organizações do nosso Partido procurando também, da parte do colectivo da organização central da Festa e o dos trabalhadores do "Avante!", contribuir no mesmo espírito de camaradagem para pôr à disposição das organizações novas ferramentas de trabalho!

AVANTE NA VENDA DA EP! VAMOS ULTRAPASSAR AS CEM MIL!

ALEGRIA E ENTUSIASMO NO COMÍCIO-FESTA DA FIL

No decorrer do comício-festa que reuniu milhares de pessoas foram atribuídos valiosos brindes a possuidores de «EP's». O próximo sorteio realiza-se a 4 de Setembro.

Milhares de pessoas acorreram no passado sábado à Feira Internacional de Lisboa (FIL) para assistir ao comício promovido pela Comissão Organizadora da Festa do "Avante!", que como já divulgámos se realiza nos dias 24, 25 e 26 de Setembro.

Esta jornada, a que esteve presente o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e cuja intervenção publicamos separadamente, teve, pois, como objectivo essencial a realização do primeiro grande sorteio das "EP's", ao mesmo tempo que proporcionou a todos os presentes esclarecimento político, convívio e uma animada sessão de espectáculo, onde participaram Dora Leal, José Viana, Luís Cília, Adriano Correia de Oliveira e José Manuel Osório.

O entusiasmo e a alegria manifestados ao longo do comício-festa atingiram momentos de grande vibração através da entoação das palavras de ordem do nosso Partido e de unidade, e das canções revolucionárias.

À entrada do pavilhão central da FIL encontravam-se expostos os brindes para o primeiro sorteio das "EP's" e um placard com todas as indicações do Regulamento. Muitas bancas com material de divulgação e propaganda do nosso Partido e de outras organizações democráticas encontravam-se tanto no interior como no exterior da Feira.

A banca das Edições "Avante!" registava uma afluência de muitos camaradas que não perderam a oportunidade para tomar contacto com as publicações comunistas.

A presença das Edições "Avante!" nas jornadas e iniciativas do Partido — como nos disse o camarada Francisco Melo, director da Editorial — **é praticamente indispensável. Sempre que é possível, deslocamo-nos para os recintos onde se organizam os comícios e outras sessões do PCP e levamos connosco os materiais de divulgação e os livros que normalmente editamos. Hoje já foram vendidas várias centenas de exemplares das colecções "ABC do Marxismo-Leninismo", "Documentos Políticos do PCP", "Rumo ao Socialismo", "Pequena Biblioteca Lénine", "Biblioteca do Marxismo-Leninismo", "Cadernos de Iniciação ao Marxismo-Leninismo", "Elementos Fundamentais do Comunismo Científico", "Problemas da Paz e do Socialismo", "Resistência", "Caminhos da Revolução", etc., etc. Os últimos lançamentos, nomeadamente "Do 25 de Novembro às Eleições para a Presidência da República", do camarada Álvaro Cunhal, e "José Marti e a Revolução Cubana", da autoria de Alexandre Cabral, assim como os últimos números da "Revista de Economia" constituíram igualmente motivo de atracção para muitos dos nossos leitores.**

O sorteio, cujos resultados publicamos separadamente, contou com a participação de um grupo de camaradas que se encontravam entre a assistência, solicitada a sua presença no palco pelo camarada José Viana.

O primeiro brinde do sorteio das EPs coube à simpatizante do nosso Partido, que podemos ver junto ao camarada José Viana

O portador da "EP" premiada com o 1.º brinde (uma mobília de sala) encontrava-se entre a assistência: um simpatizante do Partido, que sobe ao palco, visivelmente emocionado, e manifesta a sua alegria, compartilhada pela numerosa assistência.

Os portadores de "EP's" premiadas, mas que não se encontravam na FIL, pois foram vendidas milhares por todo o país, poderão receber os brindes, mediante a apresentação da Entrada Permanente, durante um prazo de 90 dias.

Entretanto, a sessão de canto livre prosseguida com Luís Cília — o autor do "Avante Camarada" —, que interpretou várias canções de resistência, vibrantemente aplaudidas.

Antes já tinham actuado José Manuel Osório e Adriano Correia de Oliveira. O comício-festa encerrou com José Viana e Dora Leal, que cantaram várias melodias

OS MILITANTES E A FESTA DO "AVANTE!"

No decorrer do comício-festa tivemos oportunidade de conversar com vários camaradas que se encontravam na FIL para prosseguir uma tarefa de apoio à Festa do "Avante!": a venda de "EP's". Todos eles foram unânimes em afirmar que a grandiosa jornada de solidariedade, unidade e convívio que o órgão central do Partido vai levar a efeito, em 24, 25 e 26 de Setembro, será uma das maiores manifestações culturais e políticas jamais vista no nosso País.

Estou a trabalhar com os camaradas que organizam o "stand" das Ilhas adjacentes — Açores e Madeira — na Festa do "Avante!". A nossa representação irá incluir produtos regionais (vinhos, conservas, vimes, etc.) Além de outras iniciativas, será editado um pequeno folheto onde se fala da actividade do PCP nas Ilhas, e da luta contra o caciquismo — diz-nos o camarada Américo de Lemos Silveira, expulso dos Açores em Agosto do ano passado pelas entidades oficiais, sob o pretexto de ser comunista e de desenvolver intensa actividade de esclarecimento e mobilização nos meios rurais e operários.

Não perco qualquer oportunidade para esclarecer as pessoas sobre a Festa do "Avante!" Nestes últimos dias já vendi cerca de duas dezenas de "EP's". Em Setembro, Lisboa terá uma das mais grandiosas jornadas de amizade e de convívio. Estou optimista e confiante: muitos milhares de pessoas, sem qualquer filiação partidária, socialistas e outros democratas, irão estar presentes na FIL, numa grande festa organizada pela capacidade e determinação de um grande partido de massas, o nosso partido — concluiu.

Idênticas afirmações as de Ana Araújo, uma camarada que trabalha na Radiodifusão Portuguesa: **"A par de todo um complexo movimento de organização da festa, penso que a venda das "EP's" constitui uma das tarefas que se colocam a todos os militantes do Partido. Nos locais de trabalho, no convívio com amigos, etc., o esclarecimento sobre o que será esta Festa e a venda das Entradas Permanentes são tarefas que asseguram de uma certa maneira a realização plena e o sucesso da grande jornada de unidade e solidariedade que será, estou certa, a nossa Festa do "Avante!"**

O camarada Carolino Silva já vendeu quase uma dezena de "EP's" no seu local de trabalho — a Renascença Gráfica. As suas palavras reflectem confiança: **Será uma grandiosa festa de unidade. Os nossos militantes devem fazer tudo o que esteja ao seu alcance para que em Setembro se assista a uma grande manifestação de solidariedade e convívio. Milhares de trabalhadores estarão aqui para reafirmar a sua confiança revolucionária na esquerda e na democracia. A célula dos trabalhadores comunistas da Renascença Gráfica tem desenvolvido uma intensa actividade na promoção da Festa e na venda das "EP's".**

NÚMEROS PREMIADOS

Foram os seguintes os números premiados no sorteio das EPs realizado no sábado, 31 de Julho, na FIL:

1.º — **15 499**: uma mobília de sala
2.º — **4 716**: uma televisão portátil
3.º — **34 209**: um gira-discos
4.º — **2 860**: uma bicicleta
5.º — **63 439**: um aparelho de rádio
6.º — **15 174**: um aparelho de rádio
7.º — **36 398**: livros
8.º — **2 621**: livros
9.º — **24 277**: livros
10.º — **24 098**: livros
11.º — **63 440**: livros
12.º — **21 368**: uma assinatura da "Revista Internacional"
13.º — **21 366**: uma assinatura da "Revista Internacional"
14.º — **19 500**: uma assinatura da "Revista Internacional"
15.º — **4 056**: uma assinatura da "Revista de Economia"
16.º — **28 899**: uma assinatura da "Revista de Economia"
17.º — **24 610**: uma assinatura da "Revista de Economia"
18.º — **17 739**: uma assinatura do "Avante!"
19.º — **26 826**: uma assinatura do "Avante!"
20.º — **10 235**: uma assinatura do "Avante!"

Por motivos de organização, o "Avante!" é forçado a modificar a data do segundo sorteio que estava previsto para o dia 31 de Agosto, usando da possibilidade que lhe dá o artigo 1.º do Regulamento dos Sorteios, publicado no número anterior.

O Segundo Concurso realizar-se-á no dia 4 de Setembro, sábado, na FIL.

DIVULGA O Avante! NO TEU LOCAL DE TRABALHO

VISITE O STAND DO Avante! na FEIRA POPULAR de Lisboa

INTERVENÇÃO DE DIAS LOURENÇO NO COMÍCIO-FESTA DA FIL

Nas palavras do camarada Dias Lourenço a análise serena e objectiva dos recentes acontecimentos da vida política e social do nosso país, desde as eleições presidenciais até à formação do governo minoritário do PS

No decorrer da intervenção que dirigiu aos milhares de pessoas presentes na FIL, o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e director do "Avante!", analisou os recentes acontecimentos da vida política nacional, desde as eleições para a Presidência da República até à formação do governo minoritário do Partido Socialista, governo esse que não garante aos trabalhadores portugueses a consolidação das grandes conquistas revolucionárias e a marcha para o socialismo. A unidade entre comunistas e socialistas foi apontada como sendo a única solução que pode corresponder às exigências do momento presente. "Não é possível pensar em democracia e socialismo sem a força revolucionária de vanguarda, o PCP" — afirmaria Dias Lourenço no final da sua intervenção, vibrantemente aplaudida pelos milhares de pessoas que acorreram à FIL para assistir ao grandioso comício-festa durante o qual se realizou o primeiro sorteio das "EP" para a festa do "Avante!".

É com alegria que vos saúdo em nome do Comité Central do PCP, do colectivo dos trabalhadores do nosso jornal e ainda em nome desse outro colectivo que tem sobre si o pesado encargo de organizar a festa do "Avante!".

Mas não vou agora falar-vos da festa. Para isso é melhor lerdes o programa. É um programa ambicioso e por ele vereis que não fomos nada modestos nos objectivos.

Do que venho aqui falar-vos é de política, da situação política do nosso País, da política do PCP — iniciou assim a sua intervenção o camarada Dias Lourenço.

SOCIALISTAS E COMUNISTAS: MAIORIA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Na sequência da análise política que vinha traçando, o camarada Dias Lourenço referiu que as grandes conquistas dos trabalhadores portugueses — a Reforma Agrária, as nacionalizações e a gestão e o controlo operário — "antes de inscritas na Constituição foram legitimadas pelo aprofundamento da revolução de Abril, pela iniciativa criadora e revolucionária das massas populares, dos operários fabris, dos assalariados rurais e dos pequenos e médios agricultores das grandes regiões do latifúndio".

Atentamente escutado pela numerosa assistência presente na Feira Internacional de Lisboa — local onde decorrerá, em 24, 25 e 26 de Setembro, a Festa do "Avante!" — o camarada do Comité Central do PCP pronunciou-se em seguida, sobre a Assembleia da República, tendo salientado:

Apesar das condições limitativas da livre expressão popular em algumas regiões do País, a nossa Assembleia Legislativa foi eleita pelo Povo e representa uma certa relação das forças políticas portuguesas mais representativas.

Nessa Assembleia sentam-se hoje 40 deputados comunistas e 103 socialistas, respectivamente mais 10 e menos 11 do que na anterior Assembleia Constituinte.

Estes 143 deputados de partidos da esquerda em relação aos 119 dos partidos da direita representam uma substancial maioria no nosso órgão legislativo.

Inegavelmente, a vontade popular apontou para uma política de esquerda, a realizar por uma maioria de esquerda na Assembleia da República e por um governo de esquerda com o PCP à frente do País.

Mas o voto maioritário do Povo português foi frustrado até agora pelos dirigentes do PS que optaram por um outro caminho, um caminho que não pode deixar de encher de apreensões todos os que amam a liberdade e a democracia em Portugal.

Finalmente, um órgão de soberania tão importante como é a Presidência da República foi submetido ao sufrágio popular e hoje o País tem um Presidente da República eleito — o general Ramalho Eanes.

A CANDIDATURA COMUNISTA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O camarada Dias Lourenço abordou, seguidamente, alguns dos factores que enquadraram a candidatura do camarada Octávio Pato às eleições para a Presidência da República:

Um ou outro camarada, e pessoas próximas do nosso Partido levantaram dúvidas acerca da justeza da nossa candidatura. Está hoje suficientemente claro para todos que tais dúvidas não tinham razão de ser.

Nas condições que rodearam as eleições presidenciais nenhuma outra alternativa se oferecia ao Partido Comunista Português, ao Partido da classe operária portuguesa.

Na nossa análise, foi justa a apresentação de um candidato comunista independente, foram justos os objectivos políticos que apontámos à nossa candidatura.

Depois de afirmar que o actual Presidente da República, general Ramalho Eanes, garantiu solenemente ao País que defenderia a Constituição e no âmbito das suas altas funções a sua aplicação prática, o camarada Dias Lourenço frisou que hoje estamos em condições de responder a algumas questões candentes do nosso processo revolucionário surgidas com a posição firme e responsável assumida pelo PCP nas eleições presidenciais.

Assim, **é ou não é verdade que a nossa candidatura independente contribuiu para impedir uma fractura irredutível entre tendências divergentes no seio das Forças Armadas?; É ou não é verdade que a orientação da nossa campanha eleitoral impediu a formação de uma maioria política com a direita reaccionária – a chamada «maioria presidencial» de que fala o CDS – e de um governo com este partido e o PPD? É ou não verdade que a apresentação da nossa candidatura permitiu afirmar a política independente, de classe, do PCP afirmar a independência do movimento operário e popular num contexto de grande confusão política e ideológica?; É ou não verdade que perante factores dispersivos tão contundentes o PCP conseguiu manter e reforçar a coesão das suas fileiras? É ou não verdade que a nossa justa estratégia política aplicada às eleições presidenciais, permite a continuação da cooperação entre as estruturas militares e o movimento popular, entre o partido do proletariado e os órgãos do poder no interesse da revolução e do processo democrático?**

Nós cremos, camaradas e amigos, que hoje tudo está mais claro e que as dúvidas se dissiparam numa larga medida. Afirmámos, e os factos confirmam-no cada dia, que os deslocamentos de votos comunistas nas eleições presidenciais não significam uma nova arrumação do eleitorado do PCP.

A FORMAÇÃO DO GOVERNO MINORITÁRIO DO PS

António Dias Lourenço continuou a sua intervenção focando as preocupações motivadas pela formação de um governo minoritário do PS. Neste sentido, sublinhou que as apreensões e desconfianças que todos os verdadeiros democratas sentem com a formação do Governo do Partido Socialista — "com alguns poucos que Mário Soares considera independentes" — são inteiramente justificadas e legítimas.

É evidente — afirmou mais adiante — **que a direita reaccionária espreita e prepara a sua hora. O nosso Povo, a unidade combativa de militares e populares mesmo apesar das dificuldades transitórias tem força suficiente para conjurar a ameaça do fascismo. Mas um Governo PS sozinho não só é incapaz de erguer uma sólida barreira aos avanços da direita como é, ele próprio, uma autêntica parada da ala conservadora do partido.**

Há nomes no actual elenco governamental socialista altamente comprometidos no processo de recuperação capitalista e no agravamento das condições de vida dos trabalhadores sob a égide do VI Governo Provisório.

Não se podem aceitar como válidos os argumentos dos dirigentes do PS de que um governo de esquerda com o PCP aumentaria os perigos de uma viragem à direita.

Não é fazendo concessões aos partidos da direita que se trava o caminho à reacção e ao fascismo. É, pelo contrário, erguendo uma sólida frente de socialistas e comunistas, juntamente com todos os que em Portugal amam a democracia e a liberdade que se fará recuar a ameaça do fascismo.

Cada recuo na defesa das conquistas democráticas é um incentivo às ambições hegemónicas da direita.

Há uma estreita relação entre a tibieza cúmplice de alguns destacados dirigentes do PS e o acréscimo de arrogância do CDS, por exemplo, contra o processo e as instituições democráticas portuguesas.

O IMPERIALISMO CONTRA A DEMOCRACIA PORTUGUESA

Encarando o desenrolar dos acontecimentos políticos como uma vasta manobra apoiada pelo imperialismo, tendente à segregação dos comunistas em Portugal, o camarada Dias Lourenço observou:

Quem aconselhou o Primeiro-Ministro Mário Soares, e os seus companheiros da direcção do PS a repelir a fórmula do governo de esquerda com o PCP, conforme a vontade expressa pelo eleitorado português em 25 de Abril do ano em curso?

Será apenas uma autodecisão dos dirigentes do PS ou haverá influências estranhas metidas no caso?

Nós somos levados a pensar que não, que não se trata apenas de autodecisão e da pressão interna dos círculos da grande burguesia industrial e agrária de Portugal sobre os dirigentes socialistas.

Temos de olhar para mais longe, para as quatro maiores potências capitalistas do mundo conluiadas em Costa Rica contra a legítima participação dos comunistas italianos no governo do seu País.

O senhor Helmut Schmidt, grande amigo do dr. Mário Soares, nunca ocultou a sua aversão à participação dos comunistas portugueses nos governos provisórios.

Não haverá então uma estreita relação entre o conluio imperialista de Costa Rica e a guerra económica e financeira encabeçada pela ala reaccionária da social-democracia europeia contra a economia e o processo democrático em Portugal?

UNIDADE DE ESQUERDA

A terminar, Dias Lourenço manifestou aos presentes — que o saudaram com entusiasmo — uma nota de optimismo declarando que **um amplo caminho se abre na unidade entre os trabalhadores comunistas, socialistas e de outras formações partidárias. Na luta contra a exploração e miséria, na luta pela melhoria do padrão de vida do povo trabalhador, na luta pela defesa das nacionalizações, do controlo operário e da Reforma Agrária, a frente unida de socialistas e comunistas é a garantia mais sólida da construção do Portugal democrático e socialista.**

Imagens do espectáculo de sábado passado na FIL

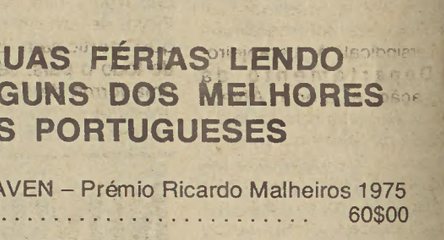
SEARA NOVA

SABOREIE AS SUAS FÉRIAS LENDO AS OBRAS DE ALGUNS DOS MELHORES FICCIONISTAS PORTUGUESES

A FLORESTA EM BREMERHAVEN – Prémio Ricardo Malheiros 1975	
Olga Gonçalves	60$00
A JANELA FINGIDA	
Maria Judite de Carvalho	70$00
O CAVALO DO LENÇO AMARELO É PERIGOSO	
Mário Castrim	50$00
O DESERTO COM VOZES	
Urbano Tavares Rodrigues	100$00
OESTINOS	
Andrade Santos	75$00
PODEM CHAMAR-ME EURÍDICE	
Orlando da Costa	70$00
TEATRO DE CIRCUNSTÂNCIA	
Carlos Coutinho	60$00
TRÊS CHAMAS NA PALMA DA MÃO	
José Manuel Mendes	80$00
OS PUTOS	
Altino do Tojal	75$00
UM CERTO PAÍS AO SUL	
Casimiro de Brito	50$00
AS IMAGENS DESTRUÍDAS	
Faure da Rosa	70$00

À venda nas boas livrarias
ou pedidos à
CDL — CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA
Av. Santos Dumont, 57-C — LISBOA 1

AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO NA EDIFICAÇÃO DO SOCIALISMO NA URSS
Grigori Kuznetsov



Karl Marx

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO edições Avante!

à venda
PEQUENA BIOGRAFIA DE KARL MARX
Evguénia Stepánova

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO edições Avante!

REGULAMENTO DOS SORTEIOS A REALIZAR

PARA ATRIBUIÇÃO DE BRINDES AOS PORTADORES DE ENTRADAS PERMANENTES «EP»

1. Os sorteios realizar-se-ão na Feira Internacional de Lisboa – Praça das Indústrias – Lisboa, às 23 horas de cada um dos dias indicados, salvo alteração por motivo de força maior, a anunciar no jornal «Avante!» com a maior antecedência possível.
2. Somente os portadores de **Entradas Permanentes – EP** Têm direito a participar nos três sorteios dos brindes e desde que os respectivos talões dêem entrada nos serviços centrais da Festa do Avante-Feira Internacional de Lisboa, até uma hora antes da hora marcada para o respectivo sorteio.
3. Todos os talões cuja entrada nos serviços centrais se tenha verificado nas condições da norma n.º 3, serão colocados num recipiente e convenientemente misturados de modo a que os respectivos números não fiquem visíveis.
4. A extracção dos talões do recipiente onde se contiverem será feita pelas pessoas da assistência que para tal se queiram oferecer, a pedido da organização, até ao limite de dez pessoas.
5. Os números premiados serão publicados no jornal AVANTE.
6. Os brindes serão entregues contra a apresentação da EP premiada, após identificação do portador que passará o competente recibo.
7. O direito de receber os brindes prescreve 90 dias após a realização do sorteio respectivo.
8. O facto de ter sido premiada num sorteio não retira à EP respectiva o direito de participar nos restantes sorteios.

ASSEMBLEIA POPULAR DE GONDOMAR

Reforça-se o movimento popular reforçando a unidade e organização dos trabalhadores

Na sequência de um trabalho que tem vindo a ser realizado em estreito contacto com a população, realizou-se no passado fim de semana o II plenário da Assembleia Popular de Gondomar.

Problemas locais e de Administração local; Lei do Arrendamento Rural e Problemas dos Trabalhadores, foram os principais temas debatidos.

Durante o debate foi salientada a importância do apoio que o aparelho do Estado deve dar às organizações populares, afirmando-se que **é necessário e urgente que as estruturas governamentais estejam, inequivocamente, ao serviço do povo.** Sublinhou-se, também, a **necessidade de uma autêntica institucionalização do controlo operário pois que ele pode vir a assumir várias facetas nada consentâneas com os interesses da classe trabalhadora.**

O debate sobre a Lei do Arrendamento Rural constituiu o "ponto quente" da Assembleia, apesar de não estarem presentes representantes dos rendeiros e pequenos agricultores, já que os presentes consideraram que, **se são eles a produzir e a perceber de lavoura somos nós a pagar os produtos.** Da discussão ressaltou a necessidade de pressionar o Governo para uma maior protecção aos camponeses.

Os trabalhos foram encerrados com a reeleição do Secretariado da Assembleia Popular de Gondomar, que leu uma proclamação onde se apela **aos trabalhadores, aos jovens e às mulheres, a toda a população laboriosa do concelho que luta por uma vida melhor, para se unirem mais e mais em comissões de moradores e de trabalhadores, em comissões de pais, nos sindicatos e nas freguesias, multiplicando as comissões coordenadoras de freguesia, apoiando a Assembleia Popular, em prol da resolução dos problemas que quarenta e oito anos de fascismo impediram que fossem solucionados, em prol da liberdade e da democracia, a caminho do socialismo.**

EM COIMBRA O ENCONTRO DA EMIGRAÇÃO

Integrado na Semana da Emigração, a Intersindical promove, no dia 14 de Agosto, em Coimbra, um Encontro Nacional que será coroado no dia seguinte por uma grande jornada de confraternização

"A Intersindical Nacional, em estreita colaboração com as Uniões, Federações e Sindicatos, vai promover a Semana da Emigração, de 7 a 15 de Agosto. Esta realização surgiu na sequência de vários pedidos chegados à Central Única dos Trabalhadores Portugueses, por núcleos de emigrantes espalhados por todo o mundo, assim como de inúmeras Associações de Portugueses emigrados em vários países."

Assim começa a texto do documento distribuído na Conferência de Imprensa que o Secretariado da Intersindical Nacional realizou na passada semana.

Presidiam à Conferência os sindicalistas Calhau, da União dos Sindicatos de Coimbra, Augusto Silva, responsável das Relações Internacionais da Intersindical, A. Laranjeiro, do Departamento da Emigração e ainda Álvaro Melo, do Secretariado da Inter.

Depois de referir o interesse com que o Departamento da Emigração tem procurado contactar núcleos de trabalhadores emigrados, desenvolvendo grande actividade desde a sua criação em Setembro do ano passado, a sua participação em Conferências Internacionais, onde tem tomado posição em defesa dos interesses dos nossos compatriotas emigrados, o documento chama a atenção para o facto de mais de dois milhões de portugueses se encontrarem longe de Portugal, muitos deles em condições extremamente duras, explorados como subproletários nas mãos do patronato, estrangeiro, marginalizados da vida social, política e cultural dos países onde se encontram, não sendo abrangidos na quase totalidade pelos direitos do homem reconhecidos entretanto e assinados pelos governos desses mesmos países.

A semana da emigração assim promovida, enquadra-se num esforço que é apoiado por vários organismos e entidades, entre as quais a Direcção Geral dos Desportos, o FAOJ, o INATEL e ainda pela Câmara Municipal e pelo Governo Civil de Coimbra, pela Região Militar do Centro e pela Associação Académica de Coimbra, no que diz respeito ao Encontro Nacional sobre Problemas de Emigração, a realizar naquela cidade em 14 de Agosto, seguido de uma grande jornada de confraternização no dia 15, domingo.

GRANDE ENCONTRO NACIONAL DA EMIGRAÇÃO

Alguns aspectos concretos foram devidamente sublinhados pelo sindicalista de Coimbra, no que se refere ao Encontro, desvendando actividades que irão preencher esse fim-de-semana. Assim as actividades culturais no Choupalinho, o desporto no estádio. No parque da cidade desenrolar-se-ão manifestações recreativas e culturais. Um Mercado do Povo, de âmbito nacional, em que participam cooperativas de todo o país, será, além de uma forma de escoamento de produtos, uma chamada de atenção para os nossos compatriotas emigrados para os problemas relacionados com a Reforma Agrária e do esforço envidado por muitos trabalhadores no sentido de resolver e melhorar os sistemas de comercialização. Nesse Mercado estarão presentes ranchos folclóricos, filarmónicas e grupos de canto livre.

Enquanto que o Turismo se ocupa na ornamentação da cidade, a postos para receber a visita de milhares de trabalhadores emigrantes, têm decorrido plenários em empresas sobre problemas da emigração e são levados filmes às regiões limítrofes, a projectar em casas do povo.

Por quase todo o país decorrem festividades enquadradas na Semana que vai culminar no Encontro de Coimbra. Para esse encontro muitos emigrantes se preparam desde há algum tempo. Com efeito um documento, que servirá de base de trabalho, foi distribuído a cerca de 250 organizações e associações de emigrantes portugueses espalhados pelo mundo.

É de esperar que o Encontro tenha uma participação numerosa e activa e se debruce sobre este documento que prevê desde logo a constituição de pelo menos quatro grupos de trabalho que abrangem outros tantos temas fundamentais a discutir.

É um deles a Situação Actual da Emigração, tema vasto, que aborda os problemas da crise do capitalismo e as suas consequências sobre a emigração; a crise económica em Portugal; as perspectivas de novos acordos de emigração a negociar — e aqui salientamos o facto de a Intersindical, através do responsável pelas Relações Internacionais, ter participado numa Conferência, ao lado de vinte e seis organizações sindicais de dezanove países da Europa e do Magreb, e na qual uma das decisões importantes foi a aprovação de uma proposta da Inter que visa a participação das organizações sindicais dos dois países entre os quais é firmado o acordo, nas respectivas negociações. O primeiro grupo de trabalho discutirá ainda a situação, as condições em que são utilizadas as poupanças que os emigrantes enviam para o seu país; os problemas militares, que abrangem e têm prejudicado milhares de jovens e finalmente a necessidade de definir uma política de emigração.

O segundo grupo de trabalho irá debater as condições de vida e de trabalho dos emigrantes. Ao terceiro foi atribuído como tema "os direitos e liberdades dos emigrantes". Por fim, os problemas do ensino e cultura constituem o título do documento do quarto grupo.

NOVOS SINDICATOS

Apesar de todas as dificuldades, cresce a consciência colectiva dos assalariados rurais. A prova chega-nos diariamente dos mais diversos pontos do país, incluindo de onde a reacção continua a dominar, explorando e fomentando o obscurantismo, pesada e triste herança de quase meio século de fascismo.

Desta vez o exemplo vem de Lamego onde, no próximo domingo, dia 8, decorrerá a Assembleia Constituinte do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Viseu.

Fruto de um trabalho persistente e nada fácil, a formação do novo sindicato entra agora numa fase decisiva, após várias reuniões em diversos centros do distrito.

Uma ampla participação dos trabalhadores rurais do distrito de Viseu na Assembleia de voto será a demonstração firme de que, malgrado todos os esforços da reacção em perpetuar a ignorância, não conseguirá impedir que os trabalhadores ganhem consciência de classe e venham à luta de todos os oprimidos e explorados, engrossando as fileiras dos que combatem pela paz e justiça social, pela sociedade democrática rumo ao socialismo.

GUARDA SEGUE O EXEMPLO

Também na Guarda está em formação o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas daquele distrito.

A iniciativa surge de um grupo de trabalhadores que se organizou em Comissão Pró-Sindicato. Num comunicado dirigido a todos os trabalhadores agrícolas do distrito apresentam-se as razões que os levaram a chamar a si tal tarefa:

Vivemos uma vida muito atrasada. Não temos qualsquer regalias, não temos Contrato Colectivo que nos dê um salário que chegue para viver; nem temos trabalho certo, pois podemos ficar sem ele em qualquer altura e sem ninguém para nos defender; não temos férias pagas; não temos Previdência assegurada, nem horário de trabalho.

Para termos tudo isto, nós temos que criar um Sindicato que nos proteja e que lute por estas regalias.

Razões mais do que suficientes, como se verifica, para levar os trabalhadores rurais do distrito da Guarda a lutar decididamente pela criação do seu Sindicato. A todos os interessados em manifestar o seu apoio, solicitar informações e esclarecimentos, pedem os membros da Comissão para a Formação do Sindicato que se dirijam ao local onde funcionam provisoriamente: no edifício do ex-Grémio da Lavoura, em Pinhel.

FALECEU UM CAMARADA

Vítima de doença, faleceu na passada semana o camarada Alberto José de Almeida, de 53 anos de idade, trabalhador na Profabril.

Uma manifestação de profundo pesar e dor, onde se incorporaram mais de uma centena de pessoas, familiares, amigos e companheiros de trabalho, acompanhou num último adeus o militante comunista até ao cemitério de Barcarena.

Membro do PCP desde 1974, Alberto José de Almeida participava activamente nas tarefas do Partido, e do movimento popular unitário através das comissões de moradores de Leceia onde habitava.

À família enlutada e amigos, o colectivo do "Avante!", expressando os sentimentos de todos os antifascistas, apresenta sentidas condolências.

APRESENTAÇÃO DO DISCO

«QUE NUNCA MAIS»

•

Pavilhão das edições «Avante!»
Feira Popular
Sexta-feira, 6 de Agosto, às 21 e 30

•

Estarão presentes
ADRIANO CORREIA DE OLIVEIRA
e
MANUEL DA FONSECA

•

Canto livre e sessão de autógrafos

A ORGANIZAÇÃO POPULAR CONSOLIDA-SE E AVANÇA

Setúbal — um bom exemplo do trabalho desenvolvido. E aqui, como em outros lados, a reacção procura pôr em causa as estruturas populares

Como já várias vezes o nosso Partido referiu, tem de procurar-se a origem das tradições unitárias do nosso povo em anos recuados da luta contra o fascismo. Com feito, as diferentes comissões, órgãos populares, de trabalhadores, de moradores e outros componentes do Movimento Popular de massas, não apareceram de modo espontâneo com o 25 de Abril.

Abertas as portas das liberdades políticas com o derrubar do fascismo, essas formas básicas de organização multiplicaram-se com a finalidade de resolver tarefas concretas que o momento impunha e os exemplos sucederam-se; de experiências corajosas dos tempos negros da ditadura, tornaram-se uma realidade cada vez mais larga , a nível nacional, lá onde a liberdade chegara ou onde as forças da democracia, sobretudo as do proletariado e do seu Partido tinham já uma influência determinante.

A aliança Povo-MFA, necessária para consolidar e fazer avançar o processo democrático, como desde logo o PCP indicou, foi encontrar nas formas de organização popular um poderosos esteio; deu-lhes um conteúdo novo para o qual eram necessárias as formas adequadas, uma organização e estruturação que possibilitasse a participação de cada vez mais amplas massas ganhas para a luta pela democracia e para as perspectivas que se abriam rumo ao socialismo.

UM PODEROSO MOVIMENTO

Foi assim que em alguns lugares, das Comissões de Moradores eleitas no pequeno bairro, se passou para a organização de freguesia e daí para assembleias de concelhos, que já integravam outras estruturas — Comissões de Trabalhadores, WAssociações Recreativas, etc. Foi longo o caminho percorrido, numerosas experiências, variadas as lições a tirar. Sobre algumas experiências e abordando a situação actual, falámos com camaradas responsáveis na organização de Setúbal pelo trabalho do Partido junto das organizações populares.

A força do exemplo levou a que, paralelamente ao esforço organizador que canalizavam as aspirações das massas para dentro de estruturas que, só elas, estavam em condições de darem corpo a essas aspirações, fez que surgissem e se multiplicassem de modo espontâneo outras organizações do mesmo tipo, aparecendo por todo o lado Comissões de Moradores. O papel do PCP, única força democrática verdadeiramente orgazada e implantada nas massas na altura do derrubamento do fascismo, foi essencial e mesmo determinante para levar por diante a grandiosa tarefa de mobilizar as populações, organizá-las e indicar as principais perspectivas das lutas em cada momento político.

Esse poderoso movimento não parou. Embora directamente influenciado pelo processo político geral alcançou já junto do nosso povo um prestígio e uma importância tais que se impôs como uma conquista da Revolução democrática e como tal ficou consagrado na Consituição. A importância das estruturas populares não tem escapado à reacção, que sempre as atacou e, hoje, mudando de táctica, procura infiltrar-se nelas ciente do papel, que irão representar nas eleições próximas para as autorquias locais. O CDS, por exemplo, já anunciou esses propósitos: os divisionistas de «esquerda» há muito que desesperadamente tentam manipular as Comissões de Moradores, separá-las de uma orientação justa para a qual os comunistas têm contribuído, lançá-las na aventura através da demagogia, de lutas sem saída.

Há quem pretenda que os acontecimentos de Novembro provocaram uma desmobilização total e que o refluxo efectivamente verificado implicou um total afastamento das massas populares das suas organizações de base. Nada mais errado. Basta atentar, por exemplo, no reforço de superação das deficiências do trabalho das Comissões, na sua ligação com as massas, no esforço da sua estruturação, como é o caso de Setúbal.

EQUÍVOCOS E ILUSÕES

A dinamização das CMs daquele concelho surgiu no princípio do ano de 1975, numa altura em que a reacção preparava na sombra o grande ataque à democracia que veio a consumar-se em 11 de Março. A par da movimentação espontânea, muito fraca, o PCP, junto a outras forças democráticas avançou para todo um trabalho de esclarecimento que acentuava a necessidade e a importância do papel das organizações populares. As primeiras Assembleias realizavam-se nos bairros e nas localidades, Comissões era eleitas, sistematizavam-se as aspirações populares, procedia-se à articulação das organizações com a Comissão Administrativa da Câmara. Chegou-se à realização da I Assembleia Popular do Concelho. A rapidez e o impulso deste movimento, ao mesmo tempo que a par se desenrolava uma luta política extremamente pertinaz, não deixou amadurecer as estruturas, muitas delas ficaram separadas das massas, e a situação subjectiva que então se vivia favoreceu a infiltração de elementos esquerdistas e aventureiros que desde logo procuraram fazer das Assembleias tribunas para atacarem as forças democráticas consequentes, esforçando-se por arrastar atrás de si elementos pouco esclarecidos, apontando vitórias impossíveis. E é aqui que começa o recuo do papel das Comissões de Moradores, em alguns casos. Mas o equívoco e as ilusões esquerdistas não tardariam a desvanecer-se.

DA ARMA AO REPOLHO

Lançando palavras de ordem que não tinha minimamente em conta os aspectos mais elementares da realidade, gritando aos quatro ventos que se ia armar o Poder Popular, os «esqueristas» levavam consigo alguns iludidos que iam embarcando em lutas, como as dos 500 escudos por assoalhada em certos bairros, lutas para as quais o Partido advertiu da sua inoportunidade e inclusivamente dos aspectos injustos que tinham.

Hoje, montando a cavalo num ilusório fluxo, interpretando erradamente os resultados eleitorais, os «esquerdistas» de então vestiram a fardeta de «gdupes», abriram uma sede na antiga instalação da FEC-ml e promovem Assembleias: numa delas, realizada no Bairro do Liceu, apareceram 9 pessoas; noutro, no de São Domingos, apenas 4.

É normal que os «esquerdistas» não aprendam. Faz parte da sua natureza de classe aliada ao treino que têm de se oporem desde sempre à linha do Partido Comunista. Não seria normal é que a população não tirasse lições da realidade que vive. Mas tira. Assim, numa Comissão em que, depois do 25 de Novembro, falhada a estratégia da aventura, os elementos oportunistas de «esquerda» conseguiram empurrar outros para a venda desorganizada de produtos agrícolas, pretendendo defender a Reforma Agrária desse modo, sem ter em conta os problemas complexos da comercialização dos produtos, as dificuldades que iam criar aos pequenos comerciantes e mesmo a longo prazo às cooperativas que conseguiam aliciar, esses oportunistas em breve foram abandonados e a própria comissão reconsiderou. Vender repolho mais barato pode aparentar ser uma tarefa revolucionária. Pode até ser uma tarefa revolucionária e hoje, o mercado semanal que é levado a efeito no Largo de Jesus, organizado pela União das Cooperativas é-o de facto, porque tem em consideração não apenas a necessidade fundamental de defender a Reforma Agrária como de o fazer não afastando do processo camadas da população que são aliados necessários — os pequenos comerciantes que, neste caso são contemplados até às 10 horas da manhã com venda dos produtos com certa margem de lucro.

A derrota das concepções esquerdistas está patente. Por muito barulho que continuem a fazer sob o olhar benévolo da direita.

UNIR E REFORÇAR

Pode encarar-se com confiança o futuro das organizações populares. Unindo a população em torno das suas aspirações mais concretas, promovendo realizações que dêem resposta efectiva a determinadas necessidades, articulando de modo correcto a actividade das comissões, fazendo prevalecer as atitudes democráticas, banindo o sectarismo. O sectarismo pode aparecer sob diversas formas a dificultar todo o trabalho, a entravar as perspectivas, a diminuir as forças. Uma forma de sectarismo é aquela que se apresenta na recusa de trabalhar em comum com pessoas de ideologias diferentes; outra forma de sectarismo é aquela que algumas vezes aparece sob a capa de um apartidarismo que leva um indivíduo a não defender claramente as opções políticas do seu partido. Ambas são uma incapacidade de unir e de aceitar os princípios democráticos.

No concelho de que falamos, os camaradas, sem fugir às dificuldades, mostram confiança no futuro. A organização popular consolida-se e avança.

CÉLULA DAS INSTITUIÇÕES DE DEFICIENTES VISUAIS

A Célula das Instituições de Deficientes Visuais do nosso Partido promoveu na semana passada na Liga de Cegos João de Deus uma sessão durante a qual foram debatidos problemas que afectam os utentes e sócios das instituições de deficientes visuais.

Durante a reunião, a que estiveram presentes os camaradas José Manuel Jara e o poeta Francisco Viana, foi distribuído um manifesto onde se salienta que a célula se propõe "promover social e culturalmente os deficientes visuais e lutar intransigentemente na defesa dos seus interesses mais urgentes, procurando serenamente as soluções mais correctas".

Mais adiante, o documento refere ainda que a célula irá "fornecer ao Partido os elementos indispensáveis para que tome conhecimento exacto dos aspectos mais específicos das reivindicações dos deficientes visuais".

No âmbito das tarefas a desempenhar pela organização, o manifesto sublinha também a importância fundamental da realização de "cursos teóricos sobre marxismo-leninismo", e o fomento das relações com os países socialistas, num verdadeiro e dinâmico intercâmbio, o que poderá possibilitar o contacto com organizações de deficientes visuais e a troca de visitas, experiência sempre enriquecedora.

No final, apela-se para a colaboração de todas as pessoas verdadeiramente interessadas na construção de uma sociedade mais justa, na qual os deficientes visuais se enquadrem na sua verdadeira dimensão humana.

«A JUVENTUDE SOVIÉTICA»: ÚLTIMOS DIAS NO PORTO

De 13 a 28 deste mês a grande exposição sobre "A Juventude Soviética" estará patente na Escola Industrial e Comercial de Faro

"A passagem da **exposição por Portugal é a demonstração do estreitamento de contactos e cooperação entre os nossos dois países, mais propriamente entre as nossas juventudes"** — afirmaria o director da exposição sobre "A Juventude Soviética", camarada Alexandre Kossov, durante a permanência do certame no Palácio de Cristal, no Porto.

Referindo que a exposição já atingiu o número de 50 mil visitantes em Portugal (até agora), o camarada Kossov revelou que está prevista para o próximo Verão a organização de um certame sobre a juventude portuguesa na União Soviética, resultado da solidariedade e da cooperação que ligam os jovens dos dois países, "segundo os princípios determinados na acta final da Conferência de Segurança, realizada em Helsínquia".

Entretanto, a exposição sobre "A Juventude Soviética" permanecerá no Porto até ao próximo domingo. De 13 a 28 deste mês estará patente na Escola Industrial e Comercial de Faro.

Conversámos com alguns dos elementos responsáveis pela organização do certame no Algarve: Joaquim da Conceição Nobre (Faro); Manuel Duarte Dias Neves (Olhão); João da Veiga (Albufeira); António Pereira Mateus (S. Bartolomeu de Messines); José Veloso (Lagos) e Vítor Liberato (Portimão).

Depois de referirem que se irá realizar brevemente uma conferência de Imprensa em Faro (possivelmente depois de amanhã), durante a qual serão dados a conhecer aos órgãos de Informação alguns detalhes sobre a organização da exposição na capital algarvia, afirmaram que **"que tal como aconteceu em Lisboa e no Porto, também em Faro o certame soviético será motivo para a promoção de jornadas culturais, desportivas e recreativas, sendo a maioria delas destinadas às crianças".**

"Tem-nos sido dado apoio de várias entidades oficiais, nomeadamente do Governador Civil, FAOJ, Turismo, GNR, Magistério, e de grupos culturais e desportivos, estabelecimentos de ensino, etc. Desde já, temos assegurada a colaboração do Rancho Folclórico da Fuzeta, Coro dos Mineiros de Aljustrel, Grupo de Cabanas de Viriato, Banda de Loulé, Grupos de Teatro Infantil de Beja, Lagos e da Mexilhoeira Grande" — revelou um dos membros da Comissão Executiva da Exposição.

No decorrer do diálogo que travámos com estes amigos, foi também referido que das muitas iniciativas de carácter desportivo previstas para a temporada do certame em Faro, "já estão fixadas as seguintes: uma descida de barco a remos no rio Arade (Silves-Portimão), uma prova de ciclismo, torneios de ténis-de-mesa, futebol e judo".

Se forem concretizados os apoios oficiais, centenas de crianças, oriundas de vários locais do Baixo Alentejo e do Algarve terão transporte para Faro, através de excursões.

"Vamos organizar também uma série de colóquios e sessões culturais. Já temos salas cedidas por vários clubes, estabelecimentos de ensino e associações" — concluíram.

«RECONCILIAÇÃO NACIONAL» O CAMINHO DA DEMAGOGIA

Duzentos presos políticos saíram para a rua. Mais de 400 continuam nos cárceres de Espanha. Não é esta a amnistia exigida pelo povo espanhol. Tão pouco a falsa abertura de uma nova política

A amnistia exigida por milhares de espanhóis nas ruas de cidades e vilas de todo o país, reduziu-se à libertação de cerca de 200 presos políticos. Muitos mais de 400 presos permanecem nos cárceres de Espanha. As pessoas despedidas dos seus empregos por organizarem ou participarem em greves de carácter político, não são amnistiadas.

Os estreitos limites de uma amnistia que se quer apontar como a "abertura" de uma nova era de democracia, surge paralelamente às tentativas de solução dos graves problemas económicos com que a Espanha se debate, à custa das massas trabalhadoras, como é regra numa sociedade capitalista, que para além do mais emprega a repressão com um notório "liberalismo". Assinalando a deterioração da economia nos últimos meses, a taxa anual de inflação que ronda os 20% (segundo números oficiais), o desemprego de cerca de 4%, o comunicado emitido depois de uma reunião do gabinete governamental, destinada ao estudo de tais problemas, em advertência aos trabalhadores contra a realização de greves, declara: "Os problemas com que nos defrontamos podem ser completamente resolvidos com um comportamento social responsável". Serão os trabalhadores espanhóis os responsáveis pela degradação da situação económica do seu país?

O governo espanhol dá provas de gratuito optimismo ao pensar ultrapassar a crise com a repressão à luta das massas trabalhadoras.

Entretanto, é flagrante o esforço no sentido de frear o movimento dos trabalhadores pelos seus legítimos direitos. É significativo o facto da parcial amnistia decretada não abranger as pessoas despedidas dos seus empregos por participação em greves de carácter político (conceito muito elástico). Como é significativa a repressão que se abate sobre todas as manifestações populares.

Durante uma manifestação em Villaverde, um subúrbio de trabalhadores de Madrid, a polícia feriu gravemente a tiro um jovem operário que se encontra por isso em perigo de vida. A manifestação fora organizada em apoio da readmissão de trabalhadores despedidos de uma filial espanhola da "Standart Electric", empresa electrónica norte-americana. No decurso de manifestações a favor da amnistia, ocorridas em Santiago de Compostela, a polícia efectuou 32 prisões tendo carregado brutalmente sobre os milhares de manifestantes que ocupavam as ruas da cidade, utilizando bastões e balas de borracha.

A combatividade do povo espanhol é muito vincada. A luta contra o ferimento a tiro do jovem operário de Villaverde, mobilizou cerca de dez mil trabalhadores da cintura industrial de Madrid, em greves de protesto. Três fábricas da "Standard Electric", além de muitas outras, incluindo as multinacionais "Chrysler", "Kelvinator" e "Marconi", ficaram paralisadas durante horas.

Face à necessidade de corresponder de qualquer forma às reivindicações avançadas, o Governo espanhol optou por uma limitada "amnistia", que está muito longe de ser a exigida pelas massas populares. Trata-se de calar algumas bocas, de somar alguns oportunismos, de revificar a imagem externa. Mas constitui uma prova da fraqueza do Governo. Uma prova mais da amplitude do movimento popular.

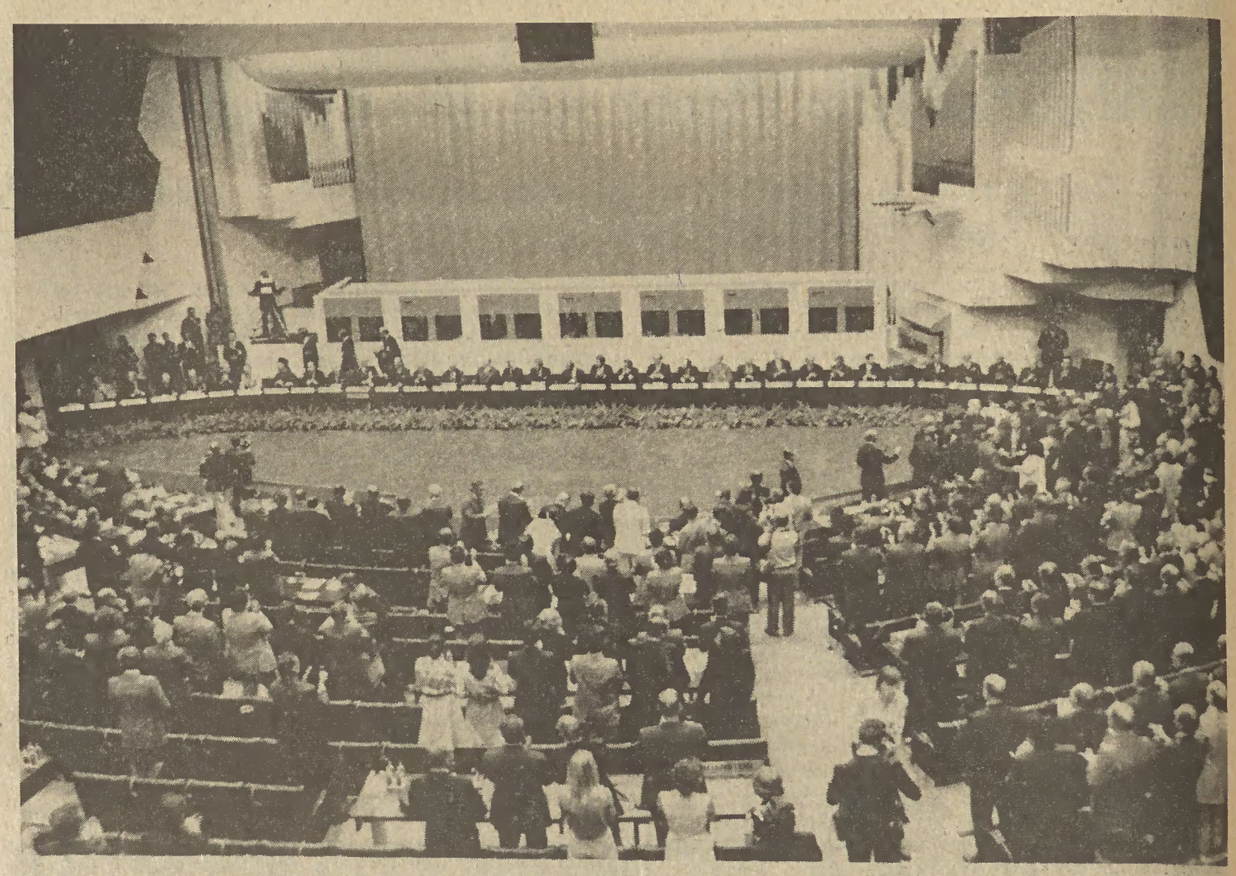
A simultaneidade da decisão de promulgar um decreto de "amnistia" e a repressão sobre as manifestações que a exigiam, demonstra o medo do Governo ao crescente movimento de massas, o seu carácter antipopular, o verdadeiro fundo da vontade de "reconciliação nacional".

Aliás, a própria ideia de "reconciliação nacional" não pode deixar de constituir uma manobra da direita. Que reconciliação? Não se podem reconciliar os interesses dos que lutaram frente a frente na guerra civil (excluindo naturalmente os que por ignorância ou oportunismo se encontravam no campo errado). Não se podem reconciliar os interesses das forças progressistas com os das forças da reacção, os interesses de explorados e de exploradores. Fazer tábua raza da existência de classes, dos seus antagonismos, da realidade da sua luta como motor da história — não pode servir os interesses da forças revolucionárias, os interesses do Povo espanhol. Não passa de máscara para as manobras da reacção e para o oportunismo dos que lhe seguem na cola.

O Governo espanhol — como todos os sistemas reaccionários — não quer as massas na rua. Teme-as. Está mesmo disposto a algumas concessões, limitadas e formais, para empurrar os trabalhadores para suas casas. Tenta encurralá-los entre a demagogia e a brutalidade repressiva. Não o conseguirá.

Hoje, quando 200 presos políticos saiem para a rua, e mais de 400 continuam nas prisões, é bom não esquecer um exemplo recente, quando após um arremedo de "amnistia" em Espanha, as prisões se voltaram a encher, ultrapassando-se rapidamente o número de presos que se registavam anteriormente.

A memória dos povos não se deve nunca obscurecer. Tão-pouco a sua capacidade para se saber guiar pela única teoria revolucionária — o marxismo-leninismo. O contrário são trunfos nas mãos da reacção.



ITÁLIA: UM GOVERNO SEM FUTURO

Constituído o 39.º governo italiano dos últimos trinta e três anos. Um governo sem futuro. Sem política própria. Fruto da cedência ao imperialismo

Foi constituído, e entrou em funções, o 39.º governo italiano. Governo com curtas perspectivas de vida. Governo pronunciadamente minoritário, formado por democratas-cristãos e outras personalidades ligadas à alta finança.

A formação do novo governo de Andreotti não se destina a resolver qualquer dos graves problemas com que se debate o país e o povo italiano. Particularmente atingida pela crise geral do sistema capitalista, a Itália viu ainda agravados os seus problemas económicos com a política de desestabilização provocada pela direita para levar o país ao ponto de ruptura, ideal para a apressada formação de um «governo forte», destinado a impor a «ordem».

O prosseguimento de uma política integrada na óptica captalista não poderá ter outras consequências que o prosseguimento da crise, na medida em que as suas raízes, longe de serem extirpadas, continuarão a ser cuidadosamente alimentadas.

Acresce que o governo agora formado não corresponde de forma alguma ao voto do povo italiano, às suas exigências expressas, antes responde às imposições do imperialismo internacional. Esta a realidade.

Nas eleições legislativas de Junho, os evidentes esforços feitos pela direita para se unir permitiram que a soma de votos dos democratas-cristãos representasse a sua sobrevivência ao nível de órgãos do poder. Mas não lhes facultou a base sólida de que necessitavam para se impor à vontade popular.

Mais de 34% dos votos foram para o PCI — 2.º partido face à consulta eleitoral. Actualmente, o PCI tem 229 deputados entre os 630 da Câmara, e os democratas-cristãos 262. A margem de vantagem é insignificante, mesmo passando por alto as contradições que dividem os que votaram democrata-cristão. Não existe portanto base de apoio social que legitime a formação de um tal governo.

O governo de Andreotti existe e poderá sobreviver, mais ou menos, em função da abstenção e da tolerância do Partido Comunista Italiano.

De acordo com os resultados eleitorais de Junho, os comunistas obtiveram alguns lugares nos órgãos do poder. Pela primeira vez foi conferida ao PCI a presidência de comissões parlamentares (assuntos constitucionais, finanças, tesouraria, obras públicas e transportes, no Senado, orçamento e agricultura). Em Junho, o deputado comunista Pietro Ingrao foi eleito presidente da Câmara de Deputados. Trata-se de resultados esparsos que não correspondem, de forma alguma, à amplitude dos resultados eleitorais. O povo italiano votou por uma política de esquerda e conta hoje com um governo de direita que manifestamente não deseja.

A formação do novo governo minoritário italiano encerra diversas e valiosas lições: a democracia, as eleições democráticas, o valor insubstituível do voto, são expressões e valores particularmente enaltecidos pelos dirigentes políticos do mundo capitalista. O voto é apontado como aferidor absoluto da vontade dos povos, símbolo da liberdade. De tal forma, que a participação directa das massas trabalhadoras na defesa dos seus interesses, na resolução dos seus problemas, não pelo exclusivo do voto, mas pela actividade prática, pela detenção, de facto, das diversas alavancas do poder, surge minimizada ou reduzida a zero.

A Itália mostra-nos o que a democracia representa para esses senhores. Se o voto do povo não agrada, surge a chantagem, a escolha de pseudo-soluções sem futuro. O voto popular só vale quando equivocado, quando a escolha não existe, quando os candidatos são rosto diferente dos mesmo interesses, de uma política semelhante. Assim, será «democrático» o voto dos norte-americanos, quando lhes for dado «escolher» entre dois rostos da política capitalista. Não é «democrático» o voto dos italianos, quando desejam varrer da sua pátria o poder do capitalismo.

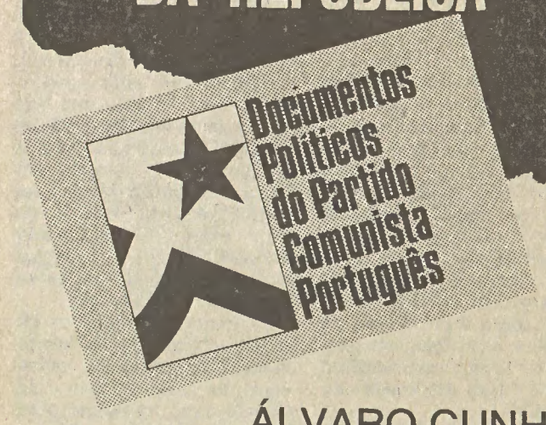
Temos assim uma lição do sentido e do conteúdo da democracia burguesa.

Há que juntar-lhe a lição da ingerência — que, para além da mais flagrante violação dos acordos de Helsínquia, representa o medo que se apodera da alta finança face ao avanço das forças de esquerda. Um medo que torna as intervenções despudoradas, dispensa o malabarismo da demagogia.

Mas a cedência da Itália à chantagem imperialista não é a cedência do povo italiano que, quando foi chamado às urnas, não temeu votar na esquerda. Ainda não se fez ouvir a sua última palavra.

O governo de Andreotti esforçar-se-á por preservar os interesses do capital — terá a política que o jogo de apoios, oposição e abstenções lhe permitirem. Está assente no vácuo da ausência de apoio popular. Por isso mesmo, não tem futuro.

DO 25 DE NOVEMBRO ÀS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



ÁLVARO CUNHAL
Discursos Políticos/6

edições Avante!

Distribuição CDL
Central Distribuidora Livreira
Av. Santos Dumont, 57 c-Lisboa 1

HELSÍNQUIA — UM ANO DEPOIS

Um ano depois da assinatura dos acordos de Helsínquia, as múltiplas violações do seu conteúdo pelo imperialismo não obscurecem o saldo positivo. Os princípios consignados têm o futuro na sua frente

Igualdade soberana dos Estados, direito de cada povo a escolher livremente o seu sistema político, social e económico, não recurso à força ou à ameaça de agressão, inviolabilidade das fronteiras, integridade territorial dos Estados, resolução pacífica dos litígios, não ingerência nos assuntos internos dos outros países — estes os princípios básicos proclamados na acta final de Helsínquia, assinada por 35 Estados.

Encerrou-se há um ano a 3.ª fase da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa — marco importantíssimo na definição do novo conteúdo das relações entre Estados e povos. Passo decisivo na liquidação das sequelas da guerra fria.

No binómio possível das relações entre Estados com regimes sociais diferentes — **confronto ou cooperação** — venceu a política favorável à paz, a política favorável à luta dos povos e das massas trabalhadoras pela sua libertação, a política imprescindível ao desenvolvimento do socialismo.

Helsínquia representa a abertura de uma nova era, significa a perspectiva de uma paz possível, o afastamento do pesadelo da hecatombe nuclear. Mas o caminho aberto desde a guerra fria aos primeiros trunfos para um clima de paz, não foi fácil e está pleno de ensinamentos.

A guerra fria é trave mestra da teoria imperialista das relações internacionais. Nasceu antes do fim da 2.ª guerra mundial como expressão lógica do carácter agressivo do imperialismo, dos seus intentos de liquidação de qualquer esperança do socialismo. É a política de permanente tensão, de meio equilíbrio à beira do abismo. A real política imperialista, sempre que outra lhe não é imposta.

Os princípios consignados na acta final de Helsínquia, traduzem a política do socialismo, surgem como iniciativa e vitória sua. Uma grande vitória, possível pela evolução do equilíbrio de forças internacional, em que se consolidou uma vasta zona de socialismo, novos povos conheceram a liberdade, foi liquidado o colonialismo, as massas trabalhadoras dos países capitalistas contam com fortes organizações de classe. Possível pelo agravar de contradições no seio do sistema capitalista, pela necessidade que surge de relações económicas com o mundo socialista. Uma grande vitória da capacidade técnica e económica do socialismo, projectada na consciência dos povos e na envergadura do sistema defensivo dos países socialistas.

A **batalha da Paz**, une em todo o mundo vastas massas, empenhadas em evitar o retorno da guerra. O imperialismo constitui, invariavelmente, o obstáculo com que tais massas deparam, não pode deixar de constituir um factor de peso na consciencialização de que a luta pela paz anda a par e passo da luta anti-imperialista, da luta pelo progresso e por uma sociedade mais justa. Um factor de unidade de todas as forças progressistas, de alargamento do seu campo de acção.

No actual contexto internacional — pelo seu carácter vital, pelas amplas possibilidades que se abrem na sua frente — a batalha da paz constitui objectivo primordial das forças progressistas, elemento básico, sem o qual toda a luta libertadora seria em vão. Objectivo possível por essa mesma luta libertadora. Constitui simultaneamente, o elo fraco por onde é possível infligir sérias e irrecuperáveis derrotas ao imperialismo.

Defender a aplicação prática dos princípios de Helsínquia, enriquecer o seu conteúdo com novas iniciativas, transformar o desanuviamento político em desanuviamento militar, única via para consolidar o caminho da paz hoje possível **— são tarefas prioritárias e imediatas de todas as forças progressistas.**

A forma como têm vindo a ser levados à prática os acordos de Helsínquia esclarecem sobre quem de facto está interessado nos caminhos da paz, dão-nos a medida da envergadura da luta necessária, falam-nos também da importância da vitória alcançada.

O documento final de Helsínquia estipula: «O presente texto da acta final será publicado em cada Estado participante, que o difundirá e fá-lo-á conhecer o mais amplamente possível.

Nos países socialistas, o texto integral foi publicado nos jornais centrais e largamente divulgado em brochura especial. Em média, na URSS, foi publicado um exemplar para cada treze pessoas, o que o torna praticamente acessível a toda a gente, possibilitando assim a participação de todos no exercício da política externa do seu país, e a sua integração na grande batalha internacional pela criação de condições básicas de paz.

No que respeita aos países capitalistas, os principais jornais como o «Le Monde», o «Times» e o «New York Times», limitaram-se a sínteses e extractos. O espaço gasto nos ataques e na especulação relativa aos países socialistas e ao próprio conteúdo dos acordos foi de uma forma geral superior ao destinado à sua divulgação.

No aspecto concreto da cooperação a nível cultural, o panorama é o mesmo. Na União Soviética são traduzidas, em cada ano, nas diversas línguas dos povos da URSS, mais de quinhentas obras de escritores norte-americanos, ingleses, franceses ou da RFA. A tiragem destes livros ultrapassa com frequência a tiragem alcançada no seu próprio país. Poder-se-iam dar exemplos análogos nos campos da ciência, da música, das artes e do cinema.

Entretanto, as obras dos países socialistas têm sérias dificuldades em entrar no mundo capitalista. Os governos dos países capitalistas temem abertamente a divulgação da cultura e do modo de vida dos povos dos países socialistas. E isto passa-se exactamente num domínio em que muita especulação é feita pelas forças da reacção, que confundem propositadamente cooperação cultural e cedência nos princípios ideológicos, abertura aos valores anquilosados do mundo do capital. Um domínio muito sensível — fulcral no nosso tempo — o domínio da confrontação ideológica, que ganha cada vez maior importância à medida que são limitadas as «saídas» pela guerra.

Promotora da Conferência que conduziu aos acordos de Helsínquia, a União Soviética mantém-se à cabeça da luta pelo enriquecimento do seu conteúdo, com a proposta histórica de uma Conferência Mundial sobre o Desarmamento e a iniciativa de convocar congressos europeus ou conferências interestados sobre a cooperação no domínio da protecção do meio-ambiente, do desenvolvimento de transportes e de energia.

No ano que decorreu sobre a assinatura dos acordos de Helsínquia, não foram cumpridos os princípios proclamados na sua acta. Multiplicaram-se as ingerências do imperialismo na vida interna de outros países. O direito de cada povo a escolher livremente o sistema político, social e económico em que deseja viver, foi particularmente contestado. Mas o imperialismo encontra cada vez mais dificuldade em agir a seu bel-prazer. Os países em vias de desenvolvimento avançam decididamente em formas de organização e coordenação dos seus esforços, que lhes permitem uma política mais independente e a defesa dos seus interesses económicos. As abertas tentativas de ingerência em países da Europa, a chantagem económica e política, esbarram com o repúdio massivo dos povos — não são provas de força, mas de fraqueza.

«O ano passado, foram feitos esforços para obscurecer a Conferência, neste ou naquele aspecto. Mas, para apreciar o que foi feito e o que resta fazer, é preciso colocar nos pratos da balança, não alguns factos particulares, mas a imensa causa que reuniu 33 estados europeus, os EUA e o Canadá — afirmou o camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do CC do PCUS, ao correspondente da «Pravda». — Os resultados obtidos há um ano em Helsínquia têm o futuro na sua frente, e ninguém conseguirá adulterá-los ou impedir o seu curso. Podemos dizer, sem risco de nos enganarmos, que, graças à Conferência de Segurança e de Cooperação, a Europa deu um passo em frente. Aprendeu a procurar com mais insistência e melhor a solução para os candentes problemas internacionais, a trabalhar melhor na prática pelos interesses da distensão, do aprofundamento da cooperação entre Estados e pela paz entre os povos.»

Um ano depois de Helsínquia, os resultados são positivos. E as perspectivas infinitas.

DECLARAÇÃO DO CONSELHO PORTUGUÊS PARA A PAZ E A COOPERAÇÃO

A propósito do 1.º aniversário da assinatura da Acta Final da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa, o Conselho Português para a Paz e a Cooperação, no sentido de *sublinhar a grande importância deste acontecimento histórico*, divulgou uma declaração em que, nomeadamente, se afirma:

As convenções que integram aquela Acta, ou seja, os Acordos sobre Segurança e Cooperação Europeias, ultimados na capital da Finlândia no ano passado, foram aceites por consenso geral e constituem um programa político cujo respeito e realização prática condicionam a tranquilidade, a prosperidade e a felicidade dos povos.

Com efeito, só com um ano de existência, os Acordos de Helsínquia puseram fim à época da guerra-fria, da desconfiança sistemática e da ameaça de recurso às armas, e introduziram o conjunto dos países europeus num sistema de relações internacionais fundadas nos princípios da coexistência pacífica e da cooperação mutuamente vantajosa nos domínios da economia, da ciência e da técnica, na salvaguarda e melhoramento do meio ambiente e na troca entre pessoas e grupos de informação, de educação e de cultura.

De facto, neste breve espaço de tempo vários acordos foram feitos quer entre os governos de vários Estados quer entre organizações privadas, tendo em vista levar à prática as disposições da Acta Final de Helsínquia nas relações internacionais. O CPPC regista com satisfação que Portugal, na sua política internacional, foi um dos países que colaborou activamente, no espírito e na letra dos princípios de Helsínquia, para levar à prática as disposições da Acta Final.

A opinião pública deve reprovar todos aqueles que por ambição, por medo, ou por interesse egoísta, obstinadamente levantam os maiores obstáculos e resistência, através de manobras abertas ou dissimuladas, às aspirações das grandes massas populares que exigem o fim das guerras e que associam a sua libertação e o seu desenvolvimento a uma nova ordem económica e social baseada na cooperação fecunda entre os povos.

Também o povo português sabe que, tendo contribuído, com o derrube do fascismo em Portugal, para o desanuviamento europeu, a sua revolução democrática só prosseguirá se se mantiver na Europa um clima de paz, de liberdade, de segurança e cooperação, de respeito pelos direitos dos povos a regerem-se por si próprios, sem interferências estranhas ou abusivas.

Considera o Conselho Português para a Paz e Cooperação que as próximas Conferências sobre o Desarmamento, em Helsínquia, de 23 a 26 de Setembro, e sobre o Desenvolvimento, a realizar em Budapeste nos dias 8 e 11 de Outubro, serão dois marcos importantes que abrirão uma nova etapa na via da segurança e da cooperação na Europa e no Mundo.

SEMANA INTERNACIONAL

O IMPERIALISMO FALA A LINGUAGEM DA GUERRA-FRIA

A descarada ingerência dos problemas e assuntos internos dos outros países, o retorno a uma linguagem de guerra fria, têm sido norma nas afirmações de políticos e diplomatas do mundo capitalista. A RFA e os EUA têm-se destacado particularmente neste campo.

Alguns exemplos registados nestes últimos dias dão-nos uma ideia desta realidade.

1) Agitando como espantalho os "perigos" do "comunismo mundial", o sr. Genscher faz repetidos avisos aos seus parceiros da NATO, para que se recusem a trilhar os caminhos da paz, insistentemente propostos pelos países socialistas, afirmando nomeadamente que "o Ocidente não deve ceder perante as propostas comunistas de desmantelamento simultâneo da NATO e do Pacto de Varsóvia", para acabar com a divisão da Europa e anular o perigo de uma guerra no continente. Não. O "Ocidente" deve-se armar, contabilizar o potencial de armas soviéticas, reais e inventadas, acelerar a escalada armamentista, manter o mundo à beira do barranco, mísseis apontados às fronteiras dos países progressistas, do mundo socialista, da URSS. Ameaças suspensas sobre as forças que lutam pela libertação do jugo do capital. Uma "boa guerra" na forja, para quando o capitalismo se sentir mais vitalmente ameaçado como sistema. São conselhos de Genscher.

2) O sr. Genscher, ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, é também perito em grosseiros truques com que tenta inverter o sentido da realidade. Quem tem olhos e ouvidos abertos sobre o mundo, não poude deixar de constatar a forma directa e inequívoca que assumiu a ingerência do mundo capitalista nos problemas internos do povo italiano. A ameaça de chantagem económica para impedir os comunistas do governo surgiu linear, sem máscara. O camarada Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista, denunciou publicamente esta ingerência. O sr. Genscher consegue transformar a denúncia de uma ingerência em ingerência...

3) A audácia do imperialismo vai longe. Demasiado longe. O embaixador dos Estados Unidos em Belgrado, Lawrence Silberman, afirmou perante jornalistas que "alguns aspectos da política jugoslava iam contra os interesses americanos", acrescentando que a Jugoslávia não podia pensar ter boas relações com os Estados Unidos, atacando simultaneamente o imperialismo americano. O despudor é grande. As "justificações" vindas de Washington constituem verdadeira anedota. Assim, o porta-voz da secretaria de Estado em Washington, desmentiu as acusações do marechal Tito, de ingerência do embaixador dos EUA nos problemas internos do seu país, acrescentando que "o embaixador Silberman tem a confiança total do presidente Gerald Ford e do secretário de Estado Henry Kissinger", e consequentemente não se entrega a uma **política de intervenção, totalmente "desaprovada" por Washington...**

Genscher, Kissinger e C.ª não podem alterar o curso da história. O retorno ao espírito da guerra fria, à ingerência na vida interna dos outros países —princípios caros ao imperialismo — estarão cada vez mais arredados das relações internacionais normais entre os povos. A despudorada utilização de uma linguagem e de uma prática provocatórias não são prova de força. Têm normalmente efeitos contrários aos previstos — unem as forças revolucionárias e os povos no repúdio contra tal actuação, reforçam a sua determinação na luta contra o imperialismo.

O IMPERIALISMO FOMENTA A VIOLÊNCIA NA ARGENTINA

Ascende a mais de 700 o número de vítimas da violência na Argentina, facto que atesta da amplitude do terrorismo e da repressão neste país

A escalada do terrorismo na Argentina tem vindo a agravar-se desde a formação do governo das Forças Armadas, e faz parte de um sórdido esquema de desestabilização destinado a criar as condições para o estabelecimento de um regime fascista como o de Pinochet no Chile, isolado e repudiado pela própria Organização dos Estados Americanos (OEA).

Sequestros e assassinatos, saques e roubos, sucedem-se quase diariamente. É total a impunidade dos bandos terroristas da ultradireita na sua actuação criminosa contra civis e militares, laicos e religiosos, de todas as condições sociais e militância política (ou mesmo sem ela), argentinos e exilados ou refugiados de países irmãos, inclusive personalidades de relevo internacional como os ex-parlamentares uruguaios, Michelini e Gutirrez Ruiz e o ex-presidente da Bolívia General Torres. A Argentina pode justamente ser apresentada como o "paraíso" do terrorismo.

Por outro lado, aos milhares de presos políticos e sindicais, encarcerados sem qualquer acusação ou processo judicial durante o governo anterior, somam-se outros milhares de presos nas mesmas condições.

A instauração de um regime legal de excepção que anula direitos fundamentais e garantias constitucionais, a dissolução em bloco de mais de 40 organizações, englobando desde um ou outro grupo da ultradireita (que entretanto actua com a mais completa impunidade e multiplica os seus crimes), outros de inspiração trotskista ou maoista, até grandes organizações caracterizadas pela sua luta em defesa das instituições democráticas e dos interesses e independência nacional, assim como a punibilidade da actividade política e da propaganda ideológica — não são os meios adequados para alcançar a estabilidade de que o país necessita.

As acções terroristas da pseudo-esquerda, cujo carácter objectivamente provocatório fica realçado em actos tão condenáveis como o sequestro do representante militar na Confederação Geral do Trabalho, coronel Pitta e o atentado que custou a vida ao chefe da Polícia, General Cardoso, prossegue com o seu saldo de vítimas indiscriminadas, nomeadamente pela guerra desencadeada contra os seus autores e suspeitos.

No contexto de uma situação ainda não definida e cada vez mais perigosa, os agentes do imperialismo, presentes em toda a acção desestabilizadora e golpista na América Latina e no Mundo, aproveitam e fomentam todos estes factos, para avançar nos seus objectivos de instaurar uma ditadura terrorista que lhes assegure o domínio absoluto da Cuenta del Plata, das imensas riquezas naturais da América Latina e o controlo estratégico do Atlântico Sul.

O imperialismo, a CIA e a reacção interna, obrigados a admitir o carácter diferenciado, heterogéneo e não pinochetista do golpe de Estado do 24 de Março de 1976, esforçam-se por precipitar tal tipo de saída antinacional e antipopular, capaz de submergir a Argentina num banho de sangue e na guerra civil. *A actual situação não é ainda de molde a agradar ao imperialismo.*

Assim se explica a contradição entre os factos apontados e as atitudes e objectivos proclamados insistentemente pela presidência da República, no sentido de restabelecer o regime democrático e representativo, defender os direitos e a dignidade humana, erradicar todo o tipo de terrorismo e as suas causas profundas.

Contra tal política expressa e os laivos de abertura de algumas esferas do governo desencadeou-se uma furiosa ofensiva, em que não é difícil vislumbrar a mão sinistra da CIA. É aí que há que procurar a raíz da subversão e a campanha — interna e externa — de desprestígio do país, das instituições democráticas, dos partidos políticos e do próprio governo do general Videla.

Num decreto recentemente publicado, o Governo Militar Argentino proibiu, oficialmente, todas as reuniões de trabalhadores e eleições sindicais no país. Anteriormente tinham sido suspensas todas as actividades sindicais e políticas. Segundo o novo decreto, as únicas actividades permitidas na frente do trabalho são as que se relacionam com a assistência médica e outros domínios de ordem social.

São leis que entram em aberta contradição com as liberdades e direitos reconhecidos pela Constituição Nacional e pelos documentos internacionais subscritos pela Argentina, nomeadamente os direitos de associação, de actividade sindical e política. Leis que não ajudam a uma solução positiva da difícil e perigosa situação que hoje se vive na Argentina. Leis que reflectem os esforços do imperialismo para transformar a Argentina num outro Chile.

A superação da actual situação, passa pela luta contra o terrorismo, medidas para a libertação dos presos e garantias para a sua defesa, garantia do exercício das liberdades e direitos consignados na Constituição.

BREVES NOTÍCIAS DOS PAÍSES SOCIALISTAS

Foram construídas na Polónia, no primeiro semestre deste ano, cerca de 80 000 novas habitações. Prevê-se a construção, no decurso de todo o ano, de 200 000 novas habitações em todo o país.

•

15 milhões de turistas visitaram a URSS de 1971 a 1975. No mesmo período 11 milhões de turistas soviéticos viajaram no estrangeiro.

•

A biblioteca estatal da RDA, em Berlim, será totalmente reconstruída até 1980. Contará, entre outro material de apoio moderno, com computadores. A biblioteca dispõe de cerca de cinco milhões de livros.

•

Constroi-se actualmente na Hungria, com colaboração soviética, uma central térmica com uma capacidade de 1930 megavátios.

•

206 quilómetros de estradas e 16 grandes pontes foram reconstruídos no Sul do Vietnam, no primeiro semestre de 1976.

•

Estão a ser construídos em Cuba 31 grandes edifícios com um total de 4300 apartamentos.

•

A Polónia aumentará até 1980 a sua produção energética para 135 mil milhões de Kilovatios-hora anuais. Com este fim estão a ser construídas no país dez centrais eléctricas.

LIQUIDAR A RESISTÊNCIA PALESTINIANA —OBJECTIVO DE WASHINGTON

São evidentes os esforços do imperialismo para liquidar a resistência palestiniana. Com isso, pretende-se não só destruir uma das forças mais consequentes contra o agressor israelita, mas impor o domínio de Washington numa zona de grande importância estratégica e particularmente rica em petróleo

O governo norte-americano dispõe-se a vender à Arábia Saudita uma nova geração de mísseis terra-ar, mais de mil bombas guiadas por *laser* e 1800 mísseis antitanque. A esta venda soma-se uma outra de 2000 mísseis de intercepção 16 rampas de lançamento. Washington justifica esta venda maciça de armas sofisticadas à Arábia Saudita com a «ameaça militar» do Iraque e da República Popular do Yemen, países com regimes progressistas. Desde o ano passado, as compras sauditas de armamento norte-americano ascendem a 6000 milhões de dólares, total só superado pelas aquisições do Irão.

Entretanto a Secretaria norte-americana de Estado defendeu a venda de armas americanas ao Irão, como «leal aliado» de Washington.

As vendas maciças de armas aos países com uma política mais vincadamente direitista no Médio Oriente, insere-se nos esforços que o imperialismo americano vem a desenvolver para assegurar o controle desta região.

Venda de armas, utilização de contradições avolumando-as até ao ponto da ruptura, jogo hábil de divisionismo, são as formas de intervenção que o imperialismo está a utilizar no Médio Oriente.

O **Líbano** constitui, neste momento, o centro em que o imperialismo está a empenhar toda a sua arte de provocação, onde se multiplicam tentativas para dividir e lançar umas contra as outras parcelas das forças progressistas. Onde se tenta esmagar, pelo aniquilamento físico, uma das forças mais consequentes contra o agressor israelita – a resistência palestiniana.

A degradação da situação no Líbano, em que os acordos sucessivamente elaborados não têm tido as consequências práticas correspondentes, mantendo-se inalterável a chama da guerra, impõe a urgente solução dos problemas gerados, só possível sem qualquer tipo de ingerência externa.

O Imperialismo americano, coadjuvado pelo sionismo, está a desencadear esforços notáveis para o controle desta zona. Pretende, por um lado, alcançar o domínio de uma zona particularmente rica. Por outro, assenhorear-se de uma zona estratégica. E ainda criar uma base de agressão contra os países progressistas de África.

No Líbano, joga-se na liquidação física da resistência palestiniana. Todas as forças reaccionárias o desejam, ainda que por razões diferentes. Os imperialistas vêm neste movimento o principal obstáculo a uma falsa solução do problema do Médio Oriente.

As posições de Israel e dos EUA são idênticas. A reacção árabe, que em palavras apoia os palestinianos, tenta na realidade transformar este problema em factor de divisão entre os povos árabes, elemento de «negociação» com o imperialismo.

A resistência palestiniana constitui, objectivamente, um ponto de encontro dos meios progressistas dos países árabes dado que, face às circunstâncias, é a mais consequente combatente contra a agressão israelita. O povo árabe da Palestina, que aspira justamente à criação do seu próprio Estado nacional, luta também pela libertação das terras árabes ocupadas por Israel, porque é nessas terras que poderá vir a ser criado o Estado palestiniano. É uma questão de vida ou de morte para os palestinianos. E em tais situações nunca se recua. Desta forma, visando os palestinianos, o imperialismo americano ataca os interesses nacionais de todos os povos árabes.

A liquidação da resistência palestiniana seria um primeiro passo para o domínio da zona, um golpe importante nas forças progressistas árabes. Daí o empenho de Washington. Daí também a premente necessidade de se conseguir a rápida solução de um conflito que surge como ameaça não só para os povos árabes, como para o continente africano, para uma política de paz na bacia do Mediterrâneo.

BREVES NOTÍCIAS DE ÁFRICA

A CERES, unidade fabril com sede em Matola, na província de Maputo atravessou sérias dificuldades devido a sabotagem feita pelo patrão, principalmente depois da independência, em consequência do que a produção era bastante baixa. Porém, mediante apelo do Grupo Dinamizador conjuntamente com um elemento da FRELIMO em que se apontaram os inconvenientes da quebra de produção para a economia do país, a produção não só não sofreu mais nenhuma baixa, como aumentou para perto do dobro.

•

No âmbito do acordo geral de cooperação assinado entre a República Popular de Moçambique e a URSS, quando da recente visita do camarada Samora Machel a esse país, chegarão brevemente a Moçambique 44 médicos soviéticos.

•

Regressaram já a Bissau, depois de um estágio de nove meses em Moscovo para quadros médicos sindicais, cinco membros da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau. Ao mesmo tempo, regressaram também a Bissau cinco jovens da Juventude Africana Amílcar Cabral, que frequentaram na União Soviética um curso político na escola do Komsomol.

•

O primeiro ano de independência na província de Gaza caracterizou-se pelo início da criação de sete aldeias comunais, os primeiros passos no campo das cooperativas agrícolas, construção de novas escolas e odesenvolvimento de várias machambas do povo. A futura aldeia comunal designada pelo nome de "Heróis Moçambicanos" encontra-se em fase adiantada de construção em relação às restantes seis da província.

•

Vindos da RDA, onde estiveram hospitalizados por causa dos ferimentos recebidos quando da participação na luta de libertação nacional, chegaram a Angola mais dezoito angolanos, já completamente restabelecidos.

•

Cerca de 2800 talhões de terra, com uma área de 95 hectares, foram distribuídos pela Câmara Municipal do Maputo a outras tantas famílias, num total de 13750 pessoas, que viviam em zonas alagadas dos subúrbios do Maputo, sem nenhumas condições de habitação. As famílias que passarão a viver naqueles talhões, parcelados numa zona alta, passarão a beneficiar de água canalizada, energia eléctrica, rede de saneamento de águas pluviais e residuais, transportes colectivos e outros benefícios de uma vida colectiva organizada que jamais tinham conhecido.

•

O camarada Agostinho Neto foi convidado a visitar o Panamá. O convite foi aceite.

A REPRESSÃO NÃO IMPEDE A LUTA DO POVO SUL-AFRICANO

Novos passos na luta dos povos sul-africanos. O regime de Vorster reforça o potencial repressivo

No contexto de uma crescente militarização da África do Sul, agudiza-se a luta das massas populares contra o regime de Vorster, o *apartheid*, a violência repressiva.

Um homem foi morto pela polícia nos arredores de Joanesburgo quando cerca de 3000 negros (números oficiais) se manifestavam contra o regime opressor. Em Mhluzi, cidade negra a 110 km de Joanesburgo, os estudantes africanos têm-se manifestado. As escolas primárias foram fechadas, impedindo-se o início das aulas. Todas as estradas de acesso à localidade estão sob controlo da polícia.

Entretanto, largas centenas de estudantes de Soweto, no primeiro dia de aulas após a violenta repressão policial de 16 de Junho, que se saldou em 176 mortos e culminou com o encerramento das escolas (e em que os estudantes saíram vitoriosos) — concentraram-se nas ruas da cidade, vaiando agentes da polícia que se encontra de prevenção na área.

Os protestos contra o massacre efectuado pelas forças repressivas de Vorster ganham amplitude em toda a cintura de Joanesburgo.

Enquanto a luta de massas ganha uma mais profunda dimensão, amplia-se o movimento de solidariedade internacional. A declaração do Comité Especial da ONU para a Namíbia, difundida nas Nações Unidas, destaca o **aumento dos subsídios militares e a organização de unidades especiais para reprimir o Movimento de Libertação Nacional**, entre as medidas tomadas pelo Governo da RSA a fim de militarizar progressivamente o país.

O orçamento militar da África do Sul para o exercício financeiro de 1976/77, atinge um número recorde: 1,4 biliões de randes sul-africanos. Esta soma ultrapassa em 47,6 por cento os subsídios militares do ano anterior e em 196,6 por cento o orçamento militar de 1973/74, 644 milhões de randes, quase metade do orçamento militar actual, são destinados ao aumento de efectivos e à manutenção das tropas terrestres de que fazem parte as unidades especiais de repressão ao Movimento de Libertação Nacional.

As autoridades sul-africanas compram armas, nomeadamente aviões de combate, à Itália, à França, à Grã-Bretanha e a Israel. São igualmente tomadas medidas para assegurar os meios de fabricar armas nucleares. Depois da visita de Vorster, primeiro-ministro da África do Sul, a Israel, em Abril último, foi anunciado que este país venderá à RSA caças "Kfir", vedetas "Reshef" e outro material de guerra em troca de materiais estratégicos, como urânio enriquecido.

É neste contexto, de uma crescente agressividade e militarização da África do Sul, que devem ser apreciados os movimentos reivindicativos, a luta dos povos africanos na África do Sul, o significado internacional, e em particular em relação ao continente africano, da continuidade de existência deste foco de agressão, em que são desrespeitadas todas as normas internacionais visando a paz e a distensão, onde são espezinhados os mais elementares direitos dos povos.

A África do Sul é uma ameaça latente para todos os povos que em África seguem uma via progressista. O exemplo de Angola é esclarecedor. Batida pelo Povo angolano encabeçado pelo MPLA, a África do Sul continua a alimentar e a apoiar pequenos grupos provocatórios, naturalmente destinados à derrota, mas que impedem o Povo angolano de se dedicar exclusivamente às prementes tarefas pacíficas que a reconstrução do país impõe.

A heróica luta das massas trabalhadoras da África do Sul, encabeçadas pelas suas organizações progressistas, em particular pelo Partido Comunista Sul-Africano, só pode ser apreciada na sua real medida, tendo em conta as dificuldades em que essa luta se desenvolve, o profundo desprezo pela vida humana que caracteriza o regime de Vorster. Manifestações com milhares de manifestantes, contra um regime que reprime fazendo centenas de mortos, são actos de coragem colectiva só possíveis quando a agudização dos problemas os torna insuportáveis, quando é vincada a consciência de classe, a determinação na conquista de uma vida digna e livre.

O crescendo da luta na África do Sul atesta ainda para a justeza da conclusão que aponta como tarefa prioritária, neste momento internacional, o definitivo aniquilamento do racismo, do neocolonialismo, da vergonhosa política de *apartheid*.

O DIFÍCIL CAMINHO DA DEMOCRACIA

Um texto de CARLOS COSTA
Membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP

na REVISTA INTERNACIONAL N.º 6/1976

VIETNAME: REUNIFICAÇÃO DE UM POVO LIVRE

REVISTA INTERNACIONAL

Um texto de F. EDELMAN
Secretária-geral da Federação Democrática Internacional das Mulheres.

COOPERATIVA «CAMPONÊS LIVRE»: TRABALHO, SACRIFÍCIO E SOLIDARIEDADE

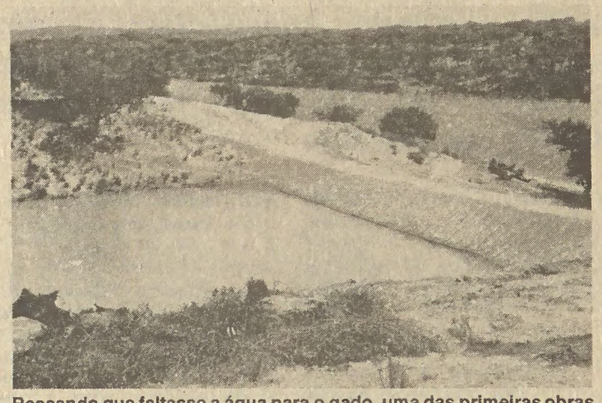
A Reforma Agrária não se faz só no Alentejo. Na Beira Baixa, no distrito de Castelo Branco, é encarada igualmente com confiança e determinação

Não se pode fazer num dia o que os latifundiários destruíram durante dezenas e dezenas de anos: deixando as terras incultas, desprezando o desemprego e a fome dos trabalhadores agrícolas, gastando numa vida de luxo os lucros avultados que permitia um regime de semiescravatura imposto aos trabalhadores.

Não se pode fazer num dia o que os latifundiários destruíram durante dezenas e dezenas de anos — e os trabalhadores agrícolas sabem-no bem: é preciso sacrifício, trabalho e solidariedade.

E se no Alentejo esta luta se desenrola sem que ninguém esmoreça no fim a atingir, também no distrito de Castelo Branco, onde o grande latifúndio existia, os trabalhadores agrícolas não estão desmobilizados. E, apesar das dificuldades, contribuem com firmeza na construção da Reforma Agrária.

Foi este o ambiente que encontrámos na Cooperativa Agropecuária «Camponês Livre», próximo de Malpica do Tejo, uma das primeiras a surgir a Norte do Tejo.



Receando que faltasse a água para o gado, uma das primeiras obras foi a represa que se vê na gravura

O nome da cooperativa não é do agrado dos elementos do Centro Regional da Reforma Agrária, em Castelo Branco. Melhor seria que as preocupações deste tipo fossem substituídas pelo apoio à actividade que 17 trabalhadores ali desenvolvem, gastando por vezes mais de doze horas seguidas no trabalho do campo.

João Falcão, cuja tez escura indica toda uma vida passada no campo a trabalhar, estava em cima de um tractor novo. O arado rasgava um sulco na terra por onde um fio de água ia deslizando. Jorge Vicente, 19 anos apenas, ajudava-o no trabalho desfazendo os torrões que represavam o rego.

Passava já do meio-dia quando o tractor parou finalmente, quase encostado a um sobreiro. A máquina, que ainda conserva o brilho da pintura, é o resultado da solidariedade dos trabalhadores ferroviários do Centro do país, que recentemente ofereceram àquela cooperativa o tractor, acompanhado de um reboque e diversas alfaias.

Foi então que pudemos conversar com João Falcão e com outros trabalhadores da cooperativa, que entretanto se reuniram para a refeição.

O QUE NÃO HAVIA E O QUE SE FEZ

Escondidos do sol que queimava a terra, João Falcão falou-nos da cooperativa agrícola onde em 7 de Janeiro deste ano pela primeira vez começaram a trabalhar homens e mulheres animados por um ideal de entreajuda.

— Tudo isto se encontrava bastante desprezado e o mato enchia quase por completo todo o terreno. Até o olival — está a ver, é uma grande extensão — não se distingula das estevas que o cobriam.

« Agora, o olival, devido à solidariedade dos trabalhadores têxteis da Covilhã e Tortosendo e mesmo de alguns de Lisboa encontra-se limpo, mas grande parte do terreno continua por limpar.

A este respeito foi flagrante a actuação equívoca dos elementos do Centro Regional da Reforma Agrária, de Castelo Branco, que nada fizeram para que uma grade de desmatar fosse emprestada pelo Fundo de Fomento Florestal, quando a cooperativa possuía por empréstimo uma máquina de rastros. Quando os trabalhadores, depois de várias tentativas conseguiram finalmente a grade, o Centro Regional da Reforma Agrária ordenou que a máquina passasse para outra região e a desmatagem dos terrenos ficou por fazer.

Como se vê os apoios, pelo menos naquela zona, por parte do governo não são grandes. Já o mesmo não sucede com a solidariedade de todos os outros trabalhadores que não esquecem a luta que os operários agrícolas travam nos campos — frente de combate na transformação deste país que queremos livre, sem exploradores nem explorados.

João Falcão continua:

— Este ano, embora tivéssemos vindo para aqui tarde e já não houvesse muitas possibilidades, sempre semeámos perto de 100 hectares de milho, cerca de 10 hectares de feijão frade e um campo de melancia.

E acrescenta:

— O que precisávamos era pôr o terreno todo cultivado. E então, com uma barragem, estes terrenos que estão de sequeiro passavam a regadio e aumentávamos os postos de trabalho para perto de 100 pessoas.

Fizeram já uma represa para que durante o Verão não faltasse a água ao gado. Aliás, tem sido esta a principal fonte de subsistência, tanto através do leite, com o qual fazem queijo, como da lã. E se tem sido o único rendimento também é certo que os trabalhadores da cooperativa se têm sacrificado para o manterem nas devidas condições. Durante a época da tosquia vinham de Malpica para estarem na cooperativa perto das 4 horas da manhã, donde saíam cerca das onze da noite. E isto durante dias seguidos pois era preciso ordenhar e tosquiar as 1333 ovelhas e as 197 cabras.

João Falcão comenta aqueles dias:

— Tínhamos de acudir a tudo ao mesmo tempo. Tratar do campo e dos animais, enquanto as mulheres faziam os queijos.

Falando ainda dos projectos futuros dos membros da cooperativa, João Falcão considera que muito há a fazer e se não temem o trabalho também não desprezam a solidariedade dos trabalhadores da cidade, a qual poderá ser muito útil durante a apanha do feijão frade, que em breve se efectuará.

SOLIDARIEDADE QUE CHEGA DO ALENTEJO

O motor da ceifeira-debulhadora parou por fim e Alberto Cabaço Correia aproximou-se do sobreiro onde os outros trabalhadores se agrupavam, para também ele almoçar.

Embora natural de Malpica regressou há pouco tempo de Lisboa onde frequentou um curso de formação profissional acelerado. Como o trabalho não aparecesse fez a viagem de regresso à terra. A agricultura é agora a sua ocupação.

— Não há nada aqui que eu não faça — explica-nos à laia de introdução. E esclarece, depois, a presença da máquina:

— A ceifeira é da cooperativa agrícola «1.º de Maio», de Avis. Fui lá buscá-la juntamente com o Francisco Correia, que está na cooperativa desde o início. Aprendi a trabalhar com a máquina e trouxemo-la para cá. Foram quase doze horas de viagem.

Salientando depois a solidariedade que algumas cooperativas têm manifestado pela sua luta, nomeadamente a «21 de Fevereiro», a «1.º de Maio e ainda a «Nascer do Sol», em Elvas, Alberto Correia é de opinião que se não tivessem a dificuldade de comunicações com a margem sul do Tejo, a sua luta hoje estaria muito mais avançada. Ainda sobre este ponto é de opinião que mais jornadas de solidariedade devem ser feitas naquela região para que as pessoas verifiquem que não são esquecidas.

Apenas com 19 anos, Jorge Vicente falou-nos da sua presença ali:

— Andava a estudar em Castelo Branco e este era o único emprego que tinha. Já por diversas vezes, quando era mais novo, tinha feito trabalhos agrícolas. Isto não me assusta.

As opiniões expressas foram sempre apoiadas pelos outros trabalhadores presentes. Sabem bem que têm tido dificuldades mas contam com a solidariedade dos outros trabalhadores. Sabem igualmente que através do seu trabalho os terrenos que ocupam hoje a cooperativa agrícola «Camponês Livre» são um mundo de possibilidades. E eles acreditam e estão dispostos a darem o seu esforço, como até agora o têm feito para que nunca mais voltem a estar sujeitos ao desemprego ou à exploração patronal.

SEMANA *REFORMA AGRÁRIA*

REFORMA AGRÁRIA CHEGA AO NORTE

Forjar a unidade e organização dos rendeiros e pequenos agricultores para defesa dos seus direitos e interesses é a razão de ser do MARN e das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores. O trabalho que estas organizações de camponeses têm vindo a desenvolver, em especial no norte e centro do país, começa a dar os seus frutos.

Com efeito, assiste-se cada vez com maior regularidade a reuniões de camponeses onde se debatem os seus problemas específicos, se trocam experiências e adquirem perspectivas com vista à solução dos mesmos.

Classe tradicionalmente isolada, sem prática de vida colectiva e abandonada à sua própria sorte, os rendeiros e pequenos agricultores descobrem agora, ao adquirirem consciência de classe, que unidos e organizados são efectivamente uma força capaz de fazer valer os seus direitos, como importante componente que são do sector produtivo nacional. E descobrem também que os seus interesses não se chocam de forma alguma com os dos assalariados rurais, antes se aproximam, fazendo-os compreender que ambas as classes são aliadas naturais, que em conjunto podem levar por diante a Reforma Agrária, liquidando para sempre o poder dos grandes agrários que têm vivido à custa da exploração de uns e de outros.

A organização dos trabalhadores do campo em zonas consideradas como praças fortes da reacção, como é o caso da Guarda, Viseu, Baixo Mondego, significa um importante avanço das forças democráticas e vem demonstrar, a quem ainda tenha dúvidas, que os camponeses do norte do país estão com o processo democrático e firmemente decididos a contribuir para a construção de uma sociedade onde não mais exista a exploração do homem pelo homem.

Este avanço não significa, de forma alguma, que todos os rendeiros e pequenos agricultores estão já ganhos para a luta.

Mas é o início de um processo de consciencialização que não tardará a mostrar a quantos ainda vivem enganados pelas promessas e "falinhas mansas" da reacção quem está com eles e contra eles.

Diferente embora da forma como se está a processar no Alentejo e sul do Ribatejo — como não podia deixar de ser dado as condições específicas existentes — a Reforma Agrária começa também a realizar-se no resto do país. Como as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores e o MARN têm afirmado com frequência, o primeiro objectivo a alcançar é o cumprimento da Lei do Arrendamento Rural — grande conquista dos camponeses do norte — que lhes dá a possibilidade de se libertarem de uma vida de miséria e opressão e representa um grande passo para se conseguir uma vida melhor nos campos.

ÊXITOS E FRACASSOS

A consolidação e avanço da Reforma Agrária passa pelo reforço da organização dos militantes comunistas que a ela dedicam todo o seu trabalho

Para nós, comunistas, é um dever o estudo e a discussão dos problemas do campo, a fim de procurar encontrar soluções para as dificuldades que afectam neste momento uma das maiores conquistas da nossa Revolução – a Reforma Agrária.

Foi o proletariado rural do Alentejo e do sul do Ribatejo, com a sua consciência de classe e com o espírito revolucionário que o caracteriza – guiado pela sua vanguarda revolucionária organizada, o Partido Comunista Português –, quem avançou em passos largos e seguros na tomada dos latifúndios, fazendo frente à sabotagem económica, acabando com as terras incultas nas herdades geridas pelos trabalhadores e criando novos postos de trabalho, eliminando assim o desemprego crónico no Alentejo e em vastas zonas do Ribatejo.

A situação da Reforma Agrária no distrito de Santarém pode caracterizar-se, não obstante as enormes dificuldades com que depara, pela consolidação da generalidade das UCP existentes. No entanto, muitas delas estão instaladas em terrenos ainda não expropriados, o que de certo modo pode constituir um risco. Outras estão instaladas em terras cujas áreas e culturas não atingem os 50 000 pontos, sem que exista nestes casos arrendamentos compulsivos.

Actualmente, existem no distrito de Santarém cerca de 50 mil hectares de terra que foram tomados pelos trabalhadores, onde foram criadas cerca de 50 Unidades Colectivas de Produção.

Contudo, uma análise mais aprofundada da situação mostra-nos algumas contradições que correspondem a algumas das dificuldades actuais. Assim, dos 50 mil hectares administrados pelos trabalhadores apenas uma muito pequena parte está expropriada, apesar dos decretos de expropriação existentes; em contrapartida, por documento ministerial, foram nacionalizados ou expropriados mais de 63 mil hectares que estão ainda, na maioria dos casos, na posse dos agrários ao abrigo do despacho sobre os «frutos pendentes».

Depois do saneamento de grande parte dos técnicos mais experientes e mais dedicados à Reforma Agrária no CRRA de Santarém e na sua secção de Coruche, há todo um enorme esforço de recuperação dos latifundiários que encontra eco nos centros de decisão e que é facilitado nalguns casos por atitudes esquerdistas e irresponsáveis. Tenta-se não só estancar a Reforma Agrária como também anular todas as vitórias alcançadas pelos trabalhadores. Fala-se já até na satisfação da reivindicação dos agrários para que o direito de reserva passe de 50 para 100 mil pontos (sendo 50 mil na qualidade de proprietário e 50 mil na qualidade de rendeiro, o que no caso de as terras serem directamente administradas pelo proprietário daria, por acumulação, os tais 100 mil pontos). Esta é a tese reivindicada. Há que organizar desde já a luta contra tal absurdo.

A Reforma Agrária está consignada na Constituição. Mas as leis que lhe dizem respeito não são levadas à prática. Aos processos em que os trabalhadores pedem a aplicação das leis de expropriação não é dado seguimento, mesmo em casos comprovados de sabotagem económica, de desvio de dinheiros, de venda ilegal de gado, de falta de pagamento de salários aos trabalhadores há muitas semanas. No CRRA são postos os mais variados entraves que se prolongam por meses. Mas mesmo assim, alguns processos conseguiram vencer esta barreira e encontram-se agora em repouso nas gavetas do Ministério aguardando despacho há bastante tempo. Há processos a que falta apenas juntar os planos de exploração, os quais deverão ser feitos por técnicos do CRRA. Para darmos um exemplo concreto, citamos o caso da herdade de Vale da Lama da Atela, que se situa nos concelhos de Alpiarça e Chamusca, cujo processo de expropriação se encontra há 6 meses no CRRA de Santarém aguardando que o eng.º Andrade – com interesses ligados à Casa Meira, em Alpiarça, a qual está sujeita às leis de expropriação e cuja cultura predominante é a vinha – faça o plano de exploração. Isto mostra bem que é impossível a conciliação de classes com interesses antagónicos e que enquanto houver nos Centros Regionais de Reforma Agrária técnicos cujos interesses de classe se chocam com a própria Reforma Agrária esta não pode avançar mas antes está sujeita a todo o tipo de boicotes.

Acontece ainda que o CRRA de Santarém se recusa a fazer seguir processos de expropriação onde não haja problemas sociais. Como se não fosse a área de cultivo que determinasse a expropriação! Como se a sabotagem económica, a falta de pagamento de salários, ou outros tipos de conflitos sociais não fossem apenas mais uma razão de expropriação mesmo para os casos onde a área o não justifique, ou se não fosse apenas uma agravante e razão de prioridade para a expropriação!

Além de tudo isto, existe uma série de campanhas desmobilizadoras por parte dos agrários e seus serventuários para atingir os trabalhadores das herdades já expropriadas mas ainda na posse dos agrários, de maneira a procurarem evitar a formação de novas UCP. Chegam a afirmar que vai ser permitido ao ex-proprietário ficar na posse da terra por mais tempo ou que a pontuação vai ser revista passando para 150 ou 200 mil pontos. E como a maior parte das terras expropriadas continua na posse dos agrários por causa dos «frutos pendentes», estes conseguem ir manobrando alguns trabalhadores atrasando assim a organização e formação de Comissões de Trabalhadores e, consequentemente, a formação de novas UCP.

DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DEPENDE O FUTURO DA REFORMA AGRÁRIA

Por tudo o que tem vindo a ser referido, verifica-se que os saneamentos havidos quanto a técnicos progressistas só serviram para que a CAP melhor pudesse manobrar dentro dos CRRA.

Hoje, os quadros interessados no avanço da Reforma Agrária são insuficientes para dar seguimento a todos os problemas, além de estarem limitados por variadíssimas peias. Repare-se, por exemplo, no facto de que antes da expropriação das Casas Agrícolas Amaral Neto, no concelho da Chamusca, havia uma muito boa assistência por um técnico de fruticultura, pertencente ao CRRA de Santarém e que após a entrega daquelas aos trabalhadores corre-se graves riscos de se perder a produção dos pomares, precisamente por falta de assistência técnica, pois o técnico que anteriormente lá ia não mais lá pôs os pés após a expropriação.

Há que lutar contra esta situação. Mas a batalha tem que se processar em dois campos. Um, é o de reclamar do governo a assitência técnica às UCP e bem assim a garantia de preços e de escoamento dos produtos. Outro, é o de se criarem condições para que as UCP tenham à sua disposição os meios próprios para resolver estes e outros problemas de carácter técnico. De igual modo será conveniente encarar-se a assistência jurídica às UCP, pois é de prever que venham a ter necessidade de defender os seus direitos, até mesmo judicialmente, como possivelmente, para já, irá acontecer à UCP Alfredo Lima, em Alpiarça. Mas há desde já uma infinidade de problemas a justificar ter um advogado de confiança à mão e sempre à disposição, ou seja, a tempo inteiro.

Para podermos avaliar da importância que se reveste a criação imediata de CT em todos os lados, mas muito especialmente nas herdades expropriadas, basta olharmos para os 63 399,56 hectares expropriados no distrito de Santarém (157 prédios) mas que na maioria dos casos continuam na posse dos agrários por força do despacho dos «frutos pendentes» e que no final do ciclo das culturas (Outubro deste ano) deverão ser entregues aos trabalhadores que, para isso, deverão estar organizados e preparados para a administração das mesmas. Tendo em atenção que neste momento muitos dos prédios expropriados não têm ainda CT e atendendo às campanhas que os agrários vêm fazendo através de caciques, os quais na maioria dos casos coincidem com os próprios feitores, verificaremos ou poderemos prever as dificuldades que irão surgir quando as terras expropriadas forem entregues aos trabalhadores para nelas instalarem UCP.

Constata-se também que em muitos lados as UCP não têm uma interligação entre si ou qualquer forma de enlace, o que dá origem à infiltração de intermediários, que compram a uma UCP para vender a outra, com margem de lucro, claro, como se verifica, por exemplo, nalgumas zonas da freguesia de Coruche. Permitir que tal continue a acontecer será abrir as portas à divisão. «Dividir para reinar», um lema de triste memória que nos ficou do fascismo.

Por outro lado, é necessário ter em atenção que as UCP não devem ser apenas locais de trabalho. Sendo uma nova forma de gerir a exploração da terra, não mais em benefício do agrário mas no interesse da economia nacional, deverão servir, antes do mais, para unir os trabalhadores, para elevar o seu nível cultural e espírito de trabalho colectivo, para resolver toda uma vasta gama de problemas como seja, por exemplo, a criação de creches ou mesmo a prestação de outros serviços de interesse geral.

De referir, ainda, a importância da organização sindical na vida das UCP. Com efeito, os que nelas trabalham continuam a ser operários agrícolas e, como tal, deverão ter a sua organização de classe, importante e poderosa forma de defender os seus direitos. Permitir que se propague a ideia de que não é necessário o trabalho sindical dentro das Unidades Colectivas de Produção é – também aqui – abrir as portas ao trabalho divisionista da reacção e dos grupos esquerdistas que são, em muitos casos, quem introduz, desenvolve e estimula tais ideias.

O combate às deficiências existentes, o combate ao caciquismo, o combate à infiltração de ideias esquerdistas, a melhoria de funcionamento das próprias UCP, passam pela melhoria do trabalho do Partido, pela melhoria na organização e estruturação de todos os nossos militantes que nelas trabalham. Há que combater frontalmente a ideia de que nos organismos do Partido não se deve discutir os problemas sindicais, não se deve discutir os problemas das UCP. Estes são problemas dos trabalhadores. O nosso Partido é o Partido da classe operária, é o partido dos trabalhadores, é a sua vanguarda organizada. Alimentar ou permitir o desenvolviemnto destas ideias, seria favorecer os inimigos dos trabalhadores e do Partido, seria deixar desarmar os trabalhadores para, então, facilmente serem vencidos.

O MARN AVANÇA

Por iniciativa da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Velho e do Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte (MARN) realizou-se no domingo naquela vila do distrito de Coimbra um Encontro de Rendeiros do Baixo-Mondego, onde foram debatidos alguns dos problemas mais sentidos pelos camponeses da região.

No decorrer do Encontro, e que contou com a participação de cerca de 200 camponeses, diversas foram as intervenções em que se repudiaram as arbitrariedades, violências e intimidações por parte dos senhorios, exigindo-se a punição — conforme o previsto na lei — dos que não fizeram o contrato de arrendamento por escrito dentro do prazo legal, que terminou no dia 31 de Julho, após várias e injustificadas prorrogações.

O problema das secas, a formação das comissões arbitrais e regulamentação do seu funcionamento, foram outros dos problemas mais debatidos.

Foram ainda aprovadas por unanimidade duas moções, a enviar às autoridades competentes, em que se exige o auxílio do Estado aos pequenos e médios agricultores — de acordo com o art.º 102.º da Constituição — cujas culturas se perderam devido à seca; a rápida formação das comissões arbitrais e respectivo funcionamento; uma eficaz actuação das autoridades, em especial da GNR, na defesa dos interesses dos rendeiros, que o mesmo é dizer no cumprimento da Lei do Arrendamento Rural.

Ponto alto do encontro e testemunho da solidariedade dos assalariados rurais para com os camponeses, foi a informação de que as Unidades Colectivas de Produção do Alentejo e Ribatejo colocaram à disposição dos rendeiros do Baixo-Mondego a maquinaria agrícola que possuem e possa faciliar a safra do arroz. Saudada com entusiasmo e emoção, a oferta foi desde logo aceite, decidindo-se que a distribuição das máquinas será feita atendendo a uma ordem de prioridades a definir em futuras reuniões.

No final do Encontro foi salientada a importância do reforço e alargamento do MARN e das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores.

PROVOCAÇÃO NO CIBORRO

A Cooperativa Agro-Pecuária do Ciborro, no concelho de Montemor-o-Novo, foi cenário, na passada sexta-feira, de mais uma provocação à Reforma Agrária. Durante a manhã, aproveitando o facto dos trabalhadores da Cooperativa se encontrarem nos campos entregues à faina da colheita, sete familiares do conhecido latifundiário reaccionário Vacas de Carvalho — ex-proprietário das terras já legalmente expropriadas — ocuparam a casa principal da herdade e trancaram-se lá dentro. Um dos invasores estava armado.

No Alentejo, onde solidariedade não é palavra pomposa para ilustrar frases ocas, o alerta dado pelos trabalhadores do Ciborro foi imediatamente ouvido. Vindos de inúmeras Unidades Colectivas, cerca de dois mil assalariados rurais compareceram no local para apoiar os seus companheiros em luta. Mais do que em qualquer outro lado se sabe ali, nas terras heróicas da Reforma Agrária, que a unidade é a força dos trabalhadores.

Compareceram também no Ciborro um destacamento militar e uma brigada da GNR, assim como elementos do CRRA e outras autoridades. As conversações com os assaltantes foram morosas e só ao fim do dia se conseguiu que desocupassem a casa. Não foram sequestrados nem retidos — como de imediato se apressaram a noticiar os jornais reaccionários, os tais muito democráticos e pluralistas. Não foram atacados pelos trabalhadores, antes foram eles quem os atacou, atirando-lhes com uma barra de ferro e intimidando-os com a arma que possuíam.

Entretanto, por decisão do Ministro da Agricultura, foi suspenso o direito de reserva da família Vacas e ordenado um inquérito aos acontecimentos.

Uma vez mais a unidade dos trabalhadores alentejanos foi um factor decisivo para bater a reacção. Mas até quando se permitirá que os agrários continuem a atacar impunemente os grandes obreiros da Reforma Agrária, factor indispensável para consolidação da economia nacional? Até quando se continuará a permitir que, em nome de um falso pluralismo, jornais reaccionários enganem o povo português?